



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

**MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

**A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROCESSOS
DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: AS
ASSEMBLEIAS DE TURMA E DE ESCOLA COMO
INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA**

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, no Curso de Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação, orientada pela Professora Doutora Elsa Maria Bacala Estrela.

Carla Jorge Sécio Aires, 22111023

2024



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

**MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

**A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROCESSOS
DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: AS
ASSEMBLEIAS DE TURMA E DE ESCOLA COMO
INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa no dia 10/05/2024, perante o Júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 792/2024, de 03 de abril de 2024, com a seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Carla Cristina Marques Galego

Arguente: Professora Doutora Margarida Maria Sales Henriques Belchior

Orientadora: Professora Doutora Elsa Maria Bacala Estrela

Carla Jorge Sécio Aires, 22111023

2024

*“A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo”*

Nelson Mandela (1918 - 2013)

*“A Educação não transforma o mundo. A
Educação muda as pessoas. As pessoas transformam o mundo.”*

Paulo Freire

Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho. Esta jornada de pesquisa e reflexão foi enriquecida por muitas mãos amigas, e é com imensa gratidão que dedico estas palavras.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Elsa Maria Bacala Estrela, pela orientação excepcional, pelo apoio incansável e pelos valiosos conselhos ao longo deste processo. A sua dedicação e orientação foram imprescindíveis para o desenvolvimento desta dissertação, e sou extremamente grata pela sua paciência e orientação.

À equipa pedagógica do Agrupamento de Escolas do Cadaval (AEC), em especial aos colegas e professores que generosamente partilharam as suas experiências e conhecimentos, o meu profundo agradecimento. O seu envolvimento e colaboração foram vitais para a concretização deste estudo.

A todos os alunos que participaram nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola o meu reconhecimento pela sua participação ativa e contribuições valiosas. A sua vontade de partilhar opiniões, perspetivas e experiências foi a essência deste trabalho.

Ao meu filho Gonçalo, à minha família e ao meu amigo Diretor, que estiveram ao meu lado durante todo esse período desafiador, agradeço pelo amor incondicional, apoio emocional e compreensão. As suas palavras de encorajamento foram a força impulsionadora nos momentos mais difíceis.

Aos colegas de curso, pela troca de experiências e colaboração, agradeço pelo companheirismo e pelo ambiente enriquecedor que proporcionaram ao longo dessa jornada académica.

Por fim, agradeço a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste projeto. Este é um marco importante na minha vida pessoal e profissional e estou profundamente agradecida por ter tido a oportunidade de aprender e crescer ao longo deste processo.

Muito obrigada a todos.

Resumo

Nas últimas décadas, a educação tem passado por uma transformação significativa, evoluindo além do modelo tradicional de ensino para abarcar uma abordagem mais democrática e participativa. Está em constante evolução procurando promover o aumento da participação dos alunos na governança da Escola. Essa tendência reflete um compromisso em capacitar os alunos, tornando-os partes ativas na tomada de decisões e na administração da instituição escolar. Neste contexto, exploraremos as razões por detrás desse movimento, os seus benefícios e métodos para estimular a participação dos alunos, contribuindo assim para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, responsável, envolvente e democrático.

Este estudo focaliza-se na influência exercida pelas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola na gestão democrática da instituição, conferindo especial ênfase à participação dos discentes no processo decisório relativo à administração do seu estabelecimento de ensino e à apreciação que estes detêm acerca dessa intervenção.

O referencial teórico aborda, basicamente, o conceito de gestão democrática escolar. Além disso, são explorados alguns eixos temáticos que efetivam a implementação de uma gestão democrática envolvendo os alunos, notadamente nos conceitos de cidadania, democracia e Educação para a Cidadania.

Deste modo, com base no enquadramento descrito, surgiu a pergunta de partida para o presente estudo:

- Como percebem os alunos a sua participação nos processos de gestão democrática da Escola?

De modo a aprimorar uma resposta mais rigorosa e adequada, subdividiu-se a pergunta de partida do presente estudo em quatro subquestões, a saber:

- Qual a percepção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola?
- Qual a percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão da Escola?
- Qual a percepção dos alunos relativamente ao papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola?
- Qual o interesse dos alunos na participação em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola?

Decorre da formulação da pergunta de partida, das quatro subquestões e das três hipóteses que foram formuladas, o estabelecimento do objetivo geral:

- Identificar os contributos das Assembleias de Turma e das Assembleias de Escola para a participação dos alunos na tomada de decisões sobre as dinâmicas da Escola.

Os resultados obtidos concluem que os alunos percebem estas Assembleias como mecanismos com propósitos distintos. Por um lado, há uma tendência para assumirem que essas Assembleias são criadas principalmente para transmitir as suas sugestões e preocupações à professora e à coordenadora de estabelecimento e, por outro lado, os alunos veem estas Assembleias como oportunidades para agir sobre a gestão da escola.

A investigação aborda de forma abrangente as perceções dos alunos sobre a sua participação ativa nos processos de gestão democrática da Escola. Os resultados proporcionaram uma compreensão mais profunda dos papéis dos alunos, do impacto das Assembleias de Turma e de Escola e das suas vantagens, contribuindo para uma análise ponderada sobre a influência da participação dos alunos na gestão escolar.

Compreendem os alunos que as assembleias são espaços privilegiados para que possam expressar, de forma autónoma e responsável, o seu sentir sobre as dinâmicas da Escola, sendo que entendem, igualmente, essas assembleias como espaços para partilharem as suas opiniões, para discutirem os assuntos e para votarem as propostas apresentadas. Esta última perceção não é tão evidente no grupo de alunos não participantes, dado que as suas respostas foram expressas com base num conjunto de opções de resposta não vivenciadas ou insuficientemente vivenciadas por estes alunos, uma vez que não têm experiência da participação em Assembleias de Alunos.

Possibilitou concluir sobre o sentir dos alunos em relação à sua ação, contributos e envolvimento nas iniciativas e atividades que são desenvolvidas por si mesmos nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

Palavras Chave – Assembleia de Turma, Assembleia de Escola, Participação dos Alunos, Gestão Democrática, Cidadania.

Absract

In recent decades, education has undergone significant transformation, evolving beyond the traditional teaching model to embrace a more democratic and participative approach. It is constantly evolving to promote increased student participation in school governance. This trend reflects a commitment to empowering students, making them active participants in decision-making and the administration of the school institution. In this context, we will explore the reasons behind this movement, its benefits, and methods to encourage student participation, thus contributing to the creation of a more inclusive, responsible, engaging, and democratic school environment.

This study focuses on the influence exerted by Class Assemblies and School Assemblies on the democratic management of the institution, placing particular emphasis on the students' participation in the decision-making process related to the administration of their school and their perception of this involvement.

The theoretical framework primarily addresses the concept of democratic school management. Additionally, some thematic axes that actualize the implementation of democratic management involving students are explored, notably the concepts of citizenship, democracy, and Education for Citizenship.

Thus, based on the described framework, the starting question for this study emerged:

- How do students perceive their participation in the democratic management processes of the School?

To refine a more rigorous and appropriate response, the study's starting question was subdivided into four sub-questions, namely:

- What is the students' perception of the role of Class Assemblies and School Assemblies?
- What is the students' perception of their role in the School's management?
- What is the students' perception regarding the role of Class Assemblies and School Assemblies as mechanisms that increase student influence on the School's management?
- What is the students' interest in participating in Class Assemblies and School Assemblies?

From the formulation of the starting question, the four sub-questions, and the three hypotheses that were formulated, the establishment of the general objective arises:

- Identify the contributions of Class Assemblies and School Assemblies to student participation in decision-making about the School's dynamics.

The obtained results conclude that students perceive these Assemblies as mechanisms with distinct purposes. On one hand, there is a tendency to assume that these Assemblies are primarily created to convey their suggestions and concerns to the teacher and the school coordinator; on the other hand, students see these Assemblies as opportunities to act on the school's management.

The research comprehensively addresses students' perceptions of their active participation in the school's democratic management processes. The results provided a deeper understanding of students' roles, the impact of Class and School Assemblies, and their advantages, contributing to a thoughtful analysis of the influence of student participation in school management.

Students understand that the assemblies are privileged spaces where they can autonomously and responsibly express their feelings about the School's dynamics. They also perceive these assemblies as spaces to share their opinions, discuss issues, and vote on presented proposals. This latter perception is not as evident in the non-participating student group, as their responses were expressed based on a set of response options not experienced or insufficiently experienced by these students since they have no experience of participating in Student Assemblies.

This allowed for conclusions to be drawn about students' feelings regarding their actions, contributions, and involvement in the initiatives and activities developed by themselves in Class and School Assemblies.

Keywords – Class Assembly, School Assembly, Student Participation, Democratic Management, Citizenship.

Abreviaturas e siglas

AE – Alunos Entrevistados;

AEC – Agrupamento de Escolas do Cadaval;

ANP – Alunos Não Participantes (em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola)

AP – Alunos Participantes (em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola)

CD – Cidadania e Desenvolvimento;

EECE – Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola

ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo;

PASEO – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatório;

Índice

Introdução	13
Capítulo 1 – Enquadramento teórico.....	17
1.1 - Formação para a Cidadania	17
1.2 - Conceito de Governança.....	24
1.3 - Regulação em Educação.....	25
1.4 - Razões Políticas.....	35
Capítulo 2 – Participação dos alunos nos processos de gestão da Escola.....	44
2.1 - Uma Escola Democrática e participativa.....	44
Capítulo 3 – Problemática e contextualização do estudo	50
3.1 - Problemática	50
3.2 - Contextualização do estudo.....	54
3.2.1 - Caracterização do Estabelecimento de Ensino	57
Capítulo 4 – Percurso de investigação	58
4.1 - Instrumentos de recolha de dados	58
4.2 - Interpretação de dados	61
Capítulo 5 – Apresentação dos resultados.....	63
5.1 - Caraterização da população estudada.....	63
5.2 - Análise por grupos de questões temáticas	66
5.2.1 - A visão dos alunos sobre o papel de um indivíduo numa sociedade democrática	66
5.2.2 - Perceção dos alunos sobre a função das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.....	71
5.2.3 - Perceção dos alunos sobre a sua contribuição na administração da Escola.	75
5.2.4 - Perceção dos alunos sobre como as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola contribuem para aumentar a participação dos alunos na gestão da Escola.....	79

5.2.5 - Percepção dos alunos que estão envolvidos nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, em comparação com a percepção dos alunos que não participam nessas atividades	83
Reflexões e considerações finais	87
Referências bibliográficas	93
Legislação consultada	95
Apêndices.....	97
Apêndice 1: Guião do questionário aplicado aos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola: Delegados, Subdelegados e/ou Representantes de Turma.....	97
Apêndice 2: Respostas ao questionário aplicado aos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola: Delegados, Subdelegados e/ou Representantes de Turma.....	101
Apêndice 3: Guião do questionário aplicado aos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola	111
Apêndice 4: Respostas ao questionário aplicado aos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola	115
Apêndice 5: Guião de entrevista em Focus Group realizada a 5 Alunos Participantes em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.....	123
Apêndice 6: Protocolo da Entrevista em Focus Group realizada a 5 Alunos Participantes em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.....	125
Apêndice 7: Grelha de análise da entrevista em Focus Group realizada a 5 Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola	135

Índice de quadros

Tabela 1: Caracterização do Sexo dos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola	61
Tabela 2: Caracterização das idades dos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola	61
Tabela 3: Caracterização do ano de escolaridade dos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola	61
Tabela 4: Caracterização do Sexo dos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou de Escola	62
Tabela 5: Caracterização das idades dos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou de Escola	62
Tabela 6: Caracterização do ano de escolaridade dos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou de Escola	62
Tabela 7: Significados para “democracia”	64
Tabela 8: Significados para “cidadão”	66
Tabela 9: Relevância atribuída pelos alunos aos objetivos das Assembleias de Turma/ Escola	69
Tabela 10: Interesse em participar mais nas decisões de gestão da Escola	72
Tabela 11: Benefícios para a Escola decorrentes da participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Escola	74
Tabela 12: Recetividade da professora da turma e/ou coordenadora de estabelecimento face às decisões tomadas nas Assembleias de Turma/ Escola	77
Tabela 13: Interesse dos alunos em participar em Assembleias de Turma/ Escola	81
Tabela 14: Preferência dos alunos relativamente aos assuntos a debater em Assembleias de Turma/ Escola	81

Introdução

Na qualidade de Subdiretora do Agrupamento de Escolas do Cadaval, encontro-me imersa numa realidade educativa dinâmica, onde a busca pela melhoria, pela excelência pedagógica e das aprendizagens e pela efetiva participação de todos os intervenientes são uma preocupação constante. Neste contexto, identifico uma lacuna que considero essencial explorar e compreender mais profundamente: a participação dos alunos nos processos de gestão democrática da Escola.

Motivada pela convicção de que a construção de uma comunidade escolar verdadeiramente democrática é um pilar fundamental para o progresso e sucesso escolar dos alunos, decidi dedicar-me a esta investigação. Assim, surge a presente dissertação, intitulada "A Participação dos Alunos nos Processos de Gestão Democrática da Escola: As Assembleias de Turma e de Escola como Instrumentos de Governança".

O propósito deste estudo vai para além da análise superficial da realidade e do contexto, sendo um convite à reflexão sobre como pode ser potenciada a opinião das crianças e alunos na tomada de decisões que impactam diretamente as suas vidas. Acredito que ao compreender e valorizar a participação dos alunos estamos a contribuir para a construção de uma Escola mais consciente e mais inclusiva, onde cada criança e aluno se assume e é assumido como um indivíduo ativo no seu processo de ensino e aprendizagem e de construção cívica individual e coletiva.

Dando continuidade ao trabalho pioneiro de Pereira (2019) sobre a participação dos alunos em Assembleias de Alunos, esta pesquisa busca replicar e, eventualmente, expandir a sua metodologia, ao explorar aspetos específicos do nosso contexto educacional.

Neste percurso de investigação, não procurei apenas identificar os desafios existentes, mas também as estratégias eficazes que podem, eventualmente, ser implementadas para fomentar a governação participativa nas escolas. Nesse sentido, enquanto Subdiretora do Agrupamento de Escolas do Cadaval, esta dissertação representa não apenas um compromisso académico, mas também uma responsabilidade profissional de contribuir para o aprimoramento constante das práticas de gestão e participação na instituição de ensino público que servimos.

No panorama educacional contemporâneo é inegável que a busca por práticas de gestão escolar mais inclusivas e democráticas tem sido uma preocupação basilar. A compreensão de que a motivação dos alunos para a sua participação ativa não apenas enriquece o ambiente educativo, mas também fortalece os alicerces da comunidade escolar, tem levado a que haja um

interesse crescente na implementação de estratégias que promovam uma gestão que envolva todos, uma gestão mais participativa e, certamente, mais democrática e transparente.

É importante frisar que o estudo de Pereira (2019) lançou as bases para a compreensão da participação dos alunos em Assembleias de Alunos. No mesmo sentido, o presente trabalho de investigação visa explorar o papel crucial que a participação dos alunos desempenha nos processos de gestão democrática da Escola, com especial enfoque nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, enquanto instrumentos de governança.

Ao mergulharmos nas dinâmicas das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, em estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Cadaval, procurei compreender de que forma estas se tornam não apenas um fórum para a expressão de opiniões, mas também um meio pelo qual os alunos podem exercer influência nas decisões que moldam as suas vivências diárias e até, inclusive, o seu percurso educativo do ponto de vista académico e cívico.

À medida que nos debruçamos sobre a interseção entre a participação ativa dos alunos e os processos decisórios da instituição de ensino, esta pesquisa ambicionou perspetivar as implicações práticas e teóricas da participação dos alunos na governança escolar.

Através da análise às Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, como microcosmos de democracia em ambiente escolar, procurámos contribuir para uma compreensão mais abrangente de como a inclusão dos alunos pode promover um ambiente educativo mais democrático, participativo e eficaz.

Neste contexto, a nossa investigação explora as dinâmicas das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, identifica os desafios subjacentes e destaca os benefícios potenciais dessa abordagem para o desenvolvimento de uma cultura escolar mais participativa e democrática.

A análise realizada procura clarificar os princípios orientadores e as linhas de ação estratégica da Escola enquanto espaço de vivência democrática na diversidade e ambiciona, igualmente, ser um instrumento de consciencialização para a importância do envolvimento dos alunos na construção de uma sociedade assente em valores de justiça, de tolerância, de liberdade, de responsabilidade e de proteção intransigente do meio ambiente próximo e global.

Assumimos que os alunos de hoje vivem e aprendem num mundo que é muito diferente daquele em que cresceram e se formaram os seus pais e também os seus professores. O mundo de hoje, que vemos tantas vezes degradar-se, é ainda uma incógnita como o mundo de amanhã, mas será certamente diferente do mundo atual, disso ninguém dúvida. Desta consciência se faz eco no Decreto-Lei n.º 55/ 2018, de 6 de julho, onde é referido que:

“... a sociedade enfrenta atualmente novos desafios, decorrentes de uma globalização e desenvolvimento tecnológico em aceleração, tendo a escola de preparar os alunos, que serão jovens e adultos em 2030, para empregos ainda não criados, para tecnologias ainda não inventadas, para a resolução de problemas que ainda se desconhecem.”

Existe assim a convicção de que o mundo em que vivemos na atualidade, tão díspar e complexo e em que, diariamente, ocorrem mudanças tão aceleradas e profundas, exige de todos nós cidadãos, mais do que em qualquer outro período da história da humanidade, uma consciência coletiva que apela à participação ativa de todos e que, sendo fundamental, certamente contribuirá para a resolução dos problemas e desafios que coletivamente enfrentamos.

Face à realidade e ao enquadramento enunciados, considero que a instituição Escola, enquanto espaço de concretização da nobre missão atribuída ao sistema educativo, deve pautar a sua ação assente em princípios e valores que promovam a inclusão plena de todos e todas e a edificação efetiva de um envolvimento cívico e participativo, em que todos e todas desempenham um papel importante, que deve ser estimulado e valorizado.

Nesse sentido, é importante acautelar e aprimorar a organização, o funcionamento e a comunicação da Escola, com o intuito de potenciar e promover uma formação cívica plena das crianças e alunos:

- Em defesa dos princípios humanistas;
- Em prol da democracia e do envolvimento cívico da comunidade;
- Em favor da autonomia e consideração pelo próximo, integrando-o.

Tendo em consideração a realidade deste sentir, procurei orientar e desenvolver a minha reflexão, não sendo também alheio o meu relevante interesse (e importância que lhe atribuímos) para assuntos que gravitam em torno da Educação para a Cidadania e igualmente para assuntos relacionados com Governança, Liderança e Regulação, que se infiltram no meu papel diário de dirigente escolar e, igualmente, no papel diário de todos os docentes, nomeadamente os do ensino básico.

Nesse sentido, consideramos de relevante importância agir sobre o contexto real no qual os mais novos (crianças e alunos) demonstram, demasiadas vezes, um aparente

desconhecimento ou uma ausência de iniciativa em tomarem parte nos assuntos que implicam a tomada de decisões no seio da sua comunidade, decisões que a todos afetam.

Foi com base neste enquadramento, mas também na sequência do desenvolvimento de algumas atividades exploratórias da mesma natureza, em outros momentos anteriores, que decidimos investigar e refletir sobre as dinâmicas que decorrem da realização (ou não realização) de Assembleias de Turma e Assembleias de Escola em turmas do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas do Cadaval.

O presente estudo surge, pois, na sequência da identificação de um défice de participação dos alunos na governança da Escola, pelo que procura analisar e compreender as ações e os efeitos das atividades desenvolvidas pelos alunos nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, bem como, igualmente e nesse âmbito, a sua perceção sobre a sua intervenção na gestão democrática da Escola.

Ambicionamos, com os nossos propósitos, poder humildemente contribuir para o desenvolvimento educativo das escolas e fornecer alguns indicadores que possibilitem o aprimoramento da gestão escolar participativa e o estímulo à participação democrática dos alunos nas suas escolas.

Assim, convidamos todos os interessados no desenvolvimento educativo e no fomento dos valores de participação cívica ativa e democrática das gerações mais jovens a embarcarem connosco nesta jornada de descoberta e reflexão.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico

1.1 - Formação para a Cidadania

A partir do século XVIII, predominava a conceção de que a Educação deveria servir às necessidades de uma nação, contribuindo para a construção do Estado e a afirmação do país. Seguindo essa lógica, várias formas de aprendizagem migravam de seus contextos tradicionais, como o familiar e comunitário, para uma nova entidade, cujo objetivo principal seria a consolidação desses princípios.

Um longo período ditatorial que terminou com a Revolução de 1974, em Portugal, assinalou uma mudança democrática.

Este acontecimento restabeleceu, através da Constituição da República Portuguesa, os direitos fundamentais e liberdades dos cidadãos, direitos e responsabilidades que, muitas vezes, são desconhecidos por uma parte significativa da população. Adicionalmente, observa-se atualmente que, mesmo quando conhecidos, esses direitos não são aplicados por muitos cidadãos, desvalorizando assim os valores conquistados ao longo de décadas de luta social no país. A crescente evidência dessa realidade, especialmente a evidente taxa de abstenção observada em ocasiões em que os cidadãos são chamados a participar democraticamente na vida da sua comunidade e do país, exige uma resposta oposta.

A advocacia por um Estado democrático e a imperatividade de revalorizar o papel participativo do cidadão são, nos dias atuais, elementos essenciais. Nesse contexto, a Escola desempenha uma função primordial ao proporcionar o tempo e espaço para ponderação, diálogo e educação dos futuros cidadãos. O foco na formação centrada nos temas da cidadania também tem sido evidenciado por entidades nacionais com responsabilidades em educação. A relevância atribuída a este assunto é salientada em vários decretos e regulamentos relacionados com a educação ao longo dos anos, reforçando, desta forma, o papel da escola na promoção da formação cívica.

A título exemplificativo, é possível encontrar definições para o conceito de cidadania na proposta da Direção Geral de Educação (DGE), onde se estabelece que “a cidadania se traduz numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social”. <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras>. Essa perspetiva é igualmente delineada em estratégias nacionais ou incorporada no currículo, embora essa medida tenha sido implementada em variadas modalidades ao longo das décadas.

Segundo Nogueira e Saavedra (2000), Educar para a cidadania significa ensinar a compreender a relação mútua entre direitos e deveres. Direitos e deveres não são opostos em uma dicotomia, exclusivos um do outro, mas sim complementares.

Desta maneira, os direitos e deveres de um cidadão devem coexistir de forma harmoniosa, uma vez que ao cumprirmos as nossas responsabilidades, possibilitamos que o outro também exerça seus direitos. Nesse contexto, é crucial refletir sobre a abordagem adequada para desenvolver este conceito na educação dos alunos, visando promover uma verdadeira e coesa cidadania ativa e participativa, conforme indicado por Gomes da Silva (2014, p.11):

“o trabalho desenvolvido pela escola já não se resume à tríade do ler, escrever e contar, nem a um conjunto de aprendizagens profissionais diretamente utilizáveis no mundo do trabalho. Ela deve ainda formar cidadãos conscientes, participativos, informados, competentes, solidários e responsáveis. Na sociedade contemporânea exige-se cada vez mais esta missão.”

De maneira congruente, Dias & Menezes (2009), citando o relatório Eurydice (2005, p.1994), apontam que “aprender sobre os direitos e deveres dos cidadãos, respeitar os valores democráticos e os direitos humanos e participar numa sociedade democrática deve ser um meio de preparar crianças e jovens a tornarem-se cidadãos ativos e responsáveis”.

Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo, promulgada em 1986, no seu artigo 3.º, evidencia a preocupação com a formação cidadã ao incluir, no artigo relativo aos princípios organizativos do sistema educativo, o seguinte:

“b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens; (...)

e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida ativa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação; (...)

1) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.”

A mesma importância é destacada na plataforma eletrónica da Direção-Geral da Educação (DGE) - <https://www.dge.mec.pt/>, onde é explicitado que a instituição de ensino é um ambiente crucial para a aprendizagem e exercício da cidadania, refletindo preocupações que atravessam a sociedade e abrangem várias áreas da Educação para a Cidadania.

Ainda na mesma sintonia, Paixão (2000, p.11), refere que:

“a Educação para a Cidadania constitui uma garantia da democracia e só pode realizar-se em contextos experienciais democráticos. Diz respeito a todas as instituições de socialização, de formação e de expressão da vida pública, mas, naturalmente, cabe aos sistemas educativos desenvolverem, nas crianças e nos jovens, os saberes e as práticas de uma cidadania ativa.”

No trabalho de Gomes da Silva (2014, p.69), alinhado com diversas outras contribuições académicas, pode-se encontrar a seguinte passagem:

“quanto mais esclarecidos e conscientes forem os indivíduos, quanto melhor a escola os preparar para o exercício de uma cidadania plena e ativa, mais perto estaremos de uma sociedade democrática em que todos terão competências e oportunidades de participação. Ou seja, estaríamos mais perto de uma democracia participativa, embora ela seja uma realidade distante na maioria das atuais sociedades de regime democrático.”

No "Guião de Educação para a Cidadania em contexto escolar... Boas Práticas" (Ministério da Educação, 2007), a formação de "cidadãos capazes", fundamentada na democracia e nos valores democráticos, dotados de consciência crítica e social, é caracterizada pela abordagem das competências práticas, da intervenção e ação concretas. Isso ressalta a necessidade amplamente discutida de fomentar o desenvolvimento da autonomia dos alunos, como mencionado por Pinto (2007):

“supor a autonomia é procurar perceber que dispositivos se podem desenvolver para - concretamente - tornar o aluno

autónomo, porque esta não é um dom. É algo como a capacidade de compreender e dominar as situações... adquire-se através de aprendizagens que a escola deve promover”.

Para que os estudantes alcancem um nível de cidadania ativa e participativa, é essencial que desenvolvam autonomia, analisando e gerenciando as informações que recebem, atuando em conformidade com essas informações e sendo capazes de expressar suas ideias e opiniões de forma clara. Nesse contexto, o papel da Instituição de Ensino é crucial, conforme destacado por Pinto (2007):

“é através do trabalho pedagógico na turma, do desenvolvimento de práticas inovadoras, da invenção de dispositivos, que se pode desenvolver nos alunos competências que os ajudarão a construir a autonomia. Esta construção quotidiana da autonomia é certamente um processo extremamente rico para o futuro do aluno.”

Para efetuar uma transformação social profunda, educar ou formar para a cidadania oferece a oportunidade de estabelecer novas abordagens verdadeiramente libertadoras (Nogueira & Saavedra, 2000). Nesse sentido, é imperativo que os alunos de diversos níveis educacionais desenvolvam autonomia, orientada para questionar a realidade circundante, promover o pensamento crítico e aprimorar as habilidades oratórias. Isso pode ser realizado, por exemplo, através da execução de iniciativas relevantes na escola e na comunidade local.

Espera-se que, ao intervir diretamente na sua realidade, os alunos cultivem um sentido de pertença à escola que frequentam e à sua comunidade, fomentando a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e participativa.

A partir da análise da literatura sobre Educação para a Cidadania, observamos que os referenciais teóricos variam dependendo da área do conhecimento que os menciona e dos objetivos que buscam atingir, podendo ter origem na análise da sociedade, no direito ou na educação. Segundo Faulks (2000), a Cidadania deve ser fundamentada em quatro princípios:

- Ética participativa, pois a participação requer uma base de valores éticos;
- Garantia dos direitos sociais, fundamentais para a preservação da cidadania;
- A cidadania doméstica, pois questões da esfera privada e familiar também são de cidadania;
- É uma cidadania plural, com diversas dimensões e áreas de atuação.

Também Audigier (2000) refere que na Cidadania existem quatro dimensões:

- A cidadania política e jurídica, que aborda o exercício do poder e o cumprimento das leis;
- A cidadania social, que trata das questões sociais e da solidariedade;
- A cidadania econômica, que abrange questões como emprego, bens, serviços e consumo;
- A cidadania cultural, que engloba os valores compartilhados da herança comum e também as diversas identidades culturais.

Por outro lado, o mesmo autor defende que a Educação para a Cidadania deve fomentar três tipos de competências:

- As dimensões cognitivas que envolvem os aspectos políticos e jurídicos, bem como as questões contemporâneas do mundo atual, os processos em curso e os princípios e valores dos direitos humanos e da cidadania democrática;
- Os princípios éticos e a seleção de valores;
- Aspectos de ação ou sociais, que implicam a participação na comunidade, a resolução de problemas e a discussão pública.

Segundo Fonseca, a aprendizagem da cidadania na escola deve acontecer de forma integrada entre o conhecimento teórico e a experiência prática do dia a dia. Ou seja, entender as regras da democracia não substitui a sua compreensão através da vivência diária, o que implica que a promoção da cidadania na escola seja abrangente e não se limite a um momento específico na sala de aula. Está em jogo o modo como a instituição opera e o envolvimento dos seus membros enquanto cidadãos ativos e participativos.

Podemos interpretar que ser um cidadão ativo é um processo educativo, e ensinar sobre como ser um cidadão contribui para a formação da própria cidadania.

Segundo Giroux (1991), em vez de apenas avaliar, a escola deve refletir sobre que tipo de cidadãos deseja desenvolver, que tipo de sociedade deseja criar no contexto cultural e étnico atual, e como pode reconciliar as ideias de diferença e igualdade com os princípios de liberdade e justiça.

No âmbito das metas estabelecidas pelo Programa do XXI Governo Constitucional para a educação, foi criada a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, no ano letivo 2018/2019 a ENEC será implementada nas escolas públicas e privadas nos anos iniciais de ciclo, desenvolvida a partir da proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) é um guia introduzido no ano letivo de 2017/2018 em escolas públicas e privadas que aderiram ao Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular. Esta estratégia está alinhada com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e com as Aprendizagens Essenciais.

A implementação da ENEC foi generalizada a todas as escolas portuguesas nos anos letivos seguintes, sendo que através dela se ambicionou/ambiciona:

- Aprimorar habilidades pessoais e sociais;
- Estimular o raciocínio crítico;
- Fomentar habilidades de envolvimento ativo;
- Adquirir conhecimentos em áreas informais.

Os princípios, competências e valores descritos no Perfil dos Alunos ao concluir a Escolaridade Obrigatória (PASEO) contribuem para moldar o indivíduo como um cidadão ativo, iniciando assim o seu caminho no exercício da cidadania ao longo da vida. Por outro lado, as Aprendizagens Essenciais listam os saberes, as habilidades e as posturas a serem

adquiridos por todos os alunos, colaborando para o aprimoramento das competências delineadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), no âmbito de um processo de promoção da autonomia e flexibilidade curricular.

Com o objetivo de construir uma base sólida para a formação humanística dos alunos, preparando-os para desempenhar plenamente a sua cidadania e para respeitar os valores essenciais da democracia e os direitos humanos, tanto a nível individual como social, a educação surge como um instrumento vital. Nesse contexto, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CD) no currículo confere aos docentes a responsabilidade de preparar os alunos para a vida, motivando-os a serem cidadãos ativos, democráticos e que valorizem a humanidade. Essa missão torna-se particularmente relevante numa era de crescente diversidade social e cultural, buscando promover a tolerância, eliminar a discriminação e combater os radicalismos violentos.

A formação humanista e democrática dos educadores revela-se essencial para o desenvolvimento eficaz da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CD), promovendo uma integração fluida entre os conteúdos das diferentes disciplinas e as áreas abordadas nesse componente curricular. Além disso, considerações adicionais acerca dos educadores, como a formação específica em cidadania, a motivação para abordar essa área e a disposição para empregar metodologias de projeto, bem como a experiência na coordenação de equipas pedagógicas, podem ser determinantes. A crescente ênfase na educação para a cidadania reflete

a intenção governamental na área da Educação, conforme estabelecido no Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio:

“... um conjunto de direitos e deveres que devem ser veiculados na formação das crianças e jovens portugueses de modo que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de valores e conceitos de cidadania nacional.”

A ENEC abrange um conjunto de prerrogativas e obrigações essenciais à formação cidadã das crianças e jovens portugueses. Este delineamento visa promover a emergência de adultos com uma postura cívica que enfatize a igualdade nas interações interpessoais, a inclusão da diversidade, o respeito pelos Direitos Humanos e a apreciação de princípios e valores inerentes à cidadania democrática. Esses objetivos são enquadrados no contexto do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares vigentes.

O acesso a uma Educação de qualidade representa um direito humano fundamental e constitui um investimento crucial para o futuro. Desenvolver a habilidade de tomar decisões fundamentadas equivale a adquirir competências para o exercício pleno de uma cidadania democrática.

A imprevisibilidade inerente ao panorama contemporâneo apresenta à educação desafios singulares. O avanço acelerado do conhecimento científico e tecnológico impõe um ritmo vertiginoso, resultando em um crescimento exponencial da informação em escala global, um fenómeno diário. Paralelamente à melhoria dos indicadores sociais primordiais, a globalização e o avanço tecnológico, lamentavelmente, também propiciaram o aumento das disparidades no acesso aos direitos fundamentais.

Atualmente, estamos inseridos em um contexto global permeado por desafios significativos, tais como as alterações climáticas, os extremismos, as disparidades no acesso a bens e direitos fundamentais, bem como as crises humanitárias, as guerras entre outros. Nesse cenário, a resolução desses problemas demanda uma abordagem colaborativa, unindo esforços para conceber soluções que enfrentam os desafios que representam ameaças à humanidade.

O destino do planeta, em contextos sociais e ambientais, está intrinsecamente ligado à formação de cidadãos dotados de competências e valores não apenas para compreender o ambiente ao seu redor, mas também para buscar soluções que promovam um caminho em direção a um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Em cada agrupamento de escolas, é estabelecida uma EECE, que molda a cultura escolar e se manifesta através de atitudes, valores, regras, práticas diárias, princípios e procedimentos adotados tanto no contexto global da escola quanto na sala de aula. O sucesso na implementação da EECE está intrinsecamente vinculado à cultura específica de cada Estabelecimento de Ensino e às oportunidades oferecidas aos alunos para participarem nas decisões, especialmente aquelas que os afetam.

Os projetos concebidos na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CD), assim como outros empreendimentos realizados na Escola, devem ser integrados de forma articulada com a EECE e ser preferencialmente desenvolvidos em colaboração com entidades da comunidade, podendo, inclusive, estender-se a outras escolas, numa perspetiva de trabalho em rede. A conceção e execução de projetos baseados nas necessidades, recursos e potencialidades da comunidade representam situações concretas de vivência da cidadania.

As aprendizagens na disciplina de CD fundamentam-se no desenvolvimento de competências cognitivas, pessoais, sociais e emocionais, enraizadas no currículo e progressivamente desenvolvidas num ciclo contínuo de "reflexão-antecipação-ação". Neste ciclo, os alunos aprendem através dos desafios da vida real, transcendendo as fronteiras da sala de aula e da escola, ao considerarem as implicações das suas decisões e ações, tanto para o seu futuro individual como coletivo.

A instituição escolar, no exercício de sua autonomia, assume a responsabilidade pela supervisão e avaliação da sua Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola (EECE), delineando a metodologia a ser adotada e estabelecendo indicadores de impacto, particularmente na esfera da cultura escolar, na governança institucional e nas relações com a comunidade.

1.2 - Conceito de Governança

Numerosos diretores são obrigados a considerar diversos fatores influentes em sua gestão estratégica e operacional, tais como legislação, currículo, autoridades locais, responsabilidades parentais, discentes, recursos financeiros, contexto socioeconómico, atribuição e transferência de competências, bem como a dinâmica competitiva, entre outros. Vale ressaltar que muitos desses elementos encontram-se em estado de mutação contínua e escapam ao controle direto do dirigente. Assim, não é suficiente realizar uma gestão eficiente, visto que um diretor realiza atualmente em um sistema que, em teoria, executa de forma

descentralizada, entretanto, está fortemente vinculado à prestação de contas à Administração Central, sendo caracterizado por uma interação complexa entre entidades autónomas.

A terminologia "governança escolar" é empregada em uma interpretação abrangente de gestão escolar, incluindo tanto os elementos práticos quanto os ideológicos. O adjetivo "democrático" denota que a governança escolar fundamenta-se nos princípios dos direitos humanos, bem como na autonomia e participação dos alunos, corpo docente, corpo não docente e colaboradores, em todas as decisões de importância na instituição educacional.

E a Recomendação do CNE: Recomendação n.º 2/2021 –

A voz das crianças e dos jovens na educação escolar
https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_n.2_2021_Voz.pdf.

Contudo, é imperativo destacar que a governança escolar democrática não se configura meramente como uma simples forma de subsistência para o gestor escolar; existem outras razões de considerável importância. Dado que os poderes executivos se mostram incapazes de gerir de forma isolada uma multiplicidade de variáveis, a única via para uma liderança eficaz e sustentável numa instituição de ensino moderna reside numa abordagem aberta e democrática.

1.3 - Regulação em Educação

O conceito de regulação, conforme definido nos dicionários, refere-se ao ato ou efeito de regular, envolvendo a direção de acordo com regras, a submissão a normas e a moderação. No entanto, no contexto científico, dependendo da área de conhecimento específica, o termo "regulação" pode expressar conceitos diversos. Segundo Boyer (1990):

- A primeira interpretação refere-se às ciências físicas, biologia e teoria dos sistemas, indicando como a ação se adapta;
- Numa outra perspectiva, o conceito é entendido como a intervenção ativa e deliberada por parte do Estado ou de outras entidades coletivas;
- Na terceira interpretação, a regulação é compreendida como a combinação de mecanismos que promovem a reprodução geral, considerando as estruturas económicas e as formas sociais existentes.

Conforme Boyer (1990), a regulação pode ser compreendida como um conjunto de mecanismos que favorecem a reprodução geral, com foco nas estruturas económicas e nas formas sociais existentes.

No âmbito das ciências sociais, especificamente na perspectiva económica, destaca-se o trabalho de Boyer & Saillard (2002), enquanto na perspectiva sociológica, os contributos relevantes provêm de Reynaud (1997, 2003).

A teoria económica da regulação analisa sistemas globais abrangentes para entender a lógica do seu funcionamento interno, bem como os seus processos de reestruturação e desintegração. Esta teoria, de natureza macrossocial e macroeconómica, é multidisciplinar, sendo a economia a disciplina principal, mas integrando contribuições de áreas como história, sociologia, ciência política e outras disciplinas correlacionadas.

A teoria da regulação social proposta por Reynaud (1997) difere da abordagem económica em diversos pontos, como a conceção do sistema social, o processo de estabelecimento de normas e a valorização do poder. Quanto à perspectiva e ao conceito de sistema social, o autor vê a vida social como uma multiplicidade de sistemas pequenos que se influenciam mutuamente, mas que estão longe de constituir um conjunto estável e coerente. Por sua vez, a abordagem económica da regulação utiliza uma análise metodológica abrangente. No que diz respeito à natureza e criação de regras, Reynaud (1997) argumenta que as regras são elaboradas e refeitas durante o processo de regulação, refletindo um compromisso volátil resultante da interação entre uma regulação autónoma e uma regulação de controlo.

Em contraste, na perspectiva económica, há uma ênfase excessiva no esquema regra/contrato, no qual as regras têm uma natureza mais instrumental, funcionando como uma solução para um determinado contexto. No que diz respeito ao conceito de poder, este não é visto como uma força, mas sim como uma capacidade de agir.

A capacidade de um ator aceitar ou rejeitar uma regra, definida como a margem de liberdade dos atores por Crozier & Friedberg (1977), determina a distribuição de poder. Importa salientar que a abordagem económica não aborda as questões relacionadas ao poder.

Sem entrar em mais detalhes sobre as diferenças mencionadas, é importante concluir que essas duas abordagens se referem a aspectos diferentes dos processos de regulação. A abordagem próxima da economia institucional enfoca a dimensão institucional/estrutural da regulação, enquanto aquela mais próxima da sociologia trata da dimensão situacional, cognitiva e estratégica.

A regulação diz respeito à forma específica como as relações sociais se articulam com a organização económica e ao regime de acumulação, cujo modo de regulação corresponde a um conjunto de processos característicos cujas propriedades asseguram, ao longo de um

determinado período histórico, uma certa estabilidade e direção para a reprodução do sistema social de produção.

Sem explorarmos mais as diferenças mencionadas, é crucial adotar, conforme referido por Maroy (2004), uma compreensão adequada de regulação para analisar os sistemas educativos. Isso acontece porque os componentes desses sistemas educativos formam uma totalidade interdependente, criando um conjunto complexo que requer a coordenação de vários intervenientes e entidades sociais, cujos objetivos e decisões podem entrar em conflito.

No desenvolvimento da base teórica dessa conceção, é importante ter em conta que subjacente ao conceito de regulação está a ideia de instituição, que se refere a um conjunto de elementos com características distintas:

- Um sistema de elementos externos a cada indivíduo, mas que afeta o seu comportamento;
- Elementos que não são materiais, mas são criados de forma humana e social (como regras, normas, sistemas cognitivos e crenças);
- Elementos que possibilitam, orientam, motivam e influenciam comportamentos que, em conjunto, são marcados pela sua regularidade e repetição (Greif, 2004).

De acordo com esta perspetiva, se as instituições englobam diferentes facetas - a dimensão das normas e regras formais e a dimensão cognitiva e estratégica - então, as suas configurações distintas também se referem a diferentes facetas dos processos de regulação: a regulação institucional, normativa e de controlo e a regulação situacional, ativa e autónoma (Barroso; 2003, 2005).

A ideia de regulação institucional, normativa e de controlo está em sintonia com a corrente da economia institucionalista, particularmente com a teoria da regulação, que destaca a diversidade das abordagens utilizadas para direcionar os contextos de ação e comportamento, variando conforme o período histórico, o país e a região. Nesta perspetiva, o termo regulação está ligado ao conjunto de mecanismos que asseguram o desenvolvimento, reprodução e mudança de um sistema social de produção específico (Hollingsworth & Boyer; 1997).

No processo de guiar e controlar as ações dos agentes económicos, que são entidades independentes, mas interligadas, surge uma dimensão institucional. Nesse sentido, as normas e regras formais representam estruturas institucionais e mecanismos de controle que são estabelecidos e postos em prática por autoridades legítimas, reconhecidas e por organizações hierárquicas e burocráticas (Dupriez & Maroy; 2003).

No contexto da regulação situacional, ativa e autónoma, há uma proximidade conceptual com a área da sociologia. Neste contexto, analisa-se a organização dos fenómenos sociais.

Numa perspetiva sociológica mais tradicional, a regulação é vista como uma categoria específica de fenómeno social. Numa abordagem mais contemporânea, a regulação reflete uma perspetiva única da realidade social. No primeiro caso, parte-se do pressuposto de que existem fenómenos sociais que estão sujeitos a regulação e outros que não estão. No entanto, uma análise minuciosa e detalhada da realidade social sugere que praticamente todos os fenómenos sociais são objeto de regulação. Assim, a perspetiva sociológica da regulação não apenas analisa os processos institucionais que influenciam as ações e interações dos vários agentes, mas também considera a posição que estes ocupam no funcionamento do sistema social.

Nesta perspetiva, a análise da regulação não se restringe à avaliação de fatores de natureza macrossocial, sendo essencial dedicar atenção específica aos dispositivos acionados pelas interações dos diversos intervenientes no referido sistema social (Delvaux; 2001).

De acordo com Dupriez (2001), o contexto institucional é uma estrutura em parte influenciada pelas práticas dos intervenientes, ao mesmo tempo que é moldada por esses mesmos intervenientes. Seguindo esta linha de raciocínio, é importante salientar a importante contribuição do sociólogo francês Jean-Daniel Reynaud (1997, 2003). Analisando as dinâmicas das relações sociais e os conceitos de controlo, conflitos e negociações, Reynaud elaborou a teoria da regulação social, onde destaca a geração interna das regras e diferencia entre regulação de controlo e regulação autónoma.

Nesse sentido, o conceito de "regulação" diz respeito a um processo em constante evolução de estabelecimento de regras do jogo, que engloba a elaboração de normas, diretrizes e limitações que orientam o funcionamento do sistema, bem como sua adaptação contínua em resposta à diversidade de estratégias e ações dos diversos intervenientes (Reynaud, 1997, 2003)

Efetivamente, na perspetiva institucional, estamos a entrar na fase em que se estabelecem as estruturas da regulação. Já na abordagem ativa, estamos a lidar com as interações dinâmicas entre os diversos intervenientes, o que pode ser entendido como os "jogos dos atores". Na fase estrutural, salienta-se a análise da forma como diferentes métodos de coordenação contribuem para a coesão relativa da estrutura e do funcionamento de um sistema social específico. Por outro lado, na fase dos "jogos de atores", são estudadas as interações e competições entre os intervenientes, avaliando a sua habilidade para criar e aplicar as regras que guiam a ação social (Dupriez & Maroy, 2003).

As principais diferenças metodológicas entre estas duas abordagens estão relacionadas com o facto de a primeira se focar nos aspetos mais descritivos e estruturais dos arranjos institucionais, assim como na natureza sistémica e de grande escala dos métodos de regulação. Por outro lado, a segunda abordagem centra-se principalmente na regulação do ponto de vista da ação, não da propriedade do sistema, dando destaque a uma abordagem estratégica e autónoma. Neste contexto, é importante salientar que as estruturas institucionais não são suficientes para compreender completamente o processo de regulação. Isto porque as estratégias e lógicas de ação dos intervenientes permitem explicar e compreender a regulação de um sistema específico, tanto em relação à influência dos diferentes intervenientes quanto ao processo de construção da estrutura institucional desse sistema.

Podemos concluir que os sistemas educativos estão sujeitos a um processo complexo de direcionamento, coordenação e controlo, que envolve uma diversidade de elementos e abordagens. Efetivamente, a gestão da educação engloba uma diversidade de fontes, mecanismos, tipos, objetos e intervenientes, resultando tanto em ajustes e organização quanto em contradições e desorganização (Barroso, 2003; Maroy, 2004).

Podemos concluir que os sistemas educativos fazem parte de um processo de gestão que abrange várias dimensões. Reynaud (2003) descreve as diferentes facetas da gestão institucional, autónoma e partilhada. Dubet & Martucelli (1996) realçam a distinção entre a gestão normativa e sistémica. Demailly (2001) refere as facetas normativa e cognitiva da gestão.

Barroso (2003, 2005), Barroso et al. (2002) e Maroy (2004) concebem a gestão do sistema educativo como um conjunto de gestões denominado de multigestão, destacando que o campo educativo está sujeito a um processo de gestão diversificado e composto.

Adicionalmente, é fundamental salientar que, ao examinar o funcionamento dos sistemas educativos, é essencial considerar que as diretrizes, regulamentos e normas estabelecidas e aplicadas pelas autoridades educativas resultam em vários processos de adaptação e readaptação, os quais diminuem a relação de causa e efeito entre princípios, metas, processos e resultados educativos.

Por um lado, as entidades reguladoras não se limitam às estruturas formais, existindo uma variedade de instâncias informais de "mediação, tradução e orientação de vários fluxos reguladores". Por outro lado, os processos de confrontação e negociação, impulsionados pelos interesses, estratégias e lógicas de ação dos diferentes intervenientes educativos, que funcionam como pontos nodais numa rede de regulação multilateral, resultam numa redefinição dos

objetivos estabelecidos previamente e dos poderes envolvidos, conduzindo a equilíbrios sempre contingenciais ou até mesmo à transformação do próprio sistema (Barroso; 2002).

Considerando as abordagens conceituais apresentadas e seguindo as ideias de Barroso (2003, 2005) e Maroy (2004) sobre os conceitos de regulação e governança educativa, podemos concluir que os conceitos devem abranger os seguintes elementos definidores:

- A gestão e governação da educação possuem uma natureza sistémica e são moldadas ao longo do tempo e do espaço;
- A gestão e governação da educação são conceitos diferentes, mas ambos podem ser empregues na análise empírica;
- A gestão da educação é um processo complexo e multifacetado, sendo composto por uma dimensão institucional e uma dimensão autónoma ou situacional;
- A gestão institucional da educação refere-se à orientação, coordenação, controlo e ajustamento das ações dos intervenientes com poder no domínio educativo;
- A gestão autónoma ou situacional da educação diz respeito ao processo de (re)apropriação social e contingente dos elementos constitutivos e estruturantes dos sistemas, das políticas e das práticas educativas;
- A gestão da educação é um sistema de múltiplas gestões, resultante do processo complexo de adaptação dos comportamentos dos diversos intervenientes às normas e regras político-sociais, ao nível e formas de estruturação do sistema educativo, e às consistências, disputas e tensões nele presentes.

Segundo Barroso (2005), o aumento do uso do termo "regulação" no contexto educacional está, em grande medida, associado à tentativa de atribuir um novo significado simbólico à intervenção do Estado na formulação das políticas públicas. Muitas alusões ao "novo" papel regulador do Estado visam destacar as propostas de "modernização" da administração pública em contraste com as práticas tradicionais de controlo burocrático através de normas e regulamentos, que têm sido (e continuam a ser) características da intervenção estatal.

Neste contexto, a "regulação", que se destaca pela flexibilidade na definição dos processos e pela rigidez na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados, seria oposta à "regulamentação", que se concentra na definição e controlo prévio dos procedimentos, demonstrando-se relativamente indiferente às questões de qualidade e eficácia dos resultados.

Apesar de ser bastante divulgada, essa diferenciação não é precisa e não corresponde devidamente ao significado original do termo "regulação", nem à sua aplicação na linguagem científica.

De acordo com a definição estabelecida nos dicionários, regulação, enquanto ação de regular, diz respeito à forma como se adapta a atividade (seja ela de natureza mecânica, biológica ou social) a certos objetivos, expressos por meio de regras e normas predefinidas. Noutras palavras, a diferença entre regulação e regulamentação não está no seu propósito - ambos visam definir e garantir o cumprimento de regras que concretizam objetivos - mas sim no facto de que a regulamentação é uma forma específica de regulação, em que as regras são codificadas (fixadas) na forma de regulamentos, muitas vezes assumindo um valor próprio, independente do seu uso.

O conceito de regulação é frequentemente ligado ao controlo de elementos que são autónomos, mas interdependentes. Neste contexto, o termo é utilizado, por exemplo, no âmbito da economia para descrever a intervenção de entidades com autoridade legítima, frequentemente estatais, que procuram guiar e coordenar a ação dos agentes económicos, como na regulação de preços, comércio ou energia. Para além desses significados tradicionais, a compreensão do termo regulação passou por um notável desenvolvimento com a evolução da teoria dos sistemas.

Num sentido mais amplo, a regulação é vista como uma função essencial para manter o equilíbrio em qualquer sistema, quer seja físico ou social, e está associada aos processos de feedback, positivo ou negativo. Essa função permite que o sistema, através de entidades reguladoras, identifique perturbações, análise e processe informações relacionadas a um estado de desequilíbrio, transmitindo, conseqüentemente, um conjunto coerente de instruções a um ou vários órgãos executores.

Alguns autores, como Diebolt (2001), alargam o conceito de regulação, fazendo uma distinção entre regulações conservadoras, que visam preservar a coerência e o equilíbrio do sistema, e regulações transformadoras, que têm um papel triplo:

- Compreender como o sistema origina novas formas de organização;
- Compreender como um processo de regulação leva ao seu sucessor;
- Analisar as interligações entre diferentes formas de regulação.

De acordo com Diebolt (2001), um especialista na área da economia da educação, a regulação é descrita como o conjunto de mecanismos que garantem o desenvolvimento de um

sistema por meio de um processo complexo de reprodução e transformação. Ele destaca que a mudança é um requisito fundamental para manter a existência e a coesão do sistema.

Ao examinar as pesquisas de Reynaud (1997, 2003), é possível identificar três dimensões complementares no processo de gestão dos sistemas sociais:

- A gestão institucional, normativa e de controle;
- A gestão situacional, ativa e autónoma.;
- A gestão conjunta.

Na primeira situação, a gestão pode ser definida como "o conjunto de iniciativas deliberadas e implementadas por uma entidade (governo, hierarquia de uma organização) com o objetivo de guiar as ações e interações dos intervenientes sobre os quais detém uma autoridade específica" (Maroy & Dupriez; 2000).

Na segunda situação, a gestão é vista, principalmente, como um processo dinâmico de criação de "regras do jogo" (Reynaud; 1997), que abrange não apenas a formulação de normas, ordens e limitações que guiam o funcionamento do sistema, mas também o subsequente ajuste dessas regras devido à diversidade de estratégias e ações dos diferentes agentes, em conformidade com tais normas. Segundo esta perspectiva, num sistema social complexo, como o sistema educativo, existem diversas fontes, objetivos e formas de gestão, influenciadas pela variedade de intervenientes envolvidos, as suas posições, interesses e estratégias (Barroso; 2000).

Na terceira situação, a "gestão conjunta" diz respeito à interação entre a gestão de controle e a gestão autónoma, com o objetivo de estabelecer regras partilhadas (Reynaud, 2003).

De modo semelhante, Dubet distingue entre "gestão normativa" - a criação de normas pelo Estado, relacionada com mudanças voluntárias através da internalização e socialização dessas mesmas normas pelos indivíduos - e "gestão sistémica" - o processo pelo qual o sistema social é reproduzido e transformado através de efeitos que não são necessariamente intencionais, como os efeitos de composição.

Por último, é importante destacar, como afirmado por Bettencourt (2004) nas ciências sociais, que as teorias não conflituais consideram o ajustamento entre os vários intervenientes no processo de gestão como a busca por um equilíbrio social ideal. Estas teorias reforçam a ideia geral de gestão como a obtenção de um funcionamento "adequado".

Ao contrário do que se poderia esperar, segundo as perspectivas políticas, a regulação não assegura nem a harmonia, nem uma estabilização rigorosa, nem a otimização, uma vez que o processo de elaboração e implementação das normas envolve um conflito social que gera disputas, quer sejam manifestas e violentas, institucionais ou dissimuladas.

Num contexto inicial, o termo "regulação" está sobretudo ligado à discussão sobre a reforma e atualização da gestão estatal no domínio da educação. Este fenómeno é especialmente evidente em ambientes linguísticos onde se fala francês e em nações onde persiste uma administração fortemente centralizada e burocrática. A menção à "regulação" surge como resultado de uma tendência ou evolução linguística específica, com o intuito de reforçar a imagem de um Estado menos prescritivo e regulador. Isso caracteriza uma "nova gestão pública" que substitui o controlo direto e prévio dos processos por um controlo à distância e posterior baseado nos resultados.

Nesta visão, fazer referência a um "Estado regulador" implica o reconhecimento e a presença de entidades autónomas no sistema. Este termo é empregado para denotar uma modernização na gestão da educação pública, que, conforme destaca Demailly (2001), especialmente no contexto francês, evolui de um enquadramento normativo centrado na "obrigação de meios" para outro centrado na "obrigação de resultados".

Num segundo contexto, o emprego do termo "regulação" está principalmente associado, por contraste, ao conceito de "desregulação". Nesta situação, a contraposição entre regulação e desregulação tem como objetivo realçar uma quebra com os modelos "convencionais" de intervenção do Estado na coordenação e orientação do sistema público de educação. Esta diferenciação é mais proeminente em ambientes linguísticos anglo-saxónicos, sobretudo em nações onde ocorreram mudanças políticas com uma orientação conservadora e neoliberal. Nestes países, a questão em discussão não se limita apenas a uma mudança nos métodos de regulação pelo Estado, mas sim à substituição parcial da regulação estatal por uma regulação promovida pelo setor privado, através da implementação de quase-mercados educacionais.

Consiste, como delineado por Gintis (1995), na substituição de um "governo dedicado à produção direta de bens e serviços" por um governo que focaliza na regulação da produção e distribuição desses mesmos bens e serviços, os quais são oferecidos dentro de um sistema competitivo por outras entidades. Segundo o mesmo autor, "a utilização do mercado, neste contexto, é mais instrumental do que uma alternativa ao processo de tomada de decisão democrática".

Nesta perspectiva, a "regulação", entendida como a intervenção das autoridades governamentais na oferta de um serviço público, é considerada como uma "ação" oposta à "privatização", que é definida como a transferência para entidades não governamentais, com ou sem fins lucrativos, do controlo e da prestação desses serviços.

Para enriquecer a análise até agora feita, é possível reconhecer várias interpretações atribuídas ao termo "regulação", as quais variam conforme as abordagens teóricas adotadas. Christian Maroy (2006) identifica três dessas abordagens:

- A regulação no contexto funcionalista e cibernético pode ser simplificada descrita como o controlo e manutenção do funcionamento de um sistema, de forma análoga à regulação de uma máquina bem ajustada ou de um sistema informático eficiente;
- A regulação institucional refere-se à definição e aplicação de regras e normas por parte das instituições governamentais ou outras entidades responsáveis, a fim de garantir o funcionamento adequado e o cumprimento das políticas estabelecidas dentro de uma determinada estrutura organizacional ou sistema;
- A regulação segundo teorias não funcionalistas, consolidada naquilo que ele chama de abordagem socioconstrutivista, refere-se à forma como as normas e regras são criadas e aplicadas através de processos sociais e construídas pela interação entre os atores sociais, em oposição à visão de regulação como um sistema mecânico ou cibernético.

Embora não tenhamos a intenção de entrar em detalhes teóricos sobre as diferenças entre estas diferentes abordagens, podemos de forma geral conceber a regulação da educação como o conjunto de métodos aplicados num sistema educativo.

Estes métodos têm como objetivo possibilitar que os intervenientes (ou protagonistas, conforme o nível de autonomia atribuído), desde o centro até à margem, atinjam, com a maior eficácia possível, os objetivos definidos no contexto do que se considera como interesses comuns (Meuret, 2007).

Reconhecendo a existência de vários níveis e esferas onde os processos de regulação ocorrem (Dale, 2005; Maroy, 2006), nota-se que o termo "regulação" tem sido empregue de forma bastante variada. Existem várias interpretações, perspectivas e metas, por vezes conectadas entre si e outras vezes distintas. É relevante notar que a evolução da conceção de regulação não segue um caminho linear, já que as ideias ligadas a este termo não progridem em etapas sucessivas de melhoria e avanço.

1.4 - Razões Políticas

Uma autêntica defesa da democracia em qualquer nação deve ser manifestada e cultivada desde a infância. Nas democracias consolidadas, existe a possibilidade de os cidadãos considerarem a democracia como algo adquirido, perdendo, conseqüentemente, o interesse em participar. Em contraste, em nações onde a democracia é mais recente e suas bases são menos estáveis, qualquer contratempo pode resultar na diminuição dos direitos democráticos. Contudo, se, por meio da experiência, os cidadãos adquirirem a capacidade de superar, pelo menos em parte, os desafios habituais associados à tomada de decisões democráticas, é provável que a sua confiança na democracia seja fortalecida. Dessa forma, eles demonstraram maior disposição para participar ativamente na esfera política, tanto a nível local quanto, possivelmente, a nível nacional.

É inviável conter ou mesmo exercer controle sobre o dilúvio de informações. A proteção das nossas crianças e alunos desse fenômeno torna-se desafiadora. No entanto, é preciso reconhecer que esse contexto contribui para a formação da geração atual como a mais bem informada até o momento.

Deste modo, como poderemos instruir os jovens na habilidade de discernir e avaliar, especialmente quando não estamos presentes para determinar a qualidade informativa? Em lugar de ineficazes esforços de censura e limitação, é mais vantajoso proporcionar-lhes instrução em pensamento crítico e autonomia. Atualmente, observa-se uma transição de valores do coletivo para o individual, uma inclinação para nos vermos mais como consumidores do que como cidadãos em uma sociedade de bem-estar.

Quando os progenitores manifestam insatisfação em relação à escola frequentada pelos seus filhos, frequentemente abstêm-se de adotar ações de natureza política, como o contato direto com a administração escolar ou a participação ativa em organizações de pais. Em vez disso, o desdobramento mais provável consiste em um sentimento de alienação em relação à instituição educacional, caracterizado pela falta de envolvimento substancial na educação dos filhos ou, em casos extremos, pela convivência com a ausência escolar. Adicionalmente, os pais podem optar por transferir os seus filhos para outra instituição de ensino.

Todos esses desdobramentos manifestam conseqüências substanciais e adversas no âmbito da educação pré-escolar e escolar, na escola, ou em ambas. Para promover o interesse na participação cívica ativa, torna-se imperativo demonstrar aos nossos alunos, ao longo da sua formação, que envolver-se em decisões coletivas é não apenas significativo, mas também enriquecedor. Dada a rápida e constante transformação na sociedade, onde as inovações

tecnológicas apresentam tantos desafios quanto oportunidades, tanto os estados quanto as comunidades locais, sujeitos a influências globais fora do âmbito democrático, devem interagir com tais dinâmicas. Simultaneamente, é crucial reconhecer os impactos positivos que a globalização tem exercido nas nossas vidas, encarando a diversidade e a mutabilidade como oportunidades, e proporcionar uma educação adaptada a esse contexto dinâmico.

Incentivar o envolvimento da comunidade na dinâmica escolar alinha-se com o princípio da Escola Participativa, a qual deve ser implementada de maneira adaptada em diversas esferas de atuação nas instituições educacionais, configurando-se como um objetivo intrínseco ao refletir os ideais democráticos. Contudo, é pertinente indagar sobre a definição de Escola Democrática, sua origem conceptual e as implicações que pode acarretar na experiência escolar e no desenvolvimento dos alunos.

Uma Escola Democrática é uma instituição de ensino que incorpora os princípios da democracia na sua estrutura, no seu funcionamento e na sua cultura, ou seja, promove a existência de participação ativa de todos os membros da comunidade educativa – alunos, professores, assistentes operacionais e técnicos, pais e encarregados de educação, são influenciados a participar ativamente nas decisões relacionadas com os assuntos que afetam a escola. As decisões importantes são tomadas de forma colaborativa, geralmente através de assembleias ou grupos de trabalho. Desta forma fica garantido que as diferentes perspetivas dos intervenientes sejam consideradas.

Nas Escolas Democráticas são valorizadas as diferentes perspetivas, culturas e nacionalidades e promove-se a inclusão e o respeito mútuo. Estas práticas permitem o estabelecimento de um ambiente onde todos se sentem bem e onde os alunos são influenciados a assumir responsabilidade pelas suas aprendizagens e comportamentos. Desta forma potencia-se a autonomia e o sentido de responsabilidade.

Em Escolas Democráticas os alunos são estimulados a desenvolver o pensamento crítico, a capacidade para resolver conflitos e a envolver-se ativamente nas dinâmicas da Escola. A gestão escolar é transparente, com informações acessíveis a todos os elementos da comunidade educativa. Um dos principais objetivos é formar alunos ativos, críticos e participativos na sociedade. Podemos mesmo dizer que a Escola Democrática prepara os alunos para a democracia e para uma participação significativa na sociedade.

Os protestos estudantis associados à promoção dos ideais de liberdade e igualdade em Portugal tiveram sua primeira onda significativa de contestação liderada pela Associação de Estudantes a favor das Letras entre 1961 e 1963, eram manifestações contra o regime, pela

democratização, contra a guerra colonial. Esses acontecimentos prepararam o terreno para as manifestações ocorridas em maio de 1968, prolongando-se ao longo da década de 1970, e, como salientado por Lima (1998), representaram um dos fenómenos revolucionários na formação da conceção de Escola Democrática ao suscitar reflexões sobre o papel da instituição educativa na transformação da sociedade. Através desses movimentos, os estudantes defenderam questões como a igualdade de acesso e oportunidades de sucesso, resultando na abertura da Escola à participação ativa dos alunos.

De acordo com Backman & Trafford (2007), o termo "gestão escolar" é utilizado em um contexto amplo de liderança, englobando tanto os elementos práticos quanto os ideológicos. O adjetivo "democrática" implica que essa gestão se baseia nos valores dos direitos humanos, incorporando a participação ativa dos alunos, corpo docente e decisores nas principais deliberações. Fernandes (1985) defende que a "administração democrática" é um elemento vital da democratização do ensino, sendo um dos indicadores mais importantes do nível de descentralização e participação introduzidos no sistema educativo português, que tradicionalmente é marcado por uma forte centralização e burocratização.

No contexto da administração escolar, vários autores estabelecem uma diferenciação entre "gestão" e "administração", termos que, apesar de próximos, têm significados substancialmente diferentes. Conforme destacado por Backman & Trafford (2007), o termo "gestão" é utilizado para enfatizar a notável abertura das escolas e sistemas de ensino, enquanto "administração" é empregado para sublinhar as dimensões burocráticas, técnicas e instrumentais da gestão. Este autor argumenta que, com a crescente abertura das escolas, baseada nas particularidades locais (sociais e económicas) e caracterizada por uma complexa gama de necessidades e interesses diversos, torna-se cada vez mais relevante adotar a terminologia "gestão" escolar. Nesse contexto, a gestão implica a mediação e a negociação de soluções, uma vez que não se detém controle absoluto sobre quem é governado. Contudo, para incorporar efetivamente os valores da democracia na sociedade, é crucial implementá-los de forma tangível no nosso quotidiano, especialmente na vida diária das nossas instituições educativas.

Em 1934, na obra intitulada "Democracia", António Sérgio defendia a necessidade de oferecer aos alunos, desde cedo, experiências práticas de democracia e participação. Ele propunha a introdução de práticas de autogoverno nas escolas como meio de alcançar esse propósito. A visão de António Sérgio, expressa em sua vasta obra, realçava a importância de uma educação democrática para a formação cívica, atribuindo aos alunos um papel central na

gestão escolar. Lima (1998) cita um excerto de "Democracia" de António Sérgio (1934), onde reforça essa noção, afirmando que "a experiência política, aliás, deveria começar na própria Escola, através dos processos de autogoverno, que temos defendido há tanto tempo. Na Escola, iniciar-se-ia também o conhecimento e a prática da República Cooperativa (ou Socialismo Cooperativista), considerada a melhor solução imediata dos problemas sociais". O Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho à terceira edição de "Educação Cívica" de António Sérgio menciona que, segundo a doutrina sergiana, o aspeto fundamental reside na possibilidade de os alunos se organizarem na escola de maneira semelhante aos adultos num município. Ao assumirem progressivamente a responsabilidade por suas ações e decisões, os alunos são treinados para tomar decisões e participar em assembleias onde são discutidas deliberações de interesse comum, contribuindo para o seu desenvolvimento como seres humanos plenos. Dessa forma, eles aprendem, na prática, a desempenhar os papéis sociais da cidadania, adquirindo conhecimento através da experiência direta sobre o funcionamento da sociedade.

A vivência efetiva da democracia demanda prática e ações contínuas, sendo imperativo compreender seu significado e relevância desde os estágios iniciais do desenvolvimento. Torna-se crucial instituir práticas democráticas desde a infância, de modo a evitar que a democracia seja presumida como um dado adquirido, resultando na perda do interesse pela participação cívica. Entretanto, a expansão da gestão participativa está sujeita a uma série de fatores, conforme apontado por Lima (1998), nomeadamente: o modelo de estrutura organizacional, contemplando suas normas, valores e estratégias; a posição e nível de comprometimento do indivíduo ou grupo dentro da organização; e a natureza da problemática ou situação em questão.

Ainda segundo Backman & Trafford (2007), a gestão escolar democrática é benéfica para a Escola, porque:

- Promove a disciplina;
- Potencia a aprendizagem;
- Diminui o conflito;
- Torna a escola mais apta para a competição;
- Consolida a criação de democracias duradouras.

Consoante os autores mencionados, Backman & Trafford (2007), a pesquisa evidencia que, embora seja relevante a implementação de regras, conferir inspiração de confiança nos alunos, promovendo a sua responsabilidade. Uma gestão que se baseia na confiança revela-se consideravelmente mais duradoura do que aquela assente em ameaças, o que contribui para o aprimoramento da disciplina escolar.

Num contexto democrático, os alunos são dotados de maior autonomia na escolha de métodos de trabalho, e, para alguns, na determinação do conteúdo de aprendizagem ou nas modalidades de avaliação. Dificuldades relacionadas ao baixo desempenho e à falta de motivação frequentemente são atenuadas quando é conferida aos alunos uma maior amplitude de escolhas. No que diz respeito à redução de conflitos, os autores referidos notam que, num ambiente autoritário, onde a posição social tem mais peso do que os direitos individuais, as pessoas podem reconhecer a necessidade de estabelecer alianças para se protegerem ou para conseguirem benefícios pessoais. Essas circunstâncias podem convergir para um amplo espectro de conflitos, resultando em fenômenos como discriminação e bullying. A implementação de um ethos baseado no respeito mútuo, provavelmente, contribuirá para a promoção de ambientes escolares mais agradáveis e seguros nos pátios da escola. Além disso, a competitividade da instituição de ensino tenderá a aprimorar-se ao reconhecer que os alunos contemporâneos enfrentam maiores desafios em aceitar a autoridade de forma inquestionável.

Atualmente, a análise e avaliação da eficiência escolar no contexto da Educação para a Cidadania são essenciais para garantir a formação completa dos seus alunos.

De acordo com Backman & Trafford (2007), a forma de avaliar esse desempenho consiste em examinar individualmente cada um dos três princípios estabelecidos pelo Conselho da Europa para a Educação para a Cidadania Democrática:

- Direitos e obrigações;
- Participação efetiva;
- Reconhecimento da diversidade.

Backman & Trafford (2007), também destacam quatro Áreas-chave principais em relação à forma como a Escola avalia o grau de democracia na sua governança, a saber:

- Gestão, direção e transparência perante o público;
- Formação em valores;
- Colaboração, comunicação e participação: competência e autonomia;
- Autodisciplina.

Com base na análise dessas quatro áreas, segundo os princípios definidos pelo Conselho da Europa, podemos distinguir se a instituição escolar segue uma abordagem de gestão democrática ou, por outro lado, adota uma postura autoritária.

Dessa maneira, a colaboração entre os diferentes atores no contexto educativo na gestão e organização escolar revela-se como um elemento crucial na concretização eficaz do modelo de Escola Democrática.

Conforme a perspectiva adicional de Backman & Trafford (2007), a viabilidade da mudança democrática tende a ser mantida mediante uma abordagem contínua e consistente nesse sentido, uma vez que ela se incorpora e se fortalece entre todos os intervenientes desse processo. Nesse contexto, de acordo com Torres & Palhares (2009, p. 97):

“Embora culturalmente constrangidos e politicamente cerceados, os órgãos de governação da escola auferem de um estatuto central no aprofundamento dos valores democráticos, cabendo-lhes a difícil missão de reinventarem fórmulas de mobilização local dos atores e de reposição quotidiana do sentido cívico e democrático inerente à escola pública.”

No entanto, a adoção de uma gestão democrática pela instituição escolar e a implementação de formas de gestão participativa requerem a existência de um espaço efetivo de autonomia da escola e o reconhecimento das competências e responsabilidades distintas dos agentes organizacionais (Barroso, 1995).

O mesmo autor, no contexto em apreço, destaca a importância de alcançar uma "harmonia em movimento" entre:

- A autoridade concedida pelo poder central ou local na escola;
- As aptidões profissionais dos professores e demais funcionários não docentes.;
- Os direitos dos alunos enquanto protagonistas do seu próprio desenvolvimento.;
- A responsabilidade dos pais na formação dos seus filhos.

De acordo com o entendimento de Luck (2000), a autonomia é a capacidade de um processo de gestão participativa em assumir com eficácia a responsabilidade social de fomentar a formação de jovens de acordo com as necessidades de uma sociedade democrática em evolução, através de aprendizagens que tenham significado. Este conceito é dinamicamente realizado, respondendo às formas de participação local e às influências externas.

A autonomia desempenha, assim, um papel crucial na abordagem democrática e participativa da administração escolar. Apesar de parcialmente, dado que a organização escolar está sujeita a normas e critérios operacionais bem definidos, a autonomia é definida como a capacidade das partes envolvidas se auto-administrarem e determinarem o seu próprio curso. Adicionalmente, ela possibilita a criação de condições que facilitam a concretização dos

objetivos educacionais em colaboração com a comunidade. Neste cenário, as escolas possuem o poder de determinar autonomamente a sua trajetória, envolvendo e responsabilizando todos os intervenientes da comunidade educativa, pelo sucesso da instituição. O modelo de gestão democrático-participativa encontra na autonomia um dos pilares fundamentais, requerendo a livre escolha de objetivos e metodologias, bem como a construção colaborativa do ambiente de trabalho.

De acordo com Luck (2000), a autonomia não se limita, assim, à questão financeira, nem é mais relevante nesse aspeto, mas sim na esfera política, ou seja, na capacidade de tomar decisões partilhadas e comprometidas e de utilizar o talento e a competência coletivamente organizada e articulada para resolver os problemas e desafios educacionais, assumindo a responsabilidade pelos resultados dessas ações, ou seja, apropriando-se do seu significado e autoria. Por conseguinte, a descentralização é um meio e não um fim na construção da autonomia, tal como esta é também um meio para a formação democrática dos alunos.

Destaca-se, por último, que o cultivo da autonomia nas escolas representa um procedimento conjunto e com responsabilidade partilhada. Para promover a autonomia, é crucial possuir a habilidade de interagir com todos os membros da comunidade educativa, adotando uma perspetiva de gestão democrática participativa. Vale ressaltar que o nível de participação varia consideravelmente entre diferentes instituições escolares.

A modalidade de participação da comunidade educativa, dentro desta perspetiva de prática democrática, manifesta-se através de diversas formas, variando de acordo com a política de gestão adotada por cada instituição escolar.

No que diz respeito às distintas modalidades de participação da comunidade educativa na gestão escolar, Veloso, Craveiro, & Rufino (2012), em sua pesquisa, estabelecem uma classificação das organizações, distinguindo-as da seguinte maneira:

- Organizações escolares inovadoras são aquelas que oferecem uma vasta gama de opções educativas, com uma articulação clara entre os professores, reconhecendo o desempenho académico e cívico dos alunos, promovendo atividades lideradas pelos alunos, envolvendo os encarregados de educação e os alunos na elaboração dos documentos estruturantes, além de contar com a participação da Assembleia de Escola e das Assembleias de Turma na vida escolar.
- Organizações escolares tradicionais são aquelas que se destacam pela presença de uma articulação curricular limitada, pela falta de reconhecimento do mérito académico e cívico dos alunos, pela ausência de envolvimento dos alunos na

organização das atividades, pela não promoção da participação dos alunos e encarregados de educação na elaboração de documentos e pela atribuição de um papel geralmente ausente ou meramente formal à Assembleia de Escola e às Assembleias de Turma.

- Organizações escolares difusas são aquelas que se distinguem por ter um corpo docente menos estável e uma população escolar com maiores carências económicas. No entanto, estas organizações adotam práticas de integração e reconhecimento da comunidade educativa, promovendo também o trabalho colaborativo entre os docentes.

Com a meta de alcançar o estatuto de uma instituição de ensino inovadora através da participação da comunidade, a escola pretende criar potenciais impactos na melhoria do ambiente de aprendizagem dos alunos, na promoção da participação pública na vida escolar, no aumento dos recursos disponíveis na escola e na transformação de práticas e culturas escolares (Veloso, Craveiro e Rufino).

Considerando todas as informações apresentadas, torna-se evidente, conforme ressaltado por Gouveia (2013, p.40), que:

“dependendo ainda muito a gestão escolar dos normativos estabelecidos, o papel/ação dos gestores das escolas será determinante para a implementação e/ou desenvolvimento de uma cultura de participação e, conseqüentemente de uma gestão democrática da escola. Por meio da definição de uma política educativa centrada na escola, proporcionando e promovendo práticas de análise/reflexão para a resolução de problemas, desenvolvendo processos de interação entre o conhecimento e a prática dos vários elementos educativos, contribuindo para a tomada de decisões pela comunidade escolar e ultrapassando o estritamente definido pelas indicações normativas”.

Neste contexto, um procedimento de gestão democrática implica a criação de um plano de cidadania que promove as práticas democráticas na instituição educacional e que enfatiza a confiança em todos os membros da comunidade escolar, como referido por Backman & Trafford (2007, p.23):

“Reformar e reinventar a escola no sentido da sua função de comunidade de aprendizagem só poderá ter sucesso se a

confiança for estabelecida como princípio nos sistemas educativos e se se tornar um sinal político visível junto de escolas e profissionais.”

Assim sendo, pode-se afirmar que a implementação bem-sucedida das estratégias visando uma gestão democrática da instituição educacional, abrangendo o estabelecimento das Assembleias de Turma e Assembleia de Escola, está condicionada à participação efetiva da instituição e das suas lideranças.

Capítulo 2 – Participação dos alunos nos processos de gestão da Escola

2.1 - Uma Escola Democrática e participativa

A abordagem democrática na educação é uma temática crucial que tem sido extensivamente debatida por educadores de renome, destacando-se entre eles Michael Apple e Paulo Freire.

Michael Apple, ao apresentar o conceito de Escolas Democráticas, propõe uma análise profunda da estrutura e funcionamento das instituições educativas, sublinhando a necessidade de fomentar um ambiente participativo e inclusivo.

Por sua vez, Paulo Freire, reconhecido pelas suas obras "Pedagogia da Autonomia" e "Pedagogia do Oprimido", oferece uma perspectiva transformadora, enfatizando a importância da autonomia do educando no processo de aprendizagem e abordando questões fundamentais associadas à opressão e à emancipação.

A inclusão destes autores na discussão da presente dissertação procura enriquecer a compreensão da relevância da democracia e autonomia no contexto educativo.

Ao explorar as ideias de Michael Apple, centradas na criação de escolas mais participativas e igualitárias, e as contribuições de Paulo Freire, que defendem a autonomia do educando como instrumento de libertação, pretende-se estabelecer um fundamento teórico robusto para a abordagem proposta neste trabalho.

Além de Michael Apple e Paulo Freire, é imperativo considerar outras vozes influentes no campo educacional que contribuíram significativamente para a discussão sobre democracia e autonomia. Entre esses destacam-se John Dewey, cujas ideias progressistas e foco na experiência educativa influenciaram profundamente a teoria pedagógica democrática.

Dewey defendia a importância de uma educação que preparasse os alunos para participar ativamente na sociedade, promovendo a democracia não apenas como uma estrutura governamental, mas como um modo de vida.

Outro autor crucial é Henry Giroux, cujo trabalho aborda questões de justiça social, pedagogia crítica e cidadania ativa. Giroux destaca a necessidade de uma educação que não apenas transmita conhecimento, mas também promova a capacidade crítica dos alunos para enfrentar desafios sociais e políticos.

A inclusão destes autores amplia ainda mais o intuito da discussão, proporcionando uma base teórica robusta para abordar as questões relacionadas à democracia, autonomia e participação ativa na educação.

Assim, torna-se impraticável fornecer orientação contínua às crianças e aos alunos sobre a fiabilidade da informação e a sua interpretação. A forma mais segura de abordar esta questão é ensiná-los desde a infância a selecionar e avaliar a informação que encontram. Em vez de aplicar medidas de censura ou restrição desnecessárias, é fundamental investir no desenvolvimento do seu pensamento crítico, capacitando-os a pensar de forma independente. Para alcançar este objetivo, é crucial manter as nossas crianças e alunos bem informados e envolvidos na vida em sociedade. A sociedade está a passar por transformações constantes e aceleradas. Atualmente, vivenciamos uma era em que a informação está disponível incessantemente, proveniente de diversas fontes e em um fluxo tal que torna impraticável qualquer forma de controlo.

Conforme observado por Backman & Trafford (2007): "Com o propósito de fomentar o interesse na cidadania ativa, é imperativo demonstrar aos filhos (dos alunos, em nosso contexto) ao longo de sua formação que participar de decisões coletivas é não apenas benéfico, mas também uma experiência gratificante."

Este empenho é considerado como uma tarefa essencial em sociedades livres, associando distintas dimensões da cidadania, tais como responsabilidade social e moral, participação na comunidade e literacia política. Conforme Crick (1998), mencionado por Dias e Menezes (2009), defende-se que a "democracia", como um processo em constante evolução, exige que os seus cidadãos participem de forma crítica e ativa.

Segundo o que foi delineado por Jacques Delors (1996), em sociedades complexas contemporâneas, é fundamental preparar cada pessoa para participar de forma democrática em iniciativas coletivas. Este processo não se restringe apenas à apresentação de direitos e deveres, mas também implica o desenvolvimento de competências sociais e a promoção do trabalho em equipa dentro do ambiente escolar. Delors propõe um processo que ele chama de "aprendizagem política básica", no qual a escola desempenha um papel crucial como exemplo de prática democrática. Neste contexto, os alunos são guiados a entender, através de situações concretas, os seus direitos e obrigações, bem como a compreensão de como o exercício da liberdade individual é condicionado pelo respeito pelos direitos e liberdades dos outros.

Uma vez que a democracia se fundamenta nos seus próprios princípios e nos resultados que produz, é possível fomentar a formação e educação para a cidadania na escola através de práticas locais e participação tanto individual como coletiva nos espaços de intervenção social próximos.

Segundo Dias e Menezes (2009), devido às condições sociopolíticas atuais, é crucial reconhecer que a principal missão da escola é criar condições favoráveis para que os alunos se transformem em cidadãos aptos a pensar de maneira autônoma e a agir de forma independente.

A promoção da democracia pode ser efetivada no contexto escolar, instigando nos alunos a importância de expressar suas opiniões por meio de instâncias como as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola. Tais assembleias constituem uma forma de participação dos alunos nas deliberações concernentes à vida escolar. Conforme as sessões decorrem, a prática constante e a experiência irão ajudar a melhorar a eficácia destas assembleias, fortalecendo as competências democráticas dos alunos, tais como o pensamento crítico, a comunicação, as relações interpessoais e a resolução de problemas.

As Assembleias de Turma e Assembleias de Escola representam um fórum de diálogo, negociação e construção participativa, no qual os alunos desempenham um papel central na condução de ações e mudanças que impactam a vida escolar. Para além de funcionarem como instância de mediação, estas assembleias têm como objetivo estabelecer-se como um espaço de democracia participativa, reconhecendo as diversidades e os pontos de vista partilhados pelos diferentes participantes. Nesse contexto, fomenta-se o respeito e a convivência na escola enquanto espaço coletivo de diversidade, conforme destacado por Araújo (2008).

Segundo Menezes (2003), conforme mencionado por Carvalho, Alão & Magalhães (2017), esta forma de participação tem as suas origens nas assembleias comunitárias, sendo uma estratégia fundamental para a participação democrática dos alunos, especialmente no que diz respeito à definição de normas e à resolução de problemas. Consoante as observações de Nogueira & Saavedra (2000), o trabalho em grupos, a discussão de temas (envolvendo sensibilização, debate e reflexão crítica), a participação dos alunos nas estruturas administrativas da escola, bem como projetos externos de envolvimento (por exemplo, através de ações voluntárias em instituições de solidariedade social próximas), são práticas positivas de Educação para a Cidadania, numa abordagem de envolvimento educacional abrangente. Dessa forma, a Educação para a Cidadania seria um processo de capacitação que resultaria num verdadeiro sentimento de capacidade de ação social.

De acordo com as ideias apresentadas por Abrantes (2003), os jovens não estão apenas presentes na escola; eles apropriam-se dela, dão-lhe significado e são influenciados por ela... a maioria dos alunos encontra-se atualmente numa posição ambígua em relação à escola, estando sujeitos às interações complexas que moldam o seu percurso educativo.

Através destas abordagens, a participação transforma-se num exercício de poder coletivo por parte dos cidadãos. Assim, os alunos demonstram o desejo de exercer o seu poder ao participarem nas decisões, pois adquirem uma consciência aguçada de que estas têm um impacto direto nas suas vidas escolares. É através do sentimento de pertença que se promovem compromissos, envolvimento e um sentido de desafio na busca por uma cidadania autêntica.

Com base nas considerações anteriormente expostas, é crucial reconhecer aos alunos o direito de participar na organização das suas atividades, em colaboração com os professores, diretores e órgãos de gestão, tendo em conta as suas competências próprias e de forma adequada à sua idade e alcance de influência, (Barroso;1995). É desta forma que a democracia se fortalece. Um acontecimento desencadeia outro e assim por diante. Portanto, não é necessário realizar alterações específicas para construí-la. Basta aproveitar as oportunidades para promovê-la sempre que surgirem. (Backman & Trafford; 2007).

Pedro & Pereira (2010) salientam a importância de as escolas promoverem um envolvimento mais abrangente e uma maior responsabilização por parte dos alunos, com o objetivo de implementar uma verdadeira cultura democrática participativa."

De acordo com Lima (1998), observam-se diferentes formas de participação na instituição escolar, influenciadas pela combinação de critérios como: democracia, regulamentação, envolvimento e orientação. No que diz respeito à democracia, o autor defende que esta se manifesta quando a participação permite moderar certas formas de poder, promovendo a livre expressão de ideias e projetos, e, conseqüentemente, valorizando o processo de tomada de decisões.

Neste processo, é possível identificar dois tipos de participação: a participação direta, na qual o indivíduo participa nas decisões com direito a voto, e a participação indireta, caracterizada por uma participação de natureza representativa. No que diz respeito à regulamentação, trata-se de uma participação que está constantemente orientada por normas, permitindo que os diversos intervenientes direcionem a sua conduta, independentemente da sua posição hierárquica. Essa participação pode tomar as formas de formal, não formal e informal.

O critério relativo ao envolvimento descreve como diferentes elementos se comprometem com as ações da organização, defendendo perspectivas e apresentando soluções. Para este critério, também são definidos vários graus ou níveis:

- Participação ativa, em que se destacam níveis significativos de envolvimento na organização e no processo de tomada de decisão;

- Participação reservada, caracterizada por um comportamento mais observador e analítico, que aguarda e analisa para tomar decisões mais informadas, protegendo os seus interesses;
- Participação passiva, onde são observadas atitudes de desinteresse e distanciamento, com o indivíduo negligenciando as oportunidades e o direito de participação.

Por outras palavras, segundo a interpretação de Lima (1998), a orientação está diretamente ligada à concordância em relação aos objetivos formais das organizações. Neste contexto, a contribuição dos vários elementos pode seguir uma linha comum, direcionada para atingir os objetivos estabelecidos pela instituição escolar, ou pode seguir uma abordagem divergente, marcada por uma ruptura com os objetivos definidos, onde os diferentes elementos apresentam ideias ou argumentos que vão contra ou diferem daqueles estabelecidos pela escola.

Assim, a implementação de um processo participativo surge como o caminho para o desenvolvimento do indivíduo enquanto agente de mudança na escola, inserindo-se numa estrutura social dinâmica e funcionando como impulsionador de transformações sociais. Esta abordagem mostra-se como o método mais eficiente para alcançar a gestão democrática da escola, envolvendo todos os seus elementos no processo de tomada de decisões e no funcionamento da instituição. Desta forma, este método configura-se como uma estratégia para unir todos os membros da comunidade educativa, ajudando-os a compreender os objetivos, a estrutura organizacional e o funcionamento da escola.

Conforme destacam Dias & Menezes (2009), a forma mais eficiente de promover a compreensão política e a participação é oferecer oportunidades para participar em experiências significativas, enquanto se fornece informação explícita sobre várias questões relacionadas com as instituições públicas. Visto que a escola é um ambiente propício para cultivar a cidadania democrática devido à sua organização, ela desempenha um papel essencial na educação primária das crianças e jovens como cidadãos envolvidos e ativos.

No entanto, a participação dos alunos nas instituições educativas levanta várias questões. Por um lado, devido às opiniões dos adultos sobre as competências e direitos de participação das crianças e jovens, e, por outro lado, devido ao controlo político e administrativo abrangente exercido pelo poder central sobre a escola, que estabelece normas e regras, e também devido à sua estrutura altamente hierarquizada em todos os níveis (estatutários, curriculares, sociais, culturais, etc.).

Neste contexto, o conceito de participação está profundamente ligado ao conceito de poder, implicando a capacidade de influenciar os processos decisórios, não se restringindo apenas à garantia do direito de ser ouvido ou informado (Lima & Afonso, 1990).

Segundo Nogueira & Saavedra (2000), uma educação vista como prática de liberdade e democracia requer a participação ativa e crítica dos alunos, utilizando o diálogo e a discussão como fundamentos essenciais para a partilha e a construção coletiva do conhecimento: verdadeiros pilares da democracia educativa.

Portanto, cabe às instituições de ensino, aproveitando a sua capacidade de tomar decisões e a sua autonomia, estabelecer as orientações necessárias para que a escola se transforme efetivamente numa organização inclusiva. Uma instituição que respeite os princípios democráticos, de liberdade e igualdade, na consecução dos objetivos do bem público. Um contexto em que todos colaboram para a sua criação, e onde o papel vital de educar cidadãos conscientes das estruturas democráticas da sociedade e ativos na vida cívica seja um elemento essencial dos Projetos Educativos estabelecidos.

Com base no que foi dito, as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola podem ser vistas como ferramentas que ajudam a alcançar esses objetivos, oferecendo experiências importantes e permitindo que os alunos, desde cedo, experimentem e pratiquem uma democracia participativa.

Independentemente dos critérios utilizados e da sua interligação, as escolas têm a capacidade, através das Assembleias de Turma e de Escola, de criar mecanismos e processos legítimos para envolver os alunos nas tomadas de decisão. Este envolvimento inclui a liberdade de expressão de ideias, assim como a apresentação criativa e construtiva de propostas e projetos.

Capítulo 3 – Problemática e contextualização do estudo

3.1 - Problemática

Dentro do seu contexto e considerando o propósito de análise delineado, o tema geral deste estudo insere-se no domínio da gestão democrática das instituições escolares, tendo o seu foco centrado na ação participativa dos alunos nesses procedimentos, realizada por meio da sua participação nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola. No entanto e antes de mais, cremos ser importante levar em linha de conta as palavras de Backman & Trafford (2007, p.5), quando afirmam que “Nenhuma democracia é perfeita; nenhuma escola é perfeita; e nenhuma escola é completamente democrática!”

Nesse sentido, considerando a implementação das Assembleias de Turma e de Escola como contexto, ambiciona-se examinar a operacionalização e os efeitos destas assembleias nos procedimentos de governança da instituição escolar. Deste modo e sistematizando, o presente estudo visa conhecer a perceção de alunos do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas do Cadaval relativamente à sua participação nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola e, no seu seguimento, indagar sobre a perceção desses alunos relativamente ao impacto da sua ação e da ação das referidas Assembleias nos processos de governança da Escola.

Deste modo, com base no enquadramento descrito, surgiu a pergunta de partida para o presente estudo:

- Como percecionam os alunos a sua participação nos processos de gestão democrática da Escola?

A formulação de uma pergunta inicial, “de partida”, deve ser considerada como a premissa basilar para romper com o senso comum. Essa pergunta deve ser precisa, realista e compreensível, além de possuir três qualidades fundamentais: clareza, exequibilidade e pertinência. Com base na pergunta inicial, deve ser possível ter uma ideia precisa sobre o objetivo a ser alcançado, sendo entendido que a pergunta inicial servirá como o “primeiro fio condutor da investigação” (Quivy; 2005).

De modo a aprimorar uma resposta mais rigorosa e adequada, subdividiu-se a pergunta de partida do presente estudo em quatro subquestões, a saber:

- Qual a perceção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola?

- Qual a percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão da Escola?
- Qual a percepção dos alunos relativamente ao papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola?
- Qual o interesse dos alunos na participação em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola?

Tendo por base a pergunta de partida, foram formuladas as seguintes hipóteses de estudo:

- Os alunos consideram que as Assembleias de Turma e as Assembleias de Escola existem para que possam apresentar propostas para a resolução dos problemas que identificam e sugestões para melhorar o funcionamento da Escola;
- Os alunos consideram que as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola servem para lhes dar a possibilidade de agir sobre a gestão da Escola;
- Os alunos que participam em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola têm uma melhor percepção sobre a ação e o impacto dessas assembleias, em comparação com os restantes colegas que nelas não participam.

Decorre da formulação da pergunta de partida, das quatro subquestões e das três hipóteses que foram formuladas, o estabelecimento do objetivo geral:

- Identificar os contributos das Assembleias de Turma e das Assembleias de Escola para a participação dos alunos na tomada de decisões sobre as dinâmicas da Escola.

Na sequência da formulação do objetivo geral, surge a necessidade de definir objetivos com um maior nível de especificidade, estabelecendo uma ligação mais aprofundada entre o objeto de estudo e suas particularidades. Desta maneira, os objetivos específicos deste estudo consistem em:

- Analisar a percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia;
- Identificar a percepção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma e de Escola;
- Analisar a percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão da Escola;
- Identificar a percepção dos alunos relativamente ao papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola.

No que diz respeito à contextualização deste estudo, serão efetuadas duas abordagens em níveis distintos. Uma delas abordará aspectos mais amplos, referentes ao enquadramento normativo e legislativo das questões de cidadania na educação em Portugal, enquanto a outra se concentrará mais especificamente na conjuntura presente no Agrupamento de Escolas do Cadaval, que propiciou a instituição das Assembleias de Turma e de Escola, e, por conseguinte, a realização deste estudo.

De acordo com o entendimento de Lima (1998), a "participação organizada" na instituição escolar demandou a criação de estruturas e órgãos, resultando na reorganização da mesma para fins de participação, com o intuito de formalizar o sentido democrático nas escolas, notadamente evidenciado após o evento de abril de 1974, quando professores e alunos passaram a ter a capacidade de participar ativamente. A participação dos professores e alunos na gestão das escolas reflete uma tradição de luta pelos ideais democráticos, alcançada durante a Revolução de Abril, e posteriormente formalizada e estabelecida. O autor ressalta ainda que participar é um direito defendido e alcançado através da afirmação de determinados valores democráticos e da rejeição de outros que contribuíram para uma situação de falta de participação obrigatória ou imposta.

A reforma educacional liderada por Veiga Simão em Portugal, representada pela Lei n.º 5/73, de 25 de julho, foi um marco importante no sistema educacional do país. Essa legislação trouxe várias mudanças significativas.

A principal orientação da reforma foi uma tentativa de modernização e de abertura do sistema educativo.

É relevante salientar que a reforma de Veiga Simão representou um dos primeiros passos na modernização do sistema educativo em Portugal. Posteriormente, outras reformas e alterações legislativas foram implementadas para continuar a desenvolver e aprimorar o sistema educacional no país.

Mais tarde, a implementação da gestão democrática nas escolas em Portugal foi estabelecida através do Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro. Em seguida, por meio da Lei de Bases de 1986 e do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, a participação democrática nas instituições de ensino é fortalecida. Este último diploma especificamente destaca um aumento na responsabilidade dos alunos e a ampliação de suas possibilidades de intervenção na vida escolar e nas decisões, através da participação em reuniões e na criação de documentos orientadores das escolas.

Nesta etapa, com o intuito de contextualizar de maneira mais abrangente o presente trabalho, considera-se imperativo destacar alguns dos princípios organizativos presentes na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) em Portugal. A redação atual desta lei é definida pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, e enfatiza que o sistema educativo é estruturado de modo a:

“b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico; c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens”.

Em 2012, foi promulgada a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que ratificou o Estatuto do Aluno e Ética Escolar. Esta legislação definiu os direitos e responsabilidades dos alunos do ensino básico e secundário, assim como de outros intervenientes na comunidade educativa, no âmbito da educação e formação dos alunos mencionados.

Antes da aprovação da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, os alunos também possuíam direitos legislados no âmbito do sistema educativo português, mas a legislação introduzida com esse diploma trouxe mudanças significativas, reforçando e explicitando alguns desses direitos.

Nesse sentido, os alunos passaram a ter um enquadramento legal mais detalhado sobre os seus direitos e deveres, além de terem ganho explicitamente o direito de participar na definição do Projeto Educativo da Escola e na elaboração do Regulamento Interno, através de representantes. Isso fortaleceu a posição dos alunos como partes interessadas ativas no processo educativo, proporcionando-lhes uma voz mais clara nas decisões que afetam o ambiente escolar.

Em síntese, embora os alunos já detivessem determinados direitos previamente, a promulgação da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, Estatuto do Aluno, veio fortalecer e esclarecer esses direitos, fomentando uma abordagem mais participativa e centrada nos alunos no cenário educacional em Portugal.

Recentemente, o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, insta as escolas a implementarem determinadas medidas, incluindo a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CD). Embora a ideia de cidadania estivesse previamente incorporada no currículo escolar, este normativo específico introduziu medidas concretas com o propósito de fortalecer e estruturar a abordagem da Cidadania e Desenvolvimento nas instituições de ensino portuguesas.

Antes da publicação desse normativo, as questões relacionadas com a cidadania eram frequentemente abordadas de forma transversal em diversas disciplinas, mas o Decreto-Lei n.º

55/2018, de 6 de julho, veio formalizar e reforçar essa dimensão do currículo ao estabelecer uma disciplina específica no âmbito da cidadania, a qual se tornou obrigatória no currículo nacional.

A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CD) tem como propósito preparar os alunos para o exercício de uma cidadania ativa e informada, abordando temas que incluem direitos humanos, igualdade de género, diversidade e participação democrática, entre outros.

Assim, enquanto a temática da cidadania já era considerada no âmbito do ensino, o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, representou um avanço ao formalizar e estruturar essa abordagem, conferindo-lhe maior proeminência e estabelecendo sua presença no currículo escolar de maneira mais sistemática e abrangente. Este decreto tem como objetivo preparar os alunos para o exercício de uma cidadania ativa e informada, evidenciando a importância atribuída por parte dos governantes a esta área.

Importa destacar que esta nova disciplina é estabelecida no contexto da Educação para a Cidadania e Desenvolvimento (ENEC), cujas orientações foram divulgadas em 2017, sendo que nela se sugere que os alunos na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento aprendam através da participação ativa e responsável de todos na construção de si mesmos como cidadãos e de sociedades mais justas e inclusivas, no contexto da democracia, do respeito pela diversidade e da promoção dos Direitos Humanos.

No referido documento, também é mencionado que a CD emerge como uma área de ensino distintiva para fomentar aprendizagens com impacto tridimensional na postura cívica individual, nas interações interpessoais e nas relações sociais e interculturais.

Para além de tomar estas medidas, o Ministério da Educação tem encorajado as escolas a desenvolverem projetos que incentivem a inovação na forma como ensinam e promovam métodos de ensino-aprendizagem mais interativos e participativos.

3.2 - Contextualização do estudo

No Agrupamento de Escolas do Cadaval, foi estabelecida uma dinâmica para o 1.º ciclo, envolvendo Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, com o objetivo de integrar os alunos no processo de diálogo e análise da sua realidade. Essa abordagem visa proporcionar condições efetivas para a participação dos alunos na busca por soluções para os problemas, conferindo-lhes competências para realizar escolhas e tomar decisões em relação a si mesmos. Nesse contexto, os alunos são incentivados a participar ativamente numa gestão cada vez mais democrática da sua Escola.

Essas assembleias foram delineadas com a intenção de abranger quatro áreas de competências delineadas no (PASEO):

- Dados e comunicação;
- Pensamento e solução de desafios;
- Reflexão crítica e pensamento inovador;
- Interação social e crescimento individual;
- Independência.

Para além das áreas de competência, foram também tidas em conta para a realização destas assembleias algumas das implicações práticas descritas no PASEO, tais como: planejar e promover atividades de aprendizagem colaborativa, focadas na integração e partilha de conhecimento, na autoconsciência, na consciência dos outros e do ambiente, e na realização de projetos dentro ou fora da escola; incentivar de forma sistemática e intencional, tanto dentro como fora da sala de aula, atividades que capacitem os alunos a fazer escolhas, a confrontar diferentes perspetivas, a resolver problemas e a tomar decisões fundamentadas em valores; estabelecer na escola oportunidades e momentos para que os alunos participem de forma livre e responsável; reconhecer, na avaliação das aprendizagens dos alunos, o esforço e a iniciativa própria, encorajando uma contribuição positiva dentro da escola e na comunidade.

Neste contexto, alinhado com a perspetiva de Backman & Trafford (2007), é pertinente salientar que a participação democrática é mais eficazmente assimilada nos primeiros anos de escolaridade. Nesse período, as crianças mais jovens têm uma maior capacidade de incorporar e vivenciar os valores e práticas fundamentais da democracia.

Estas assembleias foram projetadas com o principal propósito de serem órgãos impulsionadores de uma cidadania ativa, garantindo a cada aluno o direito de expressar a sua opinião. O intuito era viabilizar a tomada de decisões coletivas sobre diversos temas discutidos no contexto escolar. Estes encontros, nas Assembleias de Turma e de Escola, programados para ocorrer mensalmente sempre que possível, buscaram promover a autonomia, responsabilidade e atividade social dos alunos, equipando-os com a capacidade de resolver problemas e fomentando o desenvolvimento de uma consciência cívica consistente.

Os temas a serem abordados nas Assembleias de Escola, as discussões e a votação de propostas são previamente debatidos nas Assembleias de Turma. Essa abordagem visa assegurar a participação de cada turma, evitando que a opinião seja exclusivamente representada pelos seus delegados, subdelegados e/ou representantes de turma.

Nesta linha de pensamento, conforme exposto por Westrupp (2003, p.7), citado por Guerreiro (2013),

“numa democracia representativa, são escolhidos os representantes dos grupos interessados, aos quais se delegam poderes decisórios em nome do grupo que este representa; não se tem a garantia de que a voz da maioria será ouvida. Já numa democracia participativa, todos opinam, todos ajudam a decidir, sem a incerteza da usurpação de poder por parte de cada um dos envolvidos”.

Assim, é possível inferir que, por definição, a gestão democrática incorpora um caráter participativo, embora a gestão participativa nem sempre seja necessariamente democrática.

Contudo, o propósito das dinâmicas das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola no Agrupamento de Escolas do Cadaval é assegurar a consecução da participação efetiva e integral de todos os alunos. Dessa forma, busca-se fomentar uma gestão democrática cada vez mais fundamentada nas opiniões e argumentações de todos os estudantes da instituição escolar.

Dessa maneira, inserido no contexto abrangente e local mencionado, iniciou-se, no ano letivo de 2022/2023, o processo estruturado de implementação das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola no Agrupamento de Escolas do Cadaval, sendo estes os dispositivos aos quais o presente estudo se dedica.

Essas iniciativas, indubitavelmente, têm como objetivo assegurar que todos os alunos "adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória" (Conforme o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, Artigo 1.º).

Reitera-se a importância de abordar e destacar de maneira substancial as questões relacionadas à cidadania por todos os envolvidos, sendo a Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola (EECE) inequivocamente reconhecida como o instrumento de referência tanto para a Escola quanto para a Comunidade.

É imperativo que toda a Comunidade Educativa adote o compromisso ético da instituição para com suas crianças e alunos, especialmente no que concerne à garantia de uma Escola inclusiva, que fomente o sucesso educativo de todos e que seja guiada pelos princípios de equidade e respeito pelos ritmos individuais de aprendizagem, conforme estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual.

A instituição educacional deve ser concebida como um "instrumento de transformação e democratização da sociedade" (Formosinho & Machado, 2000). É por meio da escola que podemos oferecer às crianças e jovens de hoje as aprendizagens fundamentais para exercerem, de maneira crítica e informada, sua cidadania em um futuro próximo.

3.2.1 - Caracterização do Estabelecimento de Ensino

O Agrupamento de Escolas do Cadaval (AEC) encontra-se no concelho do Cadaval, situado geograficamente na área designada como "Região Oeste", abrangendo uma extensão de 174 km², na província da Estremadura, entre o Vale do Tejo e a Costa Atlântica. Sua característica proeminente é a Serra de Montejunto, uma reserva natural de paisagem protegida.

Este município, caracterizado por uma paisagem predominantemente rural, apresenta encostas adornadas por pomares e vinhas emblemáticas. Localizado no extremo norte do distrito de Lisboa, a aproximadamente 70 km da capital do distrito, o concelho possui uma população de 13.382 habitantes, conforme os resultados preliminares dos censos de 2021, com uma densidade populacional de cerca de 76,91 habitantes por km².

Atualmente, a região é composta por sete freguesias, nomeadamente Alguber, Peral, Vermelha, Vilar, União das Freguesias de Cadaval e Pêro Moniz, União das Freguesias de Lamas e Cercal, União das Freguesias de Figueiros e Painho.

O surgimento do Agrupamento de Escolas do Cadaval remonta a 2002, originado pela fusão da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Cadaval com os Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1.º Ciclo da rede pública do concelho do Cadaval.

O Agrupamento de Escolas do Cadaval congrega toda a oferta educativa pública do concelho do Cadaval, resultante da fusão, em 6 de julho de 2010, do anterior Agrupamento de Escolas do Cadaval com a Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Montejunto. A instituição central deste agrupamento é a Escola Básica e Secundária do Cadaval.

Além da instituição central, a Escola Básica e Secundária do Cadaval, o Agrupamento de Escolas do Cadaval engloba:

- 2 Jardins de Infância: JI do Peral e JI da Vermelha;
- 2 Escolas Básicas do 1.º Ciclo: EB1 da Sobrena e EB1 da Vermelha;
- 8 estabelecimentos que incluem grupos de educação pré-escolar e turmas do 1.º ciclo: EB1 de Alguber, EB n.º 1 do Cadaval, EB1 de Chão do Sapo, EB1 da Dagorda, EB1 de Figueiros, EB1 da Murteira, EB1 de Painho e EB1 do Vilar.

Capítulo 4 – Percurso de investigação

A escolha metodológica é uma das questões centrais na condução de uma investigação, sendo que a definição da metodologia a ser utilizada é significativamente influenciada pelos objetivos que essa investigação visa alcançar. Nesse sentido, o estudo científico, indiferentemente do tema que aborda, carece da aplicação de métodos e técnicas investigatórias, como destacado por Hill & Hill (2005), quando afirmam que "na fase de planeamento é essencial pensar nos métodos de recolha e análise dos dados".

Portanto, conforme os objetivos estabelecidos, a primeira seção deste capítulo busca fundamentar a categorização deste estudo no contexto das metodologias qualitativas e de natureza interpretativa, as quais revelaram as mais adequadas para a investigação em questão. A escolha de replicar a metodologia qualitativa de Pereira (2019) foi motivada pelo desejo de manter consistência para, eventualmente, comparar resultados, bem como para explorar nuances adicionais não abordadas anteriormente. Posteriormente, descreve-se o processo de recolha de dados e, por último, a análise correspondente dos dados obtidos.

A abordagem é qualitativa recorrendo à estatística para suportar a análise dos dados.

Os dados qualitativos oferecem uma compreensão mais rica dos contextos e das experiências envolvidas.

Ao incorporar métodos qualitativos, é possível capturar nuances culturais e sociais que podem não ser totalmente compreendidas por meio de medidas quantitativas, tornando a pesquisa mais sensível à diversidade e complexidade do fenómeno.

4.1 - Instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados neste estudo, foram utilizados inquéritos por questionário, realizados através da aplicação Google Forms, a dois tipos de público-alvo e uma entrevista em Focus Group (de que falaremos mais adiante). Os inquéritos e o guião da entrevista foram adaptados de Pereira (2019), tendo sofrido os ajustes necessários, de modo a poderem adaptar-se ao presente estudo.

Um dos questionários (disponível em <https://forms.gle/ZGVDcZoT2i1YUuew8>) foi administrado aos alunos que desempenharam as funções de Delegados, Subdelegados e/ou Representantes de Turma no 1.º ciclo durante o ano letivo 2022/2023 no Agrupamento de Escolas do Cadaval, em razão da sua participação nas sessões das Assembleias de Turma e das Assembleias de Escola. O segundo inquérito por questionário (disponível em

<https://forms.gle/shSqP8KuFQmUptQo6>) foi direcionado a uma amostra de alunos que não estiveram presentes nessas assembleias, com o propósito de coletar informações e compreender se a participação nas assembleias é uma variável que influencia a percepção dos alunos sobre o papel destas na gestão democrática da instituição de ensino.

Para a coleta da informação desejada dos alunos selecionados, optou-se por utilizar o inquérito por questionário escrito como instrumento de pesquisa, visto que, segundo Tuckman (2005), permite "acessar o que está dentro da mente de uma pessoa". O mesmo autor ressalta que esse processo viabiliza a mensuração do conhecimento, preferências, pensamentos e ainda a revelação das experiências vivenciadas por cada indivíduo.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1994), o inquérito representa uma abordagem indireta para a obtenção de informações sobre a realidade, em que os sujeitos contribuem ao responder a perguntas. Conforme destacado por Tuckman (2005), "os questionários são ferramentas para adquirir dados sobre as pessoas, predominantemente por meio de questionamentos".

Este instrumento distingue-se pelas suas vantagens de autonomia, uniformidade, eficácia na recolha de dados e facilidade de processamento. Contudo, como apontado por Hill & Hill (2005), a elaboração de um questionário de qualidade não é uma tarefa simples. Durante esse processo, é crucial vincular as perguntas aos objetivos estabelecidos, conforme destacam esses autores.

A aplicação dos questionários foi realizada através da ferramenta digital Google Forms, com o intuito de possibilitar uma recolha mais organizada e facilitada das respostas dos inquiridos, bem como, igualmente, uma maior eficácia e eficiência na análise e tratamento posterior dos dados recolhidos.

Durante a elaboração do questionário, Ghiglione & Matalon (1993) destacam a importância de uma compreensão precisa do objeto de investigação, assegurando, ao mesmo tempo, que as questões sejam claras e possuam significado uniforme para todos os participantes. Nesse sentido, os questionários foram desenvolvidos com base na análise de documentos provenientes de revisão bibliográfica. Foram formuladas perguntas sem ambiguidades, visando uma clareza que se alinhasse de maneira mais eficaz com os objetivos do estudo. Foram elaborados questionários predominantemente compostos por uma série de itens com respostas predefinidas, destinados a captar a opinião dos grupos de alunos participantes em relação à problemática abordada, por meio das alternativas de resposta fornecidas. Além disso, incluiu-se um conjunto reduzido de perguntas abertas para colher a opinião independente dos alunos,

nas quais puderam expressar suas ideias de forma construída e escrita, utilizando suas próprias palavras (Hill & Hill, 2005).

Os questionários, em termos de estrutura geral, foram divididos em três seções distintas:

1. Introdução: destinada a informar os alunos sobre a temática e os objetivos da pesquisa, fornecer instruções para o preenchimento e assegurar a confidencialidade e o anonimato dos dados coletados;
2. Dados pessoais: voltada para a caracterização da amostra da população estudada;
3. Dados de opinião: projetada para capturar a opinião dos alunos em relação à sua percepção sobre a avaliação das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola no contexto da gestão democrática.

Os questionários elaborados apresentavam na sua constituição, respetivamente:

- 18 itens – questionário aplicado aos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola: Delegados, Subdelegados ou Representantes de Turma;
- 17 itens – questionário aplicado aos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola.

Para obter informações dos alunos que não participaram em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola, devido ao grande contingente de alunos nessa categoria, tornou-se imperativo estabelecer uma representação adequada.

Neste contexto, conforme discutido por Quivy & Campenhoudt (2005), nem sempre é prático ou indispensável obter informações de todas as unidades da população. Os autores destacam que a técnica é necessária quando duas condições são atendidas:

- Quando a população é vasta, exigindo a recolha de muitos dados para cada indivíduo ou unidade;
- Quando é crucial obter uma visão global, representativa dos aspetos relevantes para o pesquisador, resumindo-se em um problema de representatividade.

As condições mencionadas foram evidenciadas no presente estudo, principalmente devido ao considerável número de alunos ausentes das sessões das assembleias, os quais, ao compartilharem essa característica comum, refletem uma opinião geral específica. Os sujeitos deste estudo foi de:

- 24 inquiridos como Alunos Participantes em Assembleias de Turma e Assembleia de Escola: Delegados, Subdelegados e/ou Representantes de Turma, provenientes das 12 turmas das 3 escolas do AEC em que são realizadas Assembleias de Turma e também, paralelamente, Assembleias de Escola;
- 24 inquiridos como Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou de Escola, formando assim um grupo representativo dos alunos do 1.º ciclo do AEC que não estiveram presentes em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola.

No contexto da abordagem qualitativa, realizou-se uma entrevista em grupo focal, para a qual foi formado, de forma aleatória, um grupo composto por 5 alunos que participaram em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

Morgan (1996, 1997), citado por Silva, Veloso e Keating (2014), caracteriza o Focus Group como uma técnica de pesquisa que implica a interação de um grupo sobre um tema apresentado pelo investigador, com três elementos fundamentais:

- Os Focus Group são uma abordagem de pesquisa utilizada para coletar dados;
- A interação está centrada na conversa em grupo como a fonte dos dados.;
- Reconhece o papel ativo do investigador na condução da discussão em grupo para fins de recolha de dados.

Por último, é importante salientar que este tipo de estudo não permite extrapolar os resultados para outros casos, mesmo que apresentem semelhanças.

4.2 - Interpretação de dados

Após a recolha de dados, procedeu-se à estruturação e avaliação, conforme os indicadores previamente selecionados.

Foram realizadas operações estatísticas para analisar os dados obtidos através do questionário. Inicialmente, realizou-se uma análise descritiva para descrever as características dos participantes do estudo e as respostas coletadas. Isso envolveu calcular as frequências absolutas e percentuais dos dados. Em seguida, foi realizada uma análise exploratória com o objetivo de encontrar possíveis tendências ou fatos relevantes que possam contribuir para conclusões futuras.

Na análise dos dados do Focus Group, foi realizada a interpretação e comparação das informações fornecidas pelos participantes, com o intuito de identificar opiniões que se alinham

e opiniões que se divergem. Os dados obtidos foram codificados para permitir a organização dos resultados em relação aos objetivos da pesquisa.

A análise dos dados será realizada considerando as seguintes categorias de análise:

- Percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão numa sociedade democrática;
- Percepção dos alunos sobre a função das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola;
- Percepção dos alunos sobre a sua contribuição na administração da Escola;
- Percepção dos alunos sobre como as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola contribuem para aumentar a participação dos alunos na gestão da Escola;
- Percepção dos alunos que estão envolvidos nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, em comparação com a opinião dos alunos que não participam nessas atividades;

Capítulo 5 – Apresentação dos resultados

5.1 - Caracterização da população estudada

Neste estudo, os alunos foram categorizados em três grupos distintos, alinhando-se com os objetivos delineados para a recolha de dados:

- O primeiro grupo compreendeu 24 alunos, os quais se distinguiram pela sua participação em Assembleias de Turma, fazendo parte das respetivas Mesas dessas Assembleias, enquanto Delegados, Subdelegados e/ou Representantes de Turma e de terem também participado em Assembleias de Escola no ano letivo 2022/2023, tomando ou não parte das respetivas Mesas dessas Assembleias;
- A segunda categoria incluiu 24 alunos que não participaram em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola durante o ano letivo de 2022/2023, selecionados aleatoriamente entre os alunos que não estiveram presentes em tais atividades;
- A terceira categoria remete-se a 5 alunos de entre 16 dos alunos Delegados, Subdelegados e/ou Representantes de Turma, de um total de 24 que integram a primeira categoria e que, por pertencerem ao mesmo estabelecimento de ensino, participaram nas reuniões das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola daquele estabelecimento de ensino, no ano letivo em análise, sendo esta categoria constituída por amostragem simples (1 ou 2 alunos por ano de escolaridade).

Segundo Almeida & Pinto (1976), no contexto da amostragem probabilística, a escolha dos indivíduos que compõem a amostra ocorre por meio de uma única operação. Esta abordagem é classificada como elementar, pois cada elemento da população é identificado por um número único. Ao representar cada elemento por um papel colocado em uma urna, torna-se viável a seleção aleatória do conjunto de elementos que constituirão a amostra, por meio de um processo de sorteio.

Relativamente à caracterização dos 24 inquiridos na categoria de Alunos Participantes (AP) em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, verifica-se que:

- 10 são do sexo masculino e 14 do sexo feminino;
- 4 frequentam o 1.º ano; 8 o 2.º ano; 6 o 3.º ano e 6 o 4.º ano;
- 2 têm 6 anos; 4, 7 anos; 8, 8 anos; 7, 9 anos e 3 têm 10 anos;
- 10 são Delegados; 10 Subdelegados e 4 são Representantes de Turma.

Tabela 1*Caracterização do Sexo dos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola*

Sexo	Masculino	Feminino
N.º de alunos	10	14
%	41,7	58,3

Tabela 2*Caracterização das idades dos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola*

Idade	6	7	8	9	10
N.º de alunos	2	4	8	7	3
%	8,3	16,7	33,3	29,2	12,5

Tabela 3*Caracterização do ano de escolaridade dos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola*

Ano de escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º
N.º de alunos	4	8	6	6
%	16,7	33,3	25,0	25,0

Quanto aos cargos desempenhadas nas turmas pelos 24 Alunos Participantes em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, verifica-se que:

- 6 alunos são Delegados de Turma e 1 é Subdelegado de Turma;
- 4 alunas são Delegadas de Turma e 9 são Subdelegadas de Turma;
- 1 alunos é Representante de Turma, enquanto que as alunas são 3.

De referir que se pressupõe uma hierarquia de funções na turma quando existem os cargos de Delegado e Subdelegado de Turma e que, ao invés, essa situação não se verifica quando os alunos desempenham na turma o cargo de Representantes de Turma, partilhando, dessa forma, ambos e em igualdade, as responsabilidades de representação.

No que diz respeito à caracterização dos 24 inquiridos na categoria de Alunos Não Participantes (ANP) em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola, verifica-se que:

- 11 são do sexo masculino e 13 do sexo feminino;
- 4 frequentam o 1.º ano, 6 o 2.º ano, 7 o 3.º ano e 7 o 4.º ano;
- 1 tem 6 anos; 6 têm 7 anos; 7, 8 anos; 6, 9 anos e 4 têm 10 anos;

Tabela 4

Caracterização do Sexo dos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou de Escola

Sexo	Masculino	Feminino
N.º de alunos	11	13
%	45,8	54,2

Tabela 5

Caracterização das idades dos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou de Escola

Idade	6	7	8	9	10
N.º de alunos	1	6	7	6	4
%	4,1	25,0	29,2	25,0	16,7

Tabela 6

Caracterização do ano de escolaridade dos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou de Escola

Ano de escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º
N.º de alunos	4	6	7	7
%	16,7	25,0	29,2	29,2

No que diz respeito aos 5 alunos participantes na entrevista em Focus Group, Alunos Entrevistados (AE), que foram selecionados de entre o grupo de 16 Alunos, de um mesmo estabelecimento de ensino, Participantes em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, a sua caracterização é a seguinte:

- Aluna do 3.º ano, Delegada de Turma e Presidente da Mesa da Assembleia de Escola;
- Aluna do 4.º ano Delegada de Turma e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Escola;
- Aluna do 2.º ano, Subdelegada de Turma e Vice-Secretária da Mesa da Assembleia de Escola;
- Aluno do 4.º ano, Delegado de Turma e participante sem cargo na Assembleia de Escola;
- Aluna do 1.º ano, Subdelegada de Turma e participante sem cargo na Assembleia de Escola.

5.2 - Análise por grupos de questões temáticas

A interpretação dos dados será conduzida considerando a distinção entre as seguintes categorias de análise:

- Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia;
- Perceção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola;
- Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão da Escola;
- Perceção dos alunos relativamente ao papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola;
- Perceção dos alunos que participam nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, comparada com a perceção dos alunos que não participam nessa tipologia de Assembleias;

5.2.1 - A visão dos alunos sobre o papel de um indivíduo numa sociedade democrática

Para recolher informação relativamente à “A visão dos alunos sobre o papel de um indivíduo numa sociedade democrática”, foram aplicadas duas questões:

- “Para ti o que é a “democracia”?”
- “Para ti o que é um “cidadão”?”

Apresentam-se de seguida os dados recolhidos relativos às duas questões anteriores.

Tabela 7*Significados para “democracia”*

Para ti o que é a “democracia”?	Alunos Participantes		Alunos Não Participantes	
	N.º de alunos	%	N.º de alunos	%
Uma forma de organização que permite ouvir a opinião de todos	3	12,5%	5	20,8%
Uma forma de organizar a sociedade	1	4,2%	4	16,7%
Forma de promover o respeito pela opinião de todos	5	20,8%	2	8,3%
Regime em que todos participam na construção de propostas	0	0%	0	0%
Regime em que todos participam no desenvolvimento de soluções	4	16,7%	1	4,2%
Regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos	8	33,3%	4	16,7%
Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos	3	12,5%	0	0%
Regime em que todos votam	0	0%	2	8,3%
Não sei o que significa	0	0%	6	25,0%

Os significados mais frequentemente atribuídos ao termo "democracia" pelos Alunos Participantes (AP) são, primariamente, “Regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos” (8 respostas) e em segundo, “Forma de promover o respeito pela opinião de todos” (5 respostas). Em terceiro lugar, a opção com mais preferências foi “Regime em que todos participam no desenvolvimento de soluções” (4 respostas). Sem qualquer resposta ficaram as opções “Regime em que todos participam na construção de propostas”, “Regime em que todos votam” e “Não sei o que significa”.

Infere-se destas respostas que a maioria dos AP relaciona “democracia” com a participação de todos nas decisões, as quais são tomadas através do voto, sendo que este expressa a opinião de todos no sentido de alcançar soluções para os problemas. Estes são os traços fundamentais da “democracia” para estes alunos.

Para os ANP os significados mais atribuídos para “democracia” foram, em primeiro lugar “Não sei o que significa” (6 respostas) e em segundo lugar “Uma forma de organização que permite ouvir a opinião de todos” (5 respostas). Como terceiras opções mais votadas (4

respostas cada) foram indicadas “Uma forma de organizar a sociedade” e “Regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos”. As opções “Regime em que todos participam na construção de propostas” e “Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos”, não obtiveram qualquer resposta.

Das respostas recolhidas verifica-se que um quarto dos ANP revelou dificuldade em apontar um significado para a palavra “democracia”, sendo que a maioria dos restantes destaca que “democracia” é o ouvir a opinião de todos e uma forma da sociedade se organizar, onde as decisões são tomadas através da participação realizada por meio de votação.

Já os AE demonstraram relacionar o conceito de “democracia” com o dar opinião e escutar a opinião dos outros, tomar decisões e arranjar soluções para os problemas, decidindo-as por maioria, tal como se pode constatar nas suas palavras:

- “... é poder dar opiniões e tomar decisões... Mas também temos de escutar as opiniões dos outros...”
- “... é termos oportunidade de falar aquilo que se pensa sobre os assuntos...”
- “... é uma maneira de falarmos dos assuntos, mas na nossa vez, sem estarmos a discutir...”
- “...é poder dizer como gostávamos de alterar as coisas, é tentar arranjar soluções para os problemas para o que for melhor para todos. Todos dão opinião e é a opinião da maioria que ganha...”
- “...mas ninguém pode ficar triste se a sua opinião não ganhar.”
- “Porque umas vezes ganhamos e outras perdemos.”

Este grupo de alunos evidenciou respostas que refletem um sentido individual e de grupo bastante apurado, relativamente ao significado e entendimento possíveis para “democracia”, talvez fruto das suas vivências de participação nas Assembleias de Alunos.

Quando comparamos as respostas dos AP e AE com as respostas dos ANP, constatamos que todos os alunos dos dois primeiros grupos atribuem um significado para a palavra “democracia”, revelando conhecimento sobre as suas várias dimensões. Ao invés, alguns dos ANP revelaram desconhecer significado para a palavra “democracia”, pese embora, um número significativo deste grupo de alunos aponte vários significados para esta palavra.

Tabela 8*Significados para “cidadão”*

Para ti, o que é um “cidadão”?	Alunos Participantes		Alunos Não Participantes	
	N.º de alunos	%	N.º de alunos	%
O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger	7	29,2%	7	29,2%
O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade	2	8,3%	5	20,8%
O indivíduo que agride outro e reclama o direito à sua própria defesa	0	0%	0	0%
O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais	1	4,2%	3	12,5%
O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados	5	20,8%	2	8,3%
O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos	8	33,3%	6	25%
O indivíduo que se mostra solidário	1	4,2%	1	4,2%
O indivíduo que age pela sustentabilidade ecológica	0	0%	0	0%

No que diz respeito ao conceito de "cidadão", as respostas dos Alunos Participantes (AP) distribuem-se principalmente por três significados, em primeiro lugar “O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos” (8 respostas), em segundo “O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger” (7 respostas) e em terceiro lugar “O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados” (5 respostas). Ressalva-se que as opções “O indivíduo que agride outro e reclama o direito à sua própria defesa” e “O indivíduo que age pela sustentabilidade ecológica”, não obtiveram qualquer resposta.

Desta forma, é notória que a perceção dos AP, relativamente ao conceito de “cidadão”, se centra nas qualidades humanistas do indivíduo, que possuindo direitos e deveres respeita a

diversidade humana e defende os Direitos Humanos, tendo também, igualmente, uma participação responsável na sociedade.

Por outro lado, os ANP apontaram, maioritariamente, como significado para “cidadão”, duas das opções indicadas também pelos AP, a saber e em primeiro lugar, a opção “O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger” (7 respostas) e como segunda opção “O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos” (6 respostas). No entanto, a terceira opção mais escolhida pelos ANP foi a opção “O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais” (3 respostas). Tal como os AP, também os ANP não assinalaram como opção de resposta para “cidadão” as opções “O indivíduo que agride outro e reclama o direito à sua própria defesa” e “O indivíduo que age pela sustentabilidade ecológica”

Não deixa de ser curioso, e importante de destacar, que nenhum dos dois grupos de alunos participantes nos questionários tenha escolhido a opção relativa à “sustentabilidade ecológica” como significado relevante para o conceito de “cidadão”. Além disso, é de ressaltar também que as opções “O indivíduo que se mostra solidário” e “O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade” mereceram baixo nível de respostas, respetivamente 1 resposta e 2 respostas, em ambos os grupos de respondentes, em detrimento das opções já indicadas anteriormente.

Relativamente ao conceito de “cidadão” os AE relacionam-o com uma pessoa que tem direitos e deveres, que pode participar nas decisões e participar nas votações, sendo que o associam também a um indivíduo que conhece e respeita os direitos humanos, que é amigo de todos e que cuida do planeta, dos animais e das plantas. Nomeadamente referiram que:

- “É uma pessoa que tem direitos, mas que também tem deveres e que aceita que os outros também têm os mesmos direitos e deveres”
- “... ser cidadão é também poder participar nas decisões e não se esquecer que a sua opinião é importante.”
- “É participar nas votações...”
- “É uma pessoa que é amigo de todos e que os ajuda...”
- “... trata bem os animais e as plantas.”
- “... é uma pessoa que conhece e respeita os Direitos Humanos e que cuida do planeta.”
- “É ser responsável, cumprir as decisões da maioria, falar quando é necessário e poder ser ouvido pelos outros.”

Os AE quando questionados sobre se “numa Escola há cidadãos?”, referem que “sim” e que “somos todos, as professoras, os alunos...”, “as senhoras... (assistentes operacionais)”. No entanto, quando questionados sobre se todos os cidadãos da Escola têm os mesmos deveres e direitos, prontamente respondem “não”, porque “as professoras têm o dever de nos ensinar e nos ajudar”, “as funcionárias têm de tomar conta de nós no recreio e de atender o telefone” e quanto aos deveres dos alunos, referiram que têm “de estar com atenção na sala...”, “de fazer os trabalhos” de “não fazer barulho”. Referiram ainda que a coordenadora “é a responsável pela Escola, ela é que manda, tem o dever de mandar.”

Claramente se constata a consciência nos alunos dos diferentes papéis que são exercidos pelos vários atores/ cidadãos da Escola, transparecendo uma hierarquização de responsabilidades e funções. No entanto, como haveremos de referir mais adiante, esta hierarquização de funções assimila uma partilha de opiniões e um envolvimento dos alunos em algumas das decisões que são tomadas na Escola.

Ao compararmos as perceções dos AP e AE com os ANP sobre o conceito de ser um “cidadão”, verificamos que são muito semelhantes, embora haja uma distribuição maior nas opções de resposta tomadas pelos ANP. Consideramos ainda ser de destacar que os AE, sendo igualmente AP, conseguem exprimir com relativa clareza e noção várias dimensões apropriadas para o conceito de ser “cidadão”.

5.2.2 - Perceção dos alunos sobre a função das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

Para indagar quanto à “Opinião dos alunos sobre a função das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.”, foi colocada aos AP a questão “Assinala o grau de relevância que atribuis aos seguintes objetivos das Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola” e aos ANP a questão “Se te fosse dada a possibilidade de participares em reuniões de Assembleias de Alunos na tua Turma ou na tua Escola, indica o grau de relevância que atribuis aos seguintes objetivos das Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola”.

Tabela 9

Relevância atribuída pelos alunos aos objetivos das Assembleias de Turma/ Escola

	Muito Relevante		Relevante		Pouco Relevante		Nada Relevante	
	AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP
Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para a Escola/ Agrupamento	16	14	8	8	0	2	0	0
Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem	12	15	6	9	4	0	2	0
Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas	2	5	3	5	9	8	10	6
Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão da Escola/ Agrupamento	8	15	12	5	3	2	1	2
Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos	16	11	6	10	2	2	0	1
Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente	14	14	8	8	8	2	0	0
Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes turmas	2	17	6	6	10	1	6	0

As questões, sendo similares, visaram recolher o grau de relevância atribuído a cada um dos 7 objetivos previamente enunciados, de forma a que com base nas respostas obtidas fosse possível inferir o entendimento dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

Ao analisar as respostas dos AP, verificamos que os objetivos propostos (com os quais se pretende identificar a perceção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma/ Escola) que têm um maior número de respostas no nível “Muito Relevante” são “Permitir que os alunos deem opinião sobre os assuntos de interesse para a Escola/ Agrupamento” e “Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos” (com 16 respostas cada). De seguida, destacam-se

ainda no nível “Muito Relevante”, embora com um menor número de respostas, os objetivos “Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente” (14 respostas) e “Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem” (12 respostas).

Em contraponto, os AP atribuem classificação de “Pouco Relevante” (PR) ou “Nada Relevante” (NR) aos objetivos “Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas” (9 respostas PR e 10 respostas NR) e “Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes turmas” (10 respostas PR e 6 respostas NR).

Com base nos graus de relevância atribuídos pelos AP aos objetivos mencionados, podem inferir-se que a perceção destes alunos sobre o papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola visa, fundamentalmente, possibilitar que os alunos deem a sua opinião de forma autónoma e, nesse sentido, sejam ativos e responsáveis, no que diz respeito aos assuntos da Escola, sendo que consideram também que as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola se constituem como momentos para a partilha das atividades desenvolvidas pelas várias turmas.

Por outro lado, os ANP atribuem nível “Muito Relevante” aos objetivos “Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes turmas” (17 respostas), “Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão da Escola/ Agrupamento (15 respostas), “Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem” (15 respostas), “Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para a Escola/ Agrupamento” (14 respostas) e “Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente” (14 respostas).

Estes alunos consideram como “Pouco Relevante” ou “Nada Relevante” o objetivo “Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas” (8 respostas PR e 6 respostas NR).

A partir das respostas obtidas junto dos Alunos Não Participantes (ANP), conclui-se que um grupo significativo de alunos percebe as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola como desempenhando um papel distintamente voltado para o convívio entre alunos, além de servirem como momentos de partilha das atividades realizadas pelas turmas. Reconhecem, no entanto, que essas assembleias proporcionam aos alunos a oportunidade de expressar suas opiniões sobre assuntos de interesse da Escola, serem ativos na comunidade e participarem nas decisões relacionadas à gestão da instituição de ensino.

Os Alunos Participantes (AP) têm uma compreensão bastante clara sobre a relevância de seu papel nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, reconhecendo que essas instâncias proporcionam uma voz ativa aos alunos perante as professoras e, de modo particular,

perante a coordenadora do estabelecimento. Além disso, suas respostas evidenciam que os alunos estão conscientes de alguns dos problemas na Escola, e que as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola lhes oferecem a oportunidade de expressar suas opiniões e votar sobre propostas de solução para os problemas identificados. Nesse contexto, eles compartilham as seguintes percepções sobre as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola:

- “Servem para os alunos falarem dos seus problemas e para apresentarem as suas ideias para a turma ou para a escola...”
- “Depois votamos...”; “Não votamos logo, os assuntos são discutidos por todos e quem quer dá a sua opinião.”
- “Depois falamos com a professora para ela nos ajudar com as nossas ideias que decidimos.”; “Ou com a coordenadora, depende...”
- “No carnaval decidimos que o nosso ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) para o desfile era proteger os oceanos (ODS 14 – Proteger a Vida Marinha) e nós decidimos fazer fatos com coisas que poluem o mar, sacos de plástico, garrafas de plástico e assim, e ela concordou.”
- “... discutimos os problemas de todas as turmas... e falamos entre todos. Às vezes há coisas, como resolver o barulho no refeitório, que temos de decidir em conjunto para depois falarmos com a coordenadora (de estabelecimento) e com os nossos colegas de turma.”

Quando comparamos as percepções dos AP e AE sobre o papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola com as percepções dos ANP sobre esta mesma dimensão, constata-se que os primeiros têm uma noção mais focada nos aspetos da sua participação ativa, autónoma e responsável, realizada através da partilha de opiniões, discussão dos assuntos e de votação de propostas. Identificam igualmente como papel fundamental das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, o de dar espaço e voz aos alunos sobre diversos assuntos, através das propostas que votam e que apresentam às professoras e a coordenadora de estabelecimento, sendo que referem assumir um papel ativo na concretização das propostas que apresentam.

Destaca-se ainda uma evidente concordância de opinião entre os três grupos de alunos relativamente ao papel irrelevante das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola no que diz respeito a serem um momento para que os alunos se ausentem da sala de aula.

5.2.3 - Percepção dos alunos sobre a sua contribuição na administração da Escola.

Analisaremos de seguida quanto à “Opinião dos alunos sobre a sua contribuição na administração da Escola.” e, nesse sentido, foram incluídas nos inquéritos por questionário aos AP e ANP duas questões. Para a primeira, “Consideras que, como aluno/ aluna, deverias poder participar mais nas decisões da gestão (direção) da tua Escola?”, teriam como opções de resposta “Sim” ou “Não”, sendo que depois lhes foi pedido que justificassem a opção que indicaram. Para a segunda questão, com redação adaptada de acordo com o público alvo a inquirir, “Consideras que a participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola traz benefícios para a tua Escola?”, para os AP e “Consideras que se fossem realizadas Assembleias de Alunos na tua Turma ou na tua Escola a participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola traz benefícios para a tua Escola?”, para os ANP, teriam como opções de resposta “Nenhum Benefício”, “Poucos Benefícios”, “Alguns Benefícios” ou “Muitos Benefícios”, sendo que também e igualmente lhes foi pedido, que indicassem um desses benefícios, caso não tenham respondido “Nenhum Benefício”.

De seguida apresentam-se os dados obtidos e a análise correspondente dos mesmos.

Tabela 10

Interesse em participar mais nas decisões de gestão da Escola

	Alunos Participantes		Alunos Não Participantes	
	Sim	Não	Sim	Não
N.º de alunos	17	7	9	15
%	70,8%	29,2%	62,5%	37,5%

Relativamente à primeira questão, 17 AP consideraram que deveriam participar mais nas decisões de gestão da sua Escola, justificando essa opção, a título de exemplo, com as seguintes afirmações: “Gosto de dar a minha opinião”, “Porque é bom para nós”, “Porque fico contente se escolhem o que eu gosto”, “Também faço parte da escola”, “Os alunos gostam de estar envolvidos nas coisas da escola.”, “É bom colaborar nas decisões” e “assim os professores ficam a saber o que achamos que corre bem ou mal na escola segundo a nossa opinião”.

No entanto, 7 AP pronunciaram-se em sentido oposto, tendo justificado também a sua opção, e também a título de exemplo, nos seguintes termos: “Acho que muitas coisas são só para as professoras e a coordenadora pensarem, elas é que dizem e decidem”, “Nós já

participamos em algumas decisões e acho que já suficiente”, “Há situações que têm ser os professores a decidir” e “Penso que já chega o que eu participo”.

Sendo visível uma vontade maioritária dos alunos em participarem mais nas decisões que são tomadas na Escola, não deixa de ser também de relevar que um grupo significativo de alunos tem noção de que já participam o suficiente nas decisões que são tomadas na Escola ou que não podem ou não devem participar em algumas dessas decisões, que são para ser tomadas ou que têm de ser tomadas, essencialmente, pelos professores/as e/ou pela coordenadora de estabelecimento.

No que diz respeito ainda à primeira questão, 15 dos ANP consideram que não devem “participar mais” nas decisões de gestão da Escola e 9 desses alunos têm opinião contrária, sendo por isso favoráveis a uma maior participação dos alunos nas decisões que são tomadas na Escola.

A título de exemplo apresentam-se alguns dos argumentos que sustentam a opção “Não” dos ANP relativamente ao aumento de participação dos alunos na gestão da Escola: “Só tenho 7 anos”, “Não quero isso eu sou aluna e não sou professora para saber essas coisas”, “se fosse só um bocadinho não me importava, mas assim muito não”, “A direção da escola acho que é só com o diretor e a subdiretora”, “Parece que não ia ser capaz” e “Nunca tinha pensado nisso”. Em sentido oposto, apresentamos também, e a título de exemplo, alguns argumentos que sustentam a opção dos ANP pelo “Sim”: “Assim dava a minha opinião”, “Acho que era importante”, “Não era decidir decidir, mas era perguntarem-me o que é que eu acho” e “Sim, penso que eu devia ser ouvido e os outros alunos também”.

Por outro lado, os AE, parecem ter uma perceção talvez mais equilibrada sobre o assunto, pois pese embora afirmem que devem ser sempre ouvidos e dar a sua opinião, as circunstâncias existentes, que lhes possibilitam ter essa interação participativa, são adequadas às suas expectativas e não transparece que sintam que haja a necessidade de um aumento da sua participação nas decisões de gestão da Escola. Nesse sentido, afirmam que:

- “Nalgumas coisas sim, tipo deviam-nos deixar decidir sobre a comida do refeitório...”
- “... acho que já participamos o suficiente e as professoras também não decidem nada para nos prejudicar...”
- “...acho que por vezes parece que devíamos participar mais, mas depois há coisas que pensamos fazer e que não podem ser feitas como pensámos...”

- “...eu acho que nos devem ouvir e deixar-nos dar a nossa opinião, pelo menos em algumas coisas, isso sim. Pelo menos eu gostava de poder dar sempre a minha opinião.”
- “...eu acho que nos deixam participar o suficiente, porque isso é importante, poderem ter a nossa opinião...”
- “Sinto que somos ouvidos e que nos compreendem...”

Tabela 11

Benefícios para a Escola decorrentes da participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Escola

	Nenhum Benefício		Poucos Benefícios		Alguns Benefícios		Muitos Benefícios	
	AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP
AP - Consideras que a participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola traz benefícios para a tua Escola?								
ANP - Consideras que se fossem realizadas Assembleias de Alunos na tua Turma ou na tua Escola a participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola traz benefícios para a tua Escola?	0	0	0	5	10	11	14	8

É perceptível que as opiniões dos AP e AE quando comparadas com os ANP divergem, sobretudo entre os AP e ANP, e têm maioritariamente sentidos opostos, no que toca ao aumento da participação dos alunos nas decisões de gestão da Escola. Enquanto a maioria dos AP e AE consideram que deveriam participar mais ou já participam o suficiente nessas decisões, já os ANP consideram, em maior percentagem, que não, transparecendo não sentirem, por isso, essa necessidade.

No que toca à(s) segunda(s) questão(ões) os AP consideram que a sua participação nas Assembleias de Turma/ Escola traz “Muitos benefícios” (14 respostas) ou “Alguns benefícios” (10 respostas) para a Escola e justificam as suas respostas, a título de exemplo, identificando

alguns desses benefícios, nos seguintes termos: “Quando participamos e a professora e a coordenadora nos ouvem ficamos todos melhor.”, “Porque os alunos sabem o que gostam mais.”, “Aprendemos melhor então isso é bom.”, “Temos vontade de fazer mais coisas e de ajudar.”, “Quando ouvem a nossa opinião até parece que andamos mais calmos nos intervalos”, “Aprendemos a ser responsáveis e a cuidar da nossa escola e das nossas coisas ao nosso jeito”, “falamos tudo antes e depois as atividades correm melhor”, “Há algumas regras que fomos nós que dissemos, como não ir brincar no campo de jogos se não é a vez da nossa turma” e “Poder ir à casa de banho sem estar sempre a pedir, mas só vai um de cada vez como votámos”.

Transparece das respostas dos AP uma perceção generalizada muito positiva sobre os benefícios para a Escola da participação dos alunos em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

Por outro lado, os ANP consideram 3 opções/ níveis de resposta relativamente aos benefícios que, presumivelmente, adviriam da realização de Assembleias de Alunos na sua Turma ou na sua Escola. Nesse sentido, referiram existir “Poucos Benefícios” (5 respostas), “Alguns Benefícios” (11 respostas) e “Muitos Benefícios” (8 respostas) da sua eventual participação em Assembleias de Alunos na Turma ou na Escola. Para este grupo de alunos, e a título de exemplo, alguns dos benefícios que apontam para a sua Escola, decorrentes da sua hipotética participação em Assembleias de Turma/ Escola, são os seguintes: “Penso que seria bom termos as assembleias para encontrar soluções para os problemas e para as confusões.”, “Todos podem dar a sua opinião sobre os assuntos discutidos.”, “Se fizermos as coisas juntos elas correm melhor.”, “Combinar, decidir e ajudar quem está a ter dificuldades.”, “Acho que haver assembleias de alunos era bom para todos.” e “Podem melhorar o ambiente da turma e termos uma escola melhor com a outra turma e com os do pré.”

Os AE são unânimes em demonstrar que a sua participação nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola traz claros benefícios para a Escola e expressam esses benefícios, que decorrem dessa sua participação nessas assembleias, a título de exemplo, nos seguintes termos:

- “Não há tanta confusão nos intervalos e nós falamos com os que fazem confusão e dizemos-lhes que as regras foram combinadas pelos alunos e eles têm de respeitar.”
- “As atividades das festas e assim, elas também correm melhor, porque somos nós que também escolhemos o que gostamos mais de fazer.”
- “Há melhor ambiente na sala”
- “Nós temos as hortas e cuidamos delas com as professoras e as funcionárias.”
- “A escola melhora se nos ouvirem...”

Ao compararmos as respostas dos AP e AE com as respostas dos ANP transparece alguma concordância de opiniões. No entanto há 5 alunos de entre o grupo dos ANP que anteveem apenas “Poucos Benefícios” para a sua Escola decorrentes da sua hipotética participação em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, enquanto os AP e AE têm uma visão mais favorável em termos dos benefícios que resultam para a Escola, presumivelmente, dada a sua efetiva participação nas referidas assembleias.

5.2.4 - Perceção dos alunos sobre como as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola contribuem para aumentar a participação dos alunos na gestão da Escola.

Quanto à “Opinião dos alunos sobre como as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola contribuem para aumentar a participação dos alunos na gestão da Escola”, foi solicitado aos AP e ANP inquiridos através dos questionários que respondessem às seguintes questões:

- “Na tua opinião, as decisões tomadas pelos alunos nas Assembleia de Turma/ Assembleia de Escola têm sido consideradas pela tua professora ou pela coordenadora da tua Escola?”. Visando a fundamentação da opinião expressa pelo aluno, foi solicitado aos inquiridos que respondessem "Muitas Vezes" ou "Algumas Vezes" que apresentassem um exemplo de decisão considerada pela professora ou pela coordenadora de estabelecimento. Se o inquirido respondesse “Nunca” deveria então indicar uma decisão para a qual gostaria de ter visto ser considerada por parte das suas professoras ou da coordenadora de estabelecimento. Esta questão foi adaptada para os ANP, “Na tua opinião, as propostas/ solicitações dos alunos têm sido consideradas pela tua professora ou pela coordenadora da tua Escola?”, de modo a que pudesse fazer sentido para os alunos e permitisse tratar paralelismo de análise com a questão que foi dirigida ao Alunos Participantes;
- “Consideras que as Assembleia de Turma/ Assembleias de Escola tem influência sobre a ação dos alunos na gestão da Escola? Em que grau?”. Houve também a necessidade de adaptar esta questão à realidade dos ANP, sendo a mesma expressa nos termos seguintes “Consideras que se fossem realizadas Assembleias de Alunos na tua Turma ou na tua Escola, isso poderia ter influência sobre a ação dos alunos na gestão da tua Escola? Em que grau?”.

Com os dados recolhidos procedeu-se à elaboração do seguinte quadro, sendo que esses dados serão objeto de análise mais abaixo.

Tabela 12

Recetividade da professora da turma e/ou coordenadora de estabelecimento face às decisões tomadas nas Assembleias de Turma/ Escola

	Alunos Participantes				Alunos não Participantes			
	Muitas Vezes	Algumas Vezes	Nunca	Não Sei	Muitas Vezes	Algumas Vezes	Nunca	Não Sei
N.º de alunos	14	10	0	0	7	12	2	3
%	58,3%	41,7%	0%	0%	29,2%	50,0%	8,3%	12,5%

Os AP consideram, na sua maioria, que as suas decisões foram consideradas “Muitas Vezes” (14 respostas) pela professora da turma e/ou pela coordenadora da Escola (coordenadora de estabelecimento). As restantes respostas foram assinaladas na opção “Algumas Vezes” (10 respostas). De registar que nenhum dos AP respondeu “Nunca” ou “Não Sei” à questão apresentada.

Como anteriormente referimos, caso tivessem respondido “Muitas Vezes” ou “Algumas Vezes”, foi pedido aos alunos que indicassem um exemplo de uma decisão tomada pelos alunos em Assembleia de Turma e/ou em Assembleia de Escola que tivesse sido considerada pela respetiva professora da turma e/ou pela coordenadora da Escola. Passamos, de seguida, a apresentar algumas das respostas dadas pelos AP a essa solicitação: “Colocar mais bancos no recreio.”, “Escolher o nosso tema para o desfile de carnaval”, “Metemos as mesas e as cadeiras de outra maneira e podemos escolher onde nos sentamos se nos portarmos bem claro”, “Participação na escolha de jogos para ter no recreio”, “Limpeza dos recreios e colocação de caixotes do lixo para a reciclagem”, “Pedimos para o recreio ter mais espaços de brincadeira e agora tem.”, “Escolha de livros para a nossa Biblioteca Escolar”, “Já vi mudanças que foram sugeridas nas assembleias, como por exemplo a colocação dos caixotes do lixo da reciclagem.”, “Atividades e jogos que fazemos no recreio.”, “Escolha das músicas para cantar aos pais na festa de Natal”, “Quando fazemos os trabalhos e acabamos mais cedo dizemos o que queremos fazer e ela deixa-nos” e “Alguns dias somos nós que escolhemos se queremos fazer fichas ou ler um livro e depois fazer um desenho.

Das respostas dos AP transparece uma evidente perceção sobre a aceitação das decisões dos alunos por parte das professoras e coordenadoras de estabelecimento.

Em relação à influência que as Assembleias de Turma e Assembleias de Escolas têm sobre a ação dos alunos na gestão da Escola, os AP consideram que têm “Alguma Influência” (18 respostas) e Muita Influência (6 respostas), não existindo nenhuma resposta para “Pouca” ou “Nenhuma Influência”. Face a estes dados consideramos que os AP percebem com alguma clareza que as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola têm influência significativa sobre a sua ação na gestão da Escola.

Para os ANP, a maioria indica que as propostas/ solicitações dos alunos foram consideradas “Algumas Vezes” (12 respostas) pela professora da turma e/ou pela coordenadora da Escola, sendo que em segundo lugar surge a opção “Muitas Vezes” (7 respostas) e existem ainda 2 alunos que consideram que as solicitações/ propostas dos alunos “Nunca” foram atendidas. Há também 3 alunos que não sabem (“Não Sei”) se as propostas/ solicitações dos alunos foram ou não atendidas pela professora da turma e/ou pela coordenadora da Escola.

Como referimos anteriormente, foi solicitado aos ANP que respondessem “Muitas vezes” ou “Algumas Vezes”, a indicação de um exemplo de propostas/ solicitações dos alunos que foram atendidas. Passamos a apresentar algumas das respostas que foram apresentadas pelos alunos: “Jogar à bola no recreio.”, “Trazer brinquedos de casa ou livros.”, “ficarmos sozinhos na sala no intervalo, nós pedimos e a professora deixa.”, “Escolher o livro que queremos ler.”, “Jogar no computador.”, “Regar as plantas da sala”, “Pedimos para ver um filme”, “Fazer desenhos e levar para casa”, “Ir para o recreio mais cedo quando acabamos os trabalhos” e “Escolher o nome para o nosso peixe”.

Das respostas obtidas junto dos ANP, relativamente à questão em apreço, pode inferir-se que, para a maioria destes alunos, as solicitações/ propostas dos alunos são razoavelmente merecedoras de atendimento por parte das professoras e/ou coordenadoras de estabelecimento, no entanto, alguns desses alunos também referem desconhecimento sobre o assunto ou não reconhecem que as propostas/ solicitações dos alunos são atendidas pelas professoras e/ou coordenadoras de Escola, o que pode indicar algum grau de resignação ou então pouca preocupação em participarem de forma ativa na vida da Escola.

Em relação à influência dos alunos sobre a gestão da Escola se fossem realizadas Assembleias de alunos, os ANP consideraram poder existir “Alguma Influência” (15 respostas), “Pouca Influência” (7 respostas) e “Muita Influência” (2 alunos), não tendo existido nenhuma resposta para a opção “Nenhuma Influência”.

Mesmo sem terem a vivência da realização sistemática e organizada de Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, os ANP intuem que a sua realização poderá fomentar a participação e a influência dos alunos na gestão da Escola

No âmbito da análise particular que estamos neste momento a realizar, das respostas dos AE relativamente às questões “Qual é o grau de influência que as Assembleias de Turma e de Escola têm tido sobre a gestão da Escola?” e “As decisões tomadas pelos alunos nas Assembleias de Turma e de Escola têm sido consideradas pela gestão da Escola?”, transparece uma clara perceção favorável por parte destes alunos para ambas as questões, tal como se pode constatar nos excertos das suas respostas, que transcrevemos:

- “... a opinião dos alunos... ela é muitas vezes aceite pelas professoras e também pela coordenadora.”
- “Fomos nós que decidimos e a coordenadora depois ajudou a organizar com as turmas todas.”
- “...algumas vezes escolhemos as tarefas que vamos fazer nas aulas e isso é bom para os alunos, porque estão mais concentrados a fazer o que gostam e não há tanto barulho.”
- “Escolhemos ter alfaces e regámos os canteiros...”
- “Sentimos que temos importância e isso faz-nos sentir bem, pelo menos eu gosto e é isso que eu sinto”
- “... e (nos) deixam participar em algumas decisões, pelo menos algumas vezes.”
- “...as nossas opiniões são aceites pelas professoras e pela coordenadora.”
- “...a minha professora aceita as opiniões e decisões que os alunos tomam nas Assembleias de Turma e a coordenadora também...”
- “... As nossas decisões das Assembleias são aceites pela coordenadora da escola, que depois as concretiza, muitas vezes também com a nossa ajuda, porque fomos nós que dissemos que eram importantes.”
- “...as decisões que os alunos tomam nas Assembleias da minha Turma e também nas Assembleias de Escola são, muitas vezes, tidas em conta pela professora e pela coordenadora.”

Após análise das várias respostas dos AP e AE podemos afirmar, como seria de esperar, que estão alinhadas no mesmo sentido, têm as mesmas perceções relativamente ao papel das Assembleias de Turma/ Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola. Quando analisamos as respostas e as perceções dos ANP, verifica-se um

ligeiro afastamento deste grupo de alunos em relação aos dois grupos de alunos anteriores, no entanto é importante notar que existe igualmente uma perceção maioritariamente favorável relativa ao suposto papel das Assembleias de Turma/ Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola.

5.2.5 - Perceção dos alunos que estão envolvidos nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, em comparação com a perceção dos alunos que não participam nessas atividades

De modo a aferir a “Perceção dos alunos que estão envolvidos nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, em comparação com a perceção dos alunos que não participam nessas atividades” foram colocadas aos AP e ANP, nos respetivos inquéritos por questionário, as seguintes questões: “No próximo ano letivo gostavas de participar em Assembleia de Turma/ Assembleias de Escola?” e “Dos seguintes temas, seleciona aquele que mais gostarias de ver debatido em Assembleias de Alunos: na tua Turma ou na tua Escola.”, sendo que para esta segunda questão foi solicitado que fosse apresentada, em breves palavras, uma justificação para a opção assinalada.

Apresentamos de seguida as respostas recolhidas bem com a análise às mesmas.

Tabela 12

Interesse dos alunos em participar em Assembleias de Turma/ Escola

	Alunos Participantes		Alunos Não Participantes	
	Sim	Não	Sim	Não
N.º de alunos	24	0	20	4
%	100%	0%	83,3%	16,7%

Através das respostas obtidas consegue validar-se o efetivo interesse dos AP e ANP em participarem, no ano letivo seguinte, em Assembleia de Turma e Assembleias de Escola, uma vez que a totalidade das resposta e a esmagadora maioria das respostas, respetivamente, de cada um dos grupos de alunos inquiridos, assim o espelha.

Apresenta-se de seguida o quadro resumo com as preferências dos AP e ANP, relativamente aos assuntos que gostariam de ver debatidos em Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola (no ano letivo seguinte).

Tabela 14

Preferência dos alunos relativamente aos assuntos a debater em Assembleias de Turma/ Escola

	AP		ANP	
	N.º de Alunos	%	N.º de Alunos	%
Planeamento de atividades da Escola/ Agrupamento	3	12,5%	6	24,9%
Alimentação na Escola	4	16,7%	4	16,7%
Arranjo de mobiliário (portas, janelas, WC, ...)	1	4,2%	4	16,7%
Questões de disciplina dos alunos	3	12,5%	4	16,7%
Conteúdos das diferentes disciplinas	5	20,8%	3	12,5%
Limpeza dos espaços exteriores (pátios e recreios)	5	20,8%	3	12,5%
Trabalho dos professores	3	12,5%	0	0%

Em relação aos assuntos que gostariam de ver debatidos em Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola, os AP manifestaram interesse nos vários temas apresentados, com especial incidência em “Conteúdos das diferentes disciplinas” e “Limpeza dos espaços exteriores (pátios e recreios)” (com 5 respostas cada). Transcrevem-se de seguida, algumas das justificações que apresentaram para a opção tomada: “Gosto de brincar no recreio e por isso o recreio tem de estar bem arranjado.”, “alguns dias não gosto muito do almoço e isso pode melhorar”, “gostava que tivéssemos mais aulas de educação física”, “é sempre preciso pensar em organizar a reciclagem e ir recolher os pacotes do leite e dos sumos nos caixotes”, “Gostava de poder mudar alguns temas das disciplinas, porque alguns assuntos são um bocadinho difíceis e aborrecidos”, “Para que todos os alunos não se portem mal.”, “aprender a ser professora porque gosto de ensinar os meus colegas”, “Não gosto lá muito de matemática, mas gosto de estudo do meio e de expressão plástica e para mim é importante fazer mais essas coisas”, “porque é bom estar num espaço limpo e arrumado”, “Queremos propor mais atividades de dança para as meninas e ensaiar para as festas e para os teatros”, “É muito importante ajudar a ter uma escola bonita e arranjada”, “fazer experiências e pedir para virem mais professores fazer atividades à escola como no clube de ciência viva”, “Às vezes ainda há brigas no recreio e por isso temos sempre de falar e meter juízo na cabeça de alguns”.

De uma maneira geral, os AP consideram as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola espaços de discussão e de debate sobre assuntos que têm influência na sua vida diária na Escola, uma vez que são confrontados diariamente com essas situações.

Os ANP, na sua grande maioria, gostariam também de poder participar, no ano letivo seguinte, em Assembleias de Alunos de Turma e de Escola, sendo que somente 4 alunos não são dessa mesma opinião.

Também os ANP consideram importante debater diferentes temas nas Assembleias de Turma/ Escola, tendo dado especial incidência para o tema “Planeamento de atividades da Escola/ Agrupamento”. Das justificações que apresentaram, transcrevem-se algumas delas, por ser oportuno e pertinente neste momento, deixar também o registo dos seus sentires: “Para ter um recreio arrumado e limpo é importante.”, “Substituir as cadeiras estragadas e velhas”, “Pintar os bancos do recreio e limpar as ervas.”, “Para melhorar a nossa horta.”, “Fazer com que os alunos se deem bem e não tenham problemas uns com os outros.”, “Poder escolher as coisas que quero fazer nas disciplinas”, “Apresentar sugestões de outros pratos mais saborosos.”, “Para combinar as atividades com a outra sala.”, “Organizar visitas de estudo como ir outra vez ao circo”, “Fazer atividades ao ar livre e jogos tradicionais.”, “Preparar a nossa festa de final de ano e também a festa de natal”, “Ver filmes que nos ensinam nas disciplinas.” e “Fazer mais fichas no computador e no tablet.

Os ANP, tal como os AP, revelaram conhecer alguns dos problemas que identificam na Escola e manifestam interesse em participar na sua resolução, através da sua participação em Assembleias de Turma e de Escola no ano letivo seguinte.

Os AE revelaram ter uma opinião muito apurada relativamente à continuidade da sua participação nas Assembleias de Turma e de Escola, enquanto Delegados e Subdelegados, tendo expressado as seguintes opiniões, no que diz respeito a esse seu interesse em participarem no ano letivo seguinte em Assembleias de Alunos, de Turma e de Escola:

- “Eu gostava, achei giro e aprendi com os meus colegas a discutir e a votar.”
- “Sim, também gostava de voltar a participar como subdelegada de turma, isso seria importante para mim, mas posso não ser subdelegada de turma para o ano...”
- “Também acho que devem ser outras pessoas para aprenderem...”
- “Eu gostei, mas estou em dúvida se quero voltar a ser presidente... Também tenho que dar a vez a outro, mas foi importante e gostei, porque eu consegui organizar quem falava por ordem e organizar os assuntos todos.

- “...eu também gostei e se tiver de voltar a ser Vice-Presidente da Mesa não me importo...”

Em jeito de síntese, uma análise comparativa entre as opiniões dos AP e AE e as opiniões dos ANP indicia um grau de proximidade elevado na vontade expressa de participarem em Assembleias de Alunos, de Turma e de Escola, no ano letivo seguinte, sendo que também se constata uma preocupação evidente comum de AP, AE e ANP para com alguns dos assuntos que gostariam de ver debatidos nas referidas assembleias, por forma a encontrar solução para os mesmos no próximo ano letivo.

Adicionalmente, foi colocada uma questão aos AE, tendo em vista aferir a sua perceção em relação ao papel a ser desempenhado nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola pelos Delegados e Subdelegados de Turma. As suas respostas revelam que o consideraram mais exigente e de maior responsabilidade, quando comparado com o papel dos alunos que participam nessas assembleias, mas sem qualquer função adicional atribuída, para além da condição de ser aluno. Sobre esta matéria, os AE referiram o seguinte, a título de exemplo:

- “Quem é Delegado ou Subdelegado de Turma ou Presidente ou Vice-Presidente da Mesa tem muito mais responsabilidade do que os outros alunos que só participam.”
- “...estar na Mesa é muito mais responsabilidade do que estar só a dar opinião e votar.”
- “...A minha professora também nos disse que quem está na Mesa não pode influenciar a opinião dos outros, mas pode dar a sua opinião.”
- “...às vezes apetece-me mesmo ralar com aqueles que não estão atentos à reunião ou que não dizem nada de jeito.”
- “...as responsabilidades são diferentes e estar na Mesa tem muito mais responsabilidade.”

Reflexões e considerações finais

Com base nos objetivos do presente estudo, foi realizada uma investigação que analisou detalhadamente a percepção dos alunos em relação a diversos aspectos relacionados com a sua participação em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola. Os resultados permitiram identificar a visão dos alunos relativamente à sua participação na gestão escolar, que foi indagada, essencialmente, numa perspetiva de envolvimento participativo democrático, tendo sido possível observar divergências e convergências nas percepções entre os AP e AE, os alunos que estiveram envolvidos nas Assembleias mencionadas e os alunos que não estiveram. De destacar também, que os dados recolhidos compreendem que os interesses dos alunos contribuíram para um entendimento mais apurado sobre o maior ou menor interesse dos alunos em serem envolvidos em práticas de gestão democrática da Escola.

Este estudo fornece dados valiosos para melhorar práticas que promovam uma participação mais abrangente e ativa dos alunos na administração democrática da Escola, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e do envolvimento ativo dos alunos na vida escolar. A análise das percepções dos alunos forneceu informações valiosas sobre como os alunos se veem no contexto das decisões e dinâmicas escolares que decorrem da sua participação nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

As subquestões formuladas direcionaram o estudo para diferentes aspectos dessas práticas, proporcionando uma análise abrangente e aprofundada, sendo, por isso, na nossa humilde opinião, uma mais-valia.

A primeira subquestão - Qual a percepção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola? - possibilitou concluir sobre o sentir dos alunos em relação à sua ação, contributos e envolvimento nas iniciativas e atividades que são desenvolvidas por si mesmos nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

Na análise realizada aos dados recolhidos, transparece uma percepção generalizada dos alunos muito positiva em relação aos benefícios para a Escola que advêm da sua participação (ou da sua hipotética participação - ANP) em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola. Compreendem os alunos que as assembleias são espaços privilegiados para que possam expressar, de forma autónoma e responsável, o seu sentir sobre as dinâmicas da Escola, sendo que entendem, igualmente, essas assembleias como espaços para partilharem as suas opiniões, para discutirem os assuntos e para votarem as propostas apresentadas. Esta última percepção não é tão evidente no grupo de ANP, dado que as suas respostas foram expressas com base num

conjunto de opções de resposta não vivenciadas ou insuficientemente vivenciadas por estes alunos, uma vez que não têm experiência da participação em Assembleias de Alunos.

A segunda subquestão - Qual a percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão da Escola? - permitiu compreender o entendimento dos alunos quanto ao seu nível de participação nas decisões que são tomadas na Escola.

Com base nos dados recolhidos foi possível verificar, exceto no grupo de ANP, uma vontade evidente dos alunos em participarem mais nas decisões que são tomadas na Escola, realizadas através da sua participação em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, no entanto foi também possível compreender que um grupo significativo de AP e AE tem noção de que já participam o suficiente nas decisões que são tomadas na Escola ou que não podem ou não devem participar em algumas dessas decisões, que são para ser tomadas ou que têm de ser tomadas, de acordo com as suas palavras, pelas professoras ou pela coordenadora de estabelecimento.

A terceira subquestão - Qual a percepção dos alunos relativamente ao papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola? - permitiu compreender o entendimento dos alunos quanto à influência que as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola têm na gestão da escola e possibilitou avaliar como os alunos percebem o impacto dessas assembleias nas decisões que são tomadas relativamente à gestão geral da Escola.

Da recolha e tratamento de dados realizada constata-se que os AP percebem com alguma clarividência que as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola têm influência bastante significativa sobre a sua ação na gestão da Escola. Transparece também uma evidente percepção sobre a aceitação das decisões dos alunos por parte das professoras e coordenadoras de estabelecimento. Já das respostas dos ANP, que não têm a experiência de participar em Assembleias de Turma, pode inferir-se que, para a maioria, as solicitações/ propostas dos alunos são razoavelmente merecedoras de atendimento por parte das professoras e/ou coordenadoras de estabelecimento, no entanto, alguns desses alunos também referem desconhecimento sobre o assunto ou não reconhecem que as propostas/ solicitações dos alunos são atendidas por aquelas docentes responsáveis, o que pode indiciar alguma grau de resignação ou então pouca preocupação em participarem de forma ativa na vida e nos aspetos de gestão da Escola.

Finalmente, a quarta subquestão - Qual o interesse dos alunos na participação em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola? - identificou, com base na vontade expressa pelos alunos, a sua intenção ou não intenção em participarem ou em voltarem a participar em

Assembleias de Turma no ano letivo seguinte. É possível ainda inferir das suas respostas a avaliação que fazem sobre a sua experiência participativa e democrática na gestão da Escola.

Através das respostas obtidas conseguiu validar-se o efetivo interesse dos AP e ANP em participarem, no ano letivo seguinte, em Assembleia de Turma e Assembleias de Escola, uma vez que a totalidade da resposta e a esmagadora maioria das respostas, respetivamente, de cada um dos grupos de alunos inquiridos, assim o indicou.

Foi possível também recolher informações sobre os temas que os alunos mais gostariam de ver debatidos em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, sendo dispersas as opções apresentadas, o que, também deixa indícios sobre o interesse dos alunos na sua participação futura nessas assembleias.

Já os AE revelaram ter uma opinião muito apurada relativamente à continuidade da sua participação nas Assembleias de Turma e de Escola, enquanto Delegados e Subdelegados, tendo referido que gostariam de voltar a participar desempenhando essas funções, no entanto também se pode inferir das suas respostas que, por exemplo, consideram que a rotatividade dos cargos entre os alunos é um fator importante, porque “devem ser outras pessoas para aprenderem”.

O presente estudo permitiu ainda recolher informações sobre uma quinta dimensão que complementa a análise aos dados que foram recolhidos no âmbito das quatro subquestões previamente delineadas. Esta dimensão prende-se com a análise aos dados também recolhidos sobre a noção de “democracia” e de “cidadão”, que foram entendidos, à priori, pela investigadora como fatores, que estando suficientemente assimilados pelos alunos, certamente, têm influência positiva na ação participativa e democrática dos alunos na governança da Escola, que é desenvolvida através das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

A maioria dos AP relaciona “democracia” com a participação de todos nas decisões, as quais são tomadas através do voto, sendo que este expressa a opinião de todos no sentido de alcançar soluções para os problemas. Por outro lado, as respostas recolhidas juntas dos ANP evidenciam que um quarto desses alunos revelou dificuldade em apontar um significado para a palavra “democracia”, sendo que a maioria dos restantes destaca que “democracia” é o ouvir a opinião de todos e uma forma da sociedade se organizar, onde as decisões são tomadas através da participação realizada por meio de votação. Já os AE demonstraram relacionar o conceito de “democracia” com o dar opinião e escutar a opinião dos outros, tomar decisões e arranjar soluções para os problemas.

Relativamente ao conceito de “cidadão”, é notória que a perceção dos AP se centra nas qualidades humanistas do indivíduo, como a solidariedade, a cooperação, o espírito de

interajuda, que possuindo direitos e deveres respeita a diversidade humana e defende os Direitos Humanos, tendo também, igualmente, uma participação responsável na sociedade. Por seu turno, os ANP apontaram, maioritariamente, como significado para “cidadão” o indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres, que mostra respeito pela diversidade humana e cultural, que atende aos Direitos Humanos e que vota em todos os atos eleitorais. Os AE relacionam “cidadão” com uma pessoa que tem direitos e deveres, que pode participar nas decisões e participar nas votações, sendo que o associam também a um indivíduo que conhece e respeita os direitos humanos, que é amigo de todos e que cuida do planeta, dos animais e das plantas.

Ainda dentro desta dimensão foi colocada aos AE uma questão sobre se “numa Escola há cidadãos?”, tendo estes referido que sim. No entanto, constata-se no diálogo que foi estabelecido de seguida uma consciência desses alunos sobre os diferentes papéis que são exercidos pelos vários atores/ cidadãos da Escola, transparecendo uma hierarquização de responsabilidades e funções. No entanto, mais adiante, referiram que essa hierarquização de funções assimila uma partilha de opiniões e um envolvimento dos alunos em algumas das decisões que são tomadas na Escola.

Outro aspeto que foi auscultado somente aos AE tem a ver com a questão que lhes foi colocada sobre se “As responsabilidades dos alunos nas Assembleias de Turma e de Escola são iguais para todos?”, numa tentativa de entender se compreendiam responsabilidades diferenciadas entre alunos com cargos (Delegado, Subdelegado, Presidente da Mesa, Vice-Presidente da Mesa, Secretário) e alunos sem cargos. As respostas revelam um total reconhecimento de hierarquização de responsabilidades, sendo claro que estes alunos percebem que os alunos que assumem cargos têm responsabilidades acrescidas, afirmando “tem muito mais responsabilidade do que os outros alunos que só participam”.

Em resumo, a investigação aborda de forma abrangente as perceções dos alunos sobre a sua participação ativa nos processos de gestão democrática da Escola. Os resultados proporcionaram uma compreensão mais profunda dos papéis dos alunos, do impacto das Assembleias de Turma e de Escola e das suas vantagens, contribuindo para uma análise ponderada sobre a influência da participação dos alunos na gestão escolar.

Foi possível analisar a perceção dos alunos em relação às Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, explorando as hipóteses delineadas no contexto da participação dos alunos na gestão escolar. Os resultados obtidos concluem que os alunos percebem estas Assembleias como mecanismos com propósitos distintos. Por um lado, há uma tendência para assumirem que essas Assembleias são criadas principalmente para transmitir as suas sugestões

e preocupações à professora e à coordenadora de estabelecimento e, por outro lado, os alunos veem estas Assembleias como oportunidades para agir sobre a gestão da escola.

Além disso, os resultados indicam que os alunos que participam ativamente em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola têm uma percepção mais apurada sobre a ação e o impacto dessas assembleias em comparação com os colegas que não participam. Esta constatação sugere que a participação direta nestes fóruns de decisão influencia a percepção dos alunos sobre a eficácia e relevância destes mecanismos para a gestão escolar.

Assim, o objetivo geral de identificar os contributos das Assembleias de Turma e de Escola para a participação dos alunos na tomada de decisões sobre as dinâmicas da escola parece ser alcançado. A análise das hipóteses contribuiu para uma compreensão mais profunda das percepções dos alunos em relação a estas assembleias, destacando a sua importância como instrumentos de participação ativa dos alunos na gestão democrática da Escola. Estes resultados deram contribuições significativas para uma compreensão mais abrangente do papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola na participação dos alunos na gestão democrática da escola, visando assim fortalecer a voz dos alunos e promover uma gestão escolar mais inclusiva e participativa.

A promoção do aumento da participação dos alunos na governança da Escola é essencial para a construção de um ambiente educativo mais democrático, inclusivo e comprometido. Ao longo deste estudo, exploramos as razões para essa tendência, os benefícios que ela traz e, implicitamente, as estratégias para implementá-la com sucesso.

Aumentar a participação dos alunos, através de Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, não é apenas uma questão de dar voz aos alunos, mas também de capacitá-los a se tornarem cidadãos ativos e responsáveis. Isso contribui para o desenvolvimento de habilidades cívicas, pensamento crítico e a participação ativa dos alunos na governança da instituição escolar.

À medida que procuramos uma educação de qualidade e pertinente, é essencial reconhecer que os alunos têm um papel central na definição do presente e do futuro da Escola. A participação ativa dos alunos na governança da Escola é um passo na direção certa para construir uma sociedade mais democrática, inclusiva e com alunos mais autónomos.

Portanto, é essencial que continuemos a priorizar e fortalecer os esforços para aumentar a participação dos alunos na governança da Escola, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que sua influência seja sentida. Este é um investimento no crescimento e no progresso da educação, com impactos positivos que se estendem muito além dos muros da Escola.

Estas considerações finais resumem os principais pontos e destacam a importância de promover a participação dos alunos na governança da Escola.

A análise dos dados recolhidos foi um momento de desenvolvimento e melhoria dos conhecimentos, permitindo a revisão de experiências, conceitos e uma pesquisa detalhada sobre o tema abordado.

Relativamente aos questionários aplicados e também à entrevista em Focus Group, estes foram adaptados de Pereira (2019), tendo sofrido os ajustes necessários, de modo a poderem adaptar-se ao presente estudo. A entrevista visou confirmar as percepções dos alunos participantes em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola sobre os diversos aspetos em análise. Dessa forma foi possível recolher informação diversa e adicional que se constituiu como mais um elemento de comparação entre as percepções dos AP e ANP inquiridos através de questionário.

Na generalidade, é possível observar que os alunos atribuem valor à sua participação nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola, reconhecendo, implicitamente, que através delas lhes é possibilitado intervir na gestão da Escola, de acordo com o seu sentir, as suas opiniões e as suas propostas.

Finalmente, confirmam-se as três hipóteses delineadas previamente de que “Os alunos consideram que as Assembleias de Turma e as Assembleias de Escola existem para que possam apresentar propostas para a resolução dos problemas que identificam e sugestões para melhorar o funcionamento da Escola”; que “Os alunos consideram que as Assembleias de Turma e Assembleias de Escola servem para lhes dar a possibilidade de agir sobre a gestão da Escola”; e que “Os alunos que participam em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola têm uma melhor percepção sobre a ação e o impacto dessas assembleias, em comparação com os restantes colegas que nelas não participam.”

Desta forma se dá por concluído o presente estudo, que efetivamente ambicionamos não se encerra nestas páginas, mas que possa servir para aprimorar o nosso trabalho direto e de intervenção nas práticas participativas e democráticas dos alunos no Agrupamento de Escolas do Cadaval, realizadas através de Assembleias de Turma e de Assembleia de Escola, pelo menos, durante o mandato do atual Diretor do Agrupamento.

Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2003). *Os Sentidos da escola, Identidades Juvenis e Dinâmicas de escolaridade*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, J.F., & Pinto, J. M. (1976). *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Araújo, U. (2008). *Resolução de conflitos e assembleias escolares*. *Cadernos de Educação*, 115-131.
- Audagier, F. (2000). *Basic Concepts and core competencies for education for democratic citizenship*. Strasbourg: Council of Europe.
- Backman, E., & Trafford, B. (2007). *Democratic governance of schools*. Strasbourg: Council of Europe Publishing. Edição em língua portuguesa: Conselho Nacional de Educação.
- Barroso, J. (1995). *Para uma abordagem teórica da reforma da administração escolar: a distinção entre “direcção” e “gestão”*. *Revista Portuguesa de Educação*, 8(1), 33-56.
- Barroso, J. (1996). *Para o Desenvolvimento de uma Cultura de Participação na Escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Carvalho, M., Alão, P., & Magalhães, J. (2017). *Da indisciplina ao clima de escola: a voz dos alunos*. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 42-60.
- Carvalho, M., Alão, P., & Magalhães, J. (2017). *Da indisciplina ao clima de escola: a voz dos alunos*. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 42-60.
- Delors, J. (1996). *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (UNESCO)*. Porto: ASA.
- Erickson, F. (1986). *Qualitative Methods in Research on Teaching*. Los Angeles: University of California.
- Estrela, A. (1994). *Teoria e prática de observação de classes*. Porto: Porto Editora.
- Estrela, E., Soares, M. A., & Leitão, M. J. (2009). *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Faulks, K. (2000). *Citizenship*. NY.: Routledge.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *Inquérito: teoria e prática* (4ª ed.). Oeiras: Celta.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Hill, Manuela Magalhães, & Andrew Hill (2005). *Investigação por Questionário* (2.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Lima, L., & Afonso, A. (1998). *A escola como a organização e a participação na organização escolar*. Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. C. (2011). Administração e autonomia das escolas. In L. C. Lima (Ed.), *Administração Escolar: Estudos* (pp. 11-56). Porto: Porto Editora, Lda.
- Merriam, S. (1988). *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Pedro, A. P., & Pereira, C. M. (2010). *Participação escolar: representações dos alunos do 3.º ciclo de Aveiro*. *Educação e Pesquisa*, 747-762.
- Pereira, A. I. P. (2019). *Como avaliam os alunos a ação da Assembleia de Alunos na perspetiva da gestão democrática?*. Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais. URL: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/35132/1/dissertacao_Ana%20Pereira.pdf.
- Quivy, R., & Campenhout, L.V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações Lda.
- Torres, L., & Palhares, J. (2009). *Estilos de liderança e escola democrática*. *Revista Lusófona de Educação*. URL: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n14/n14a06.pdf>.
- Tuckman, B. W. (2005). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veloso, L., Craveiro, D., & Rufino, I. (2012). *Participação da comunidade educativa na gestão escolar*. *Educação e Pesquisa*, 815-832.

Legislação consultada

Lei n.º 5/73, de 25 de julho – Aprovou as bases a que deveria obedecer a reforma do sistema educativo (reforma educativa de Veiga Simão).

Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro – Estabelece a regulamentação da gestão das escolas.

Decreto-Lei n.º 115-A/98 – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto – Constituição da República Portuguesa, na sua redação atual.

Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto – Lei de Bases do Sistema Educativo, na sua redação atual.

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho – Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na sua redação atual.

Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro – Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio – Cria o Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (...) que tem a missão de conceber uma Estratégia de Educação para a Cidadania.

Despacho n.º 5908/2017 da Secretaria de Estado da Educação – Implementa o projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018.

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto – Regulamenta as ofertas educativas do ensino básico.

Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto – Regulamenta a oferta de cursos científico-humanísticos.

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto – Regulamenta os cursos profissionais.

Lei n.º 116/2018, de 13 de setembro – Regime jurídico da educação inclusiva, na sua redação atual.

Apêndices

Apêndice 1: Guião do questionário aplicado aos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola: Delegados, Subdelegados e/ou Representantes de Turma

Inquérito por Questionário

Este questionário destina-se a recolher informação para um projeto de investigação integrado no Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/ Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. A investigação tem como objetivo recolher dados sobre “A Participação dos Alunos nos Processos de Gestão Democrática da Escola: As Assembleias de Turma e de Escola como Instrumentos de Governança”.

A população “alvo” deste inquérito por questionário são os alunos que participaram em Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola no teu Agrupamento de Escolas no ano letivo de 2022/2023, sendo as questões diretamente relacionadas com o tema em questão.

Dado que a tua opinião é fundamental, e não existem respostas certas ou erradas, pedimos que respondas com a máxima sinceridade, clareza e objetividade. Se te enganares risca a tua resposta e preenche novamente.

O questionário é anónimo e não debes, por isso, colocar a tua identificação em nenhum local de resposta, nem assinares o questionário.

A – Indica alguns dados sobre ti

1. Sexo: M F

2. Qual a tua idade?

6 7 8 9 10 11

3. Ano de escolaridade que frequentas no presente ano letivo de 2022/2023:

1.º 2.º 3.º 4.º

4. No presente ano letivo de 2022/2023, em que papel participaste nas Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola?

Delegado Subdelegado Representante da turma

B – Expressa a tua opinião

5. Para ti o que é a “democracia”?

(seleciona a opção que consideras mais correta)

Uma forma de organização que permite ouvir a opinião de todos	
Uma forma de organizar a sociedade	
Forma de promover o respeito pela opinião de todos	
Regime em que todos participam na construção de propostas	
Regime em que todos participam no desenvolvimento das soluções	
Regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos	
Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos	
Um regime em que todos votam	
Não sei o que significa	

6. Para ti o que é um “cidadão”?

(seleciona a opção que consideras mais correta)

O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger	
O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade	
O indivíduo que agride outro e reclama o direito à sua própria defesa	
O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais	
O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados	
O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos	
O indivíduo que se mostra solidário	
O indivíduo que age pela sustentabilidade ecológica	

7. Consideras que, como aluno/ aluna, deverias poder participar mais nas decisões da gestão(direção) da tua Escola?

Sim

Não

7.1. Justifica a tua opinião em 7.

8. Assinala com uma (X) o grau de relevância que atribuis aos seguintes objetivos das Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola:

Objetivos das Assembleias de Turma/ Escola	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Nada Relevante
Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para a Escola/ Agrupamento				
Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem				
Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas				
Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão da Escola/ Agrupamento				
Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos				
Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente				
Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes turmas				

9. Na tua opinião, as decisões tomadas pelos alunos em Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola têm sido consideradas pela tua professora ou pela coordenadora da tua Escola?

Muitas Vezes	<input type="checkbox"/>	Algumas Vezes	<input type="checkbox"/>	Nunca	<input type="checkbox"/>	Não Sei	<input type="checkbox"/>
-----------------	--------------------------	------------------	--------------------------	-------	--------------------------	------------	--------------------------

9.1 Se respondeste “*Muitas Vezes*” ou “*Algumas Vezes*” em 9, dá um exemplo.

9.2 Se respondeste “*Nunca*”, indica uma decisão que gostarias de ter visto ser considerada por parte da tua professora ou pela coordenadora da tua Escola.

10. Consideras que as Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola têm influência sobre a ação dos alunos na gestão da tua Escola? Em que grau?

1. Nenhuma
influência

2. Pouca
influência

3. Alguma
influência

4. Muita
influência

11. Consideras que a participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola traz benefícios para a tua Escola?

1. Nenhum

2. Poucos

3. Alguns

4. Muitos

11.1 Se em 11 selecionaste 2, 3 ou 4, indica um desses benefícios.

12. No próximo ano letivo gostavas de participar em Assembleias de Alunos: Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola?

Sim

Não

13. Dos seguintes temas, seleciona (X) aquele que mais gostarias de ver debatido em Assembleias de Alunos: Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola:

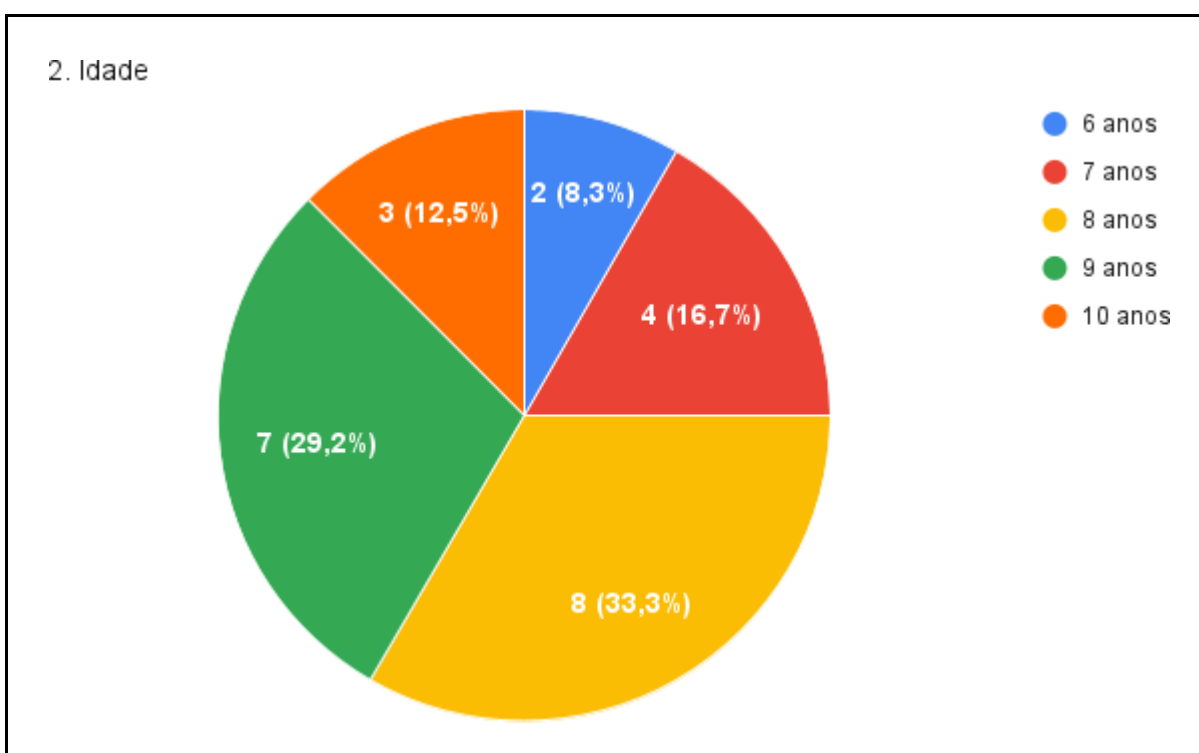
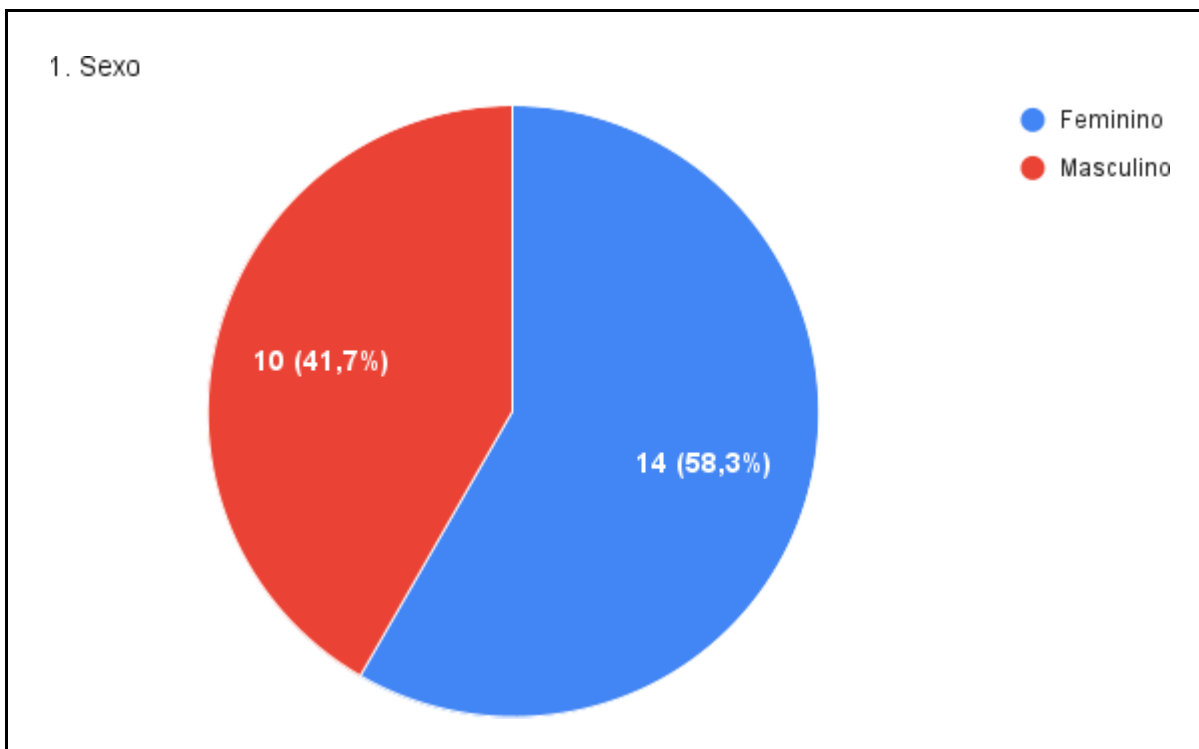
Planeamento de atividades da Escola/ Agrupamento	
Alimentação na Escola	
Arranjo de mobiliário (portas, janelas, WC, ...)	
Questões de disciplina dos alunos	
Conteúdos das diferentes disciplinas	
Limpeza dos espaços exteriores (pátios e recreios)	
Trabalho dos professores	

13.1. Em breves palavras, justifica a opção anterior.

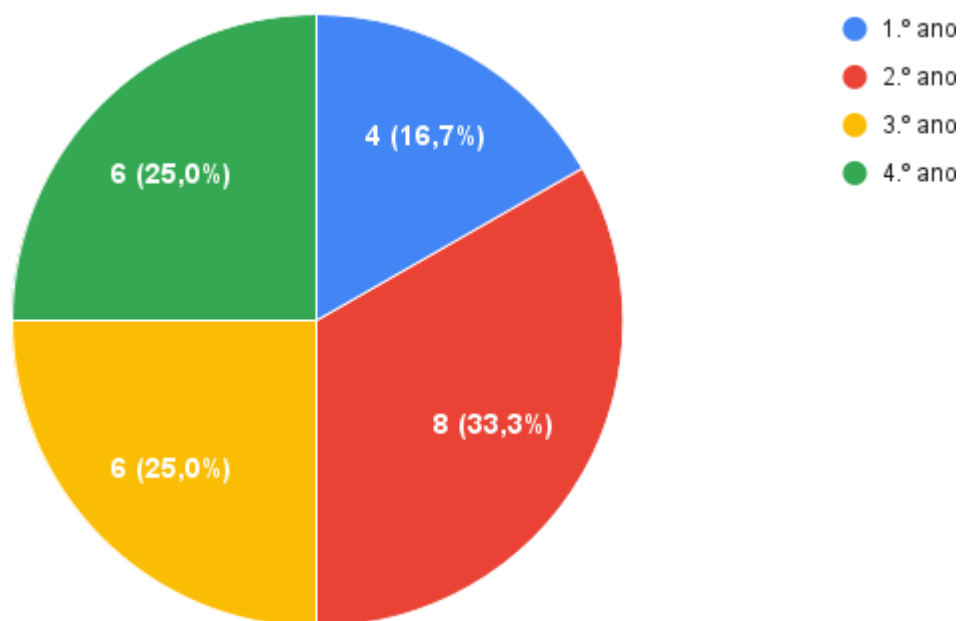
Obrigada pela tua colaboração.

Prof.^a Carla Aires

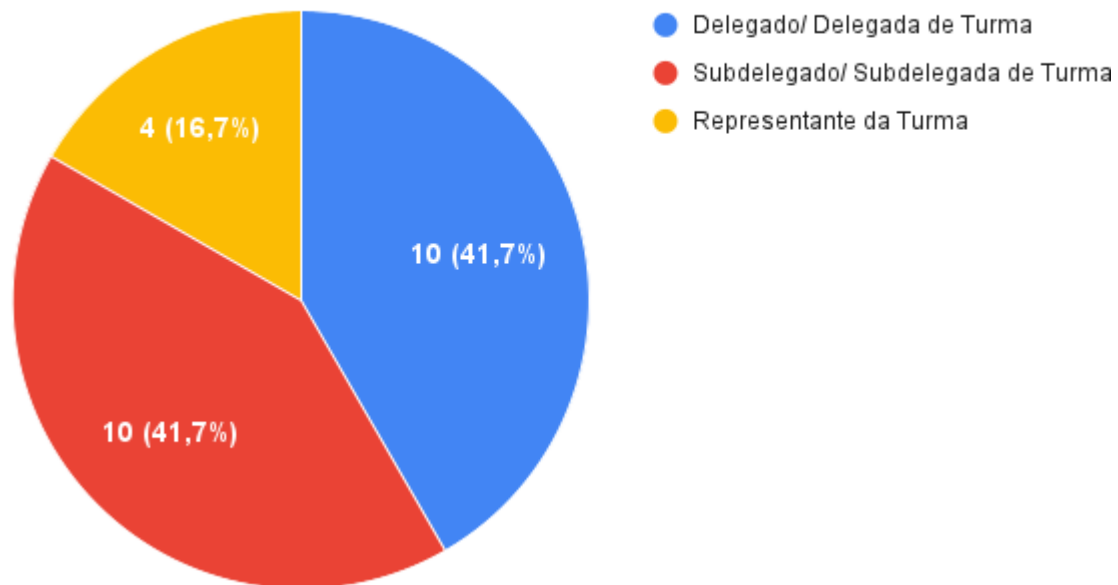
Apêndice 2: Respostas ao questionário aplicado aos Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola: Delegados, Subdelegados e/ou Representantes de Turma



3. Ano de escolaridade que frequentas no presente ano letivo de 2022/2023?

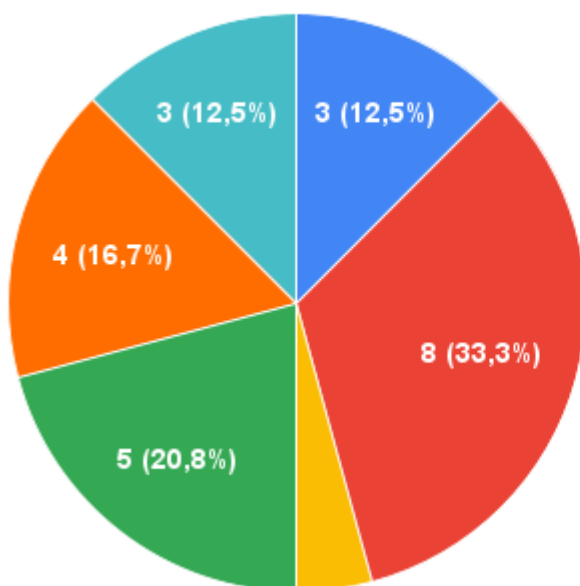


4. No presente ano letivo de 2022/2023, em que papel participaste nas Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola?



5. Para ti o que é a "democracia"?

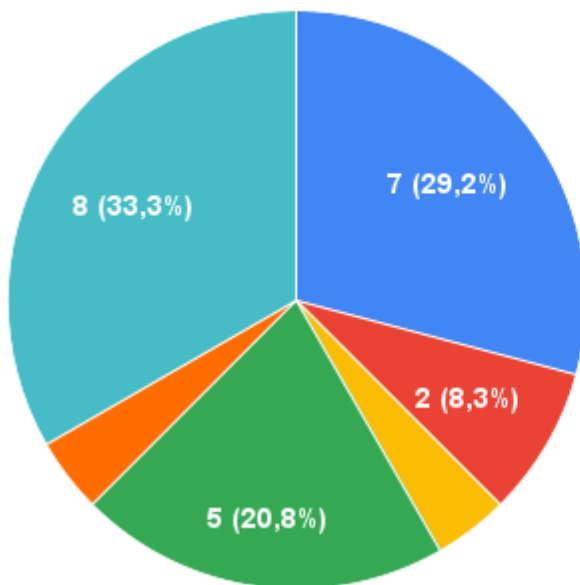
(seleciona a opção - apenas 1 - que consideras mais correta)



- Uma forma de organização que permite ouvir a opinião de todos.
- Regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos.
- Uma forma de organizar a sociedade.
- Forma de promover o respeito pela opinião de todos.
- Regime em que todos participam no desenvolvimento das soluções.
- Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos.

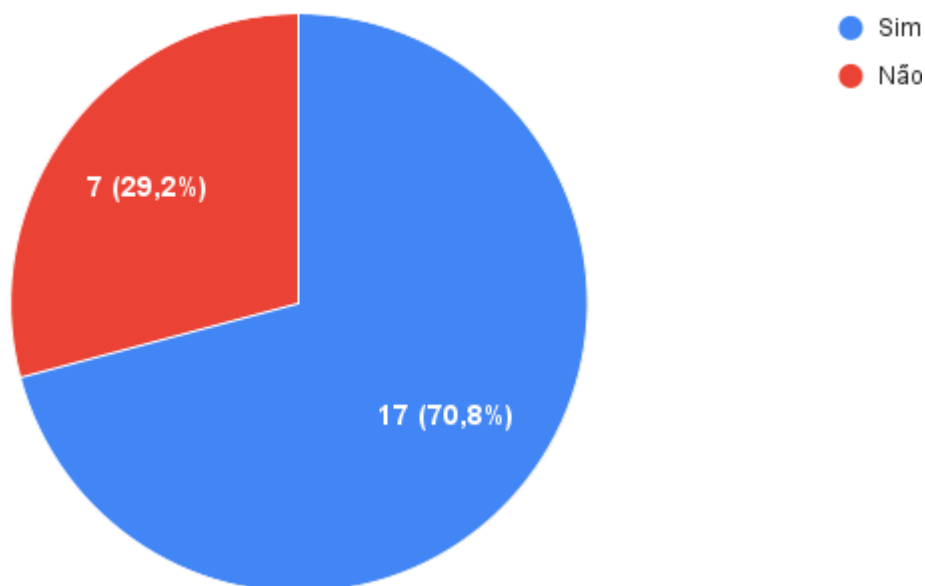
6. Para ti o que é um "cidadão"?

(seleciona a opção - apenas 1 - que consideras mais correta)



- O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger.
- O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade.
- O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais.
- O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados.
- O indivíduo que se mostra solidário.
- O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos.

7. Consideras que, como aluno/ aluna, deverias poder participar mais nas decisões da gestão (direção) da tua Escola?



7.1. Justifica a tua opinião tendo em conta a tua resposta anterior.

Gosto de dar a minha opinião.

Porque é bom para nós

Acho que muitas coisas são só para as professoras e a coordenadora pensarem, elas é que dizem e decidem

Porque fico contente se escolhem o que eu gosto

Também faço parte da escola

assim os professores ficam a saber o que achamos que corre bem ou mal na escola segundo a nossa opinião.

Há situações que têm ser os professores a decidir

Acho importante participar nas decisões da escola.

Os alunos devem estar envolvidos em tudo na escola.

Somos também muito importantes na escola

Nós já participamos em algumas decisões e acho que já suficiente

Eu gosto e quero participar em tudo na escola, de ajudar e decidir

Eu gosto de estar envolvida na tomada de decisões.

Porque a Escola também é minha

Por vezes os alunos são menos complicados do que os professores

Os alunos gostam de estar envolvidos nas coisas da escola.

É bom colaborar nas decisões

Penso que já chega o que eu participo

Somos muito pequenos para tomar algumas decisões que são só dos crescidos

Para os professores conhecerem a nossa opinião.

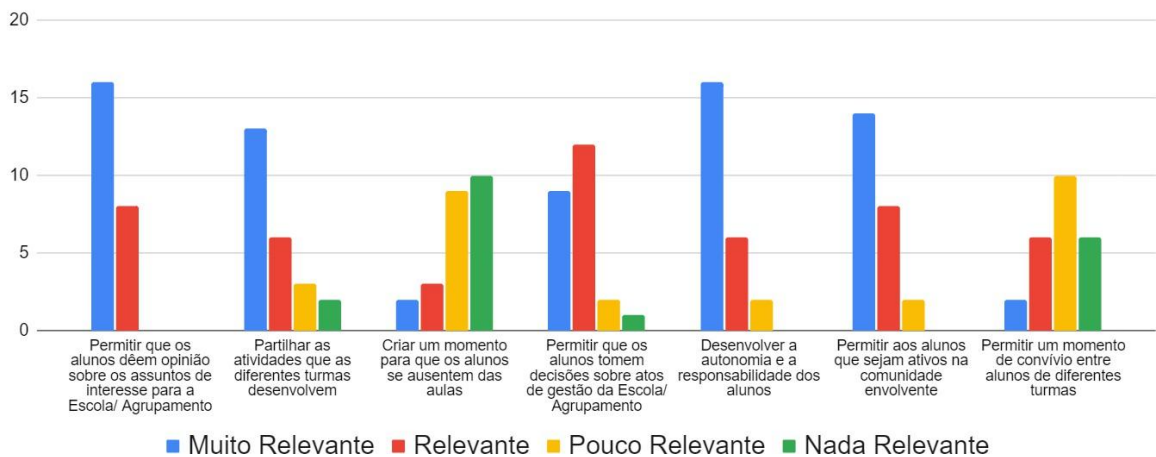
Os adultos às vezes tem de ser eles a decidir não os alunos

A nossa opinião sobre os assuntos da escola precisa ser ouvida.

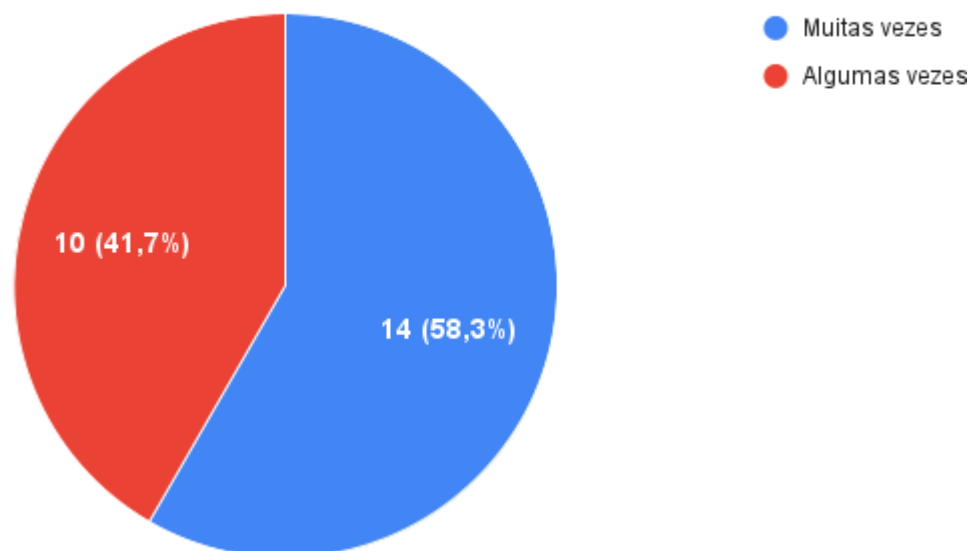
À algumas coisas que não são para os alunos, porque não sabemos decidir esses assuntos

A escola não é só dos professores, também é dos alunos, por isso devemos estar todos envolvidos.

8. Assinala o grau de relevância que atribuis aos seguintes objetivos das Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola:



9. Na tua opinião, as decisões tomadas pelos alunos em Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola têm sido consideradas pela tua professora ou pela coordenadora da tua Escola?



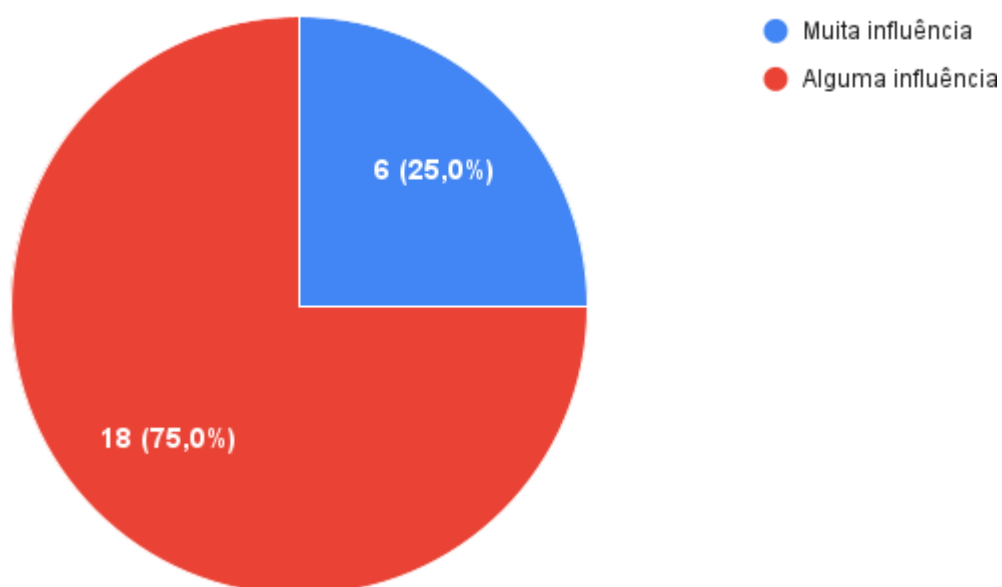
9.1. Se respondeste “Muitas Vezes” ou “Algumas Vezes”, dá um exemplo.

Colocar mais bancos no recreio.
Escolher o nosso tema para o desfile de carnaval
Metemos as mesas e as cadeiras de outra maneira e podemos escolher onde nos sentamos se nos portarmos bem claro
Participação na escolha de jogos para ter no recreio
Limpeza dos recreios e colocação de caixotes do lixo para a reciclagem
colocar o micro-ondas no refeitório para os alunos estrangeiros aquecerem a comida deles.
Pedimos para o recreio ter mais espaços de brincadeira e agora tem.
Escolha de livros para a nossa Biblioteca Escolar
A nossa escola tem um ambiente participativo e as decisões das assembleias são levadas a sério. já vi mudanças que foram sugeridas nas assembleias, como por exemplo a colocação dos caixotes do lixo da reciclagem.
Alteração dos espaços dos recreios entre as turmas, combinámos e vamos mudando todos os dias
Atividades e jogos que fazemos no recreio.
Escolha das músicas para cantar aos pais na festa de Natal
Quando fazemos os trabalhos e acabamos mais cedo dizemos o que queremos fazer e ela deixa-nos
Escolha de jogos e materiais para termos na nossa sala
Decidimos muitas coisas na nossa sala e se concordamos todos a professora deixa-nos fazer
Alterações da sala de aula com ideias e a ajuda dos alunos
Na organização dos grupos na hora do almoço que vão primeiro para o refeitório
Deixam-nos escolher as atividades do brincar
escolhemos o espaço no recreio onde fazemos a nossa horta
Na escolha de atividades para realizar no recreio
Alguns dias somos nós que escolhemos se queremos fazer fichas ou ler um livro e depois fazer um desenho

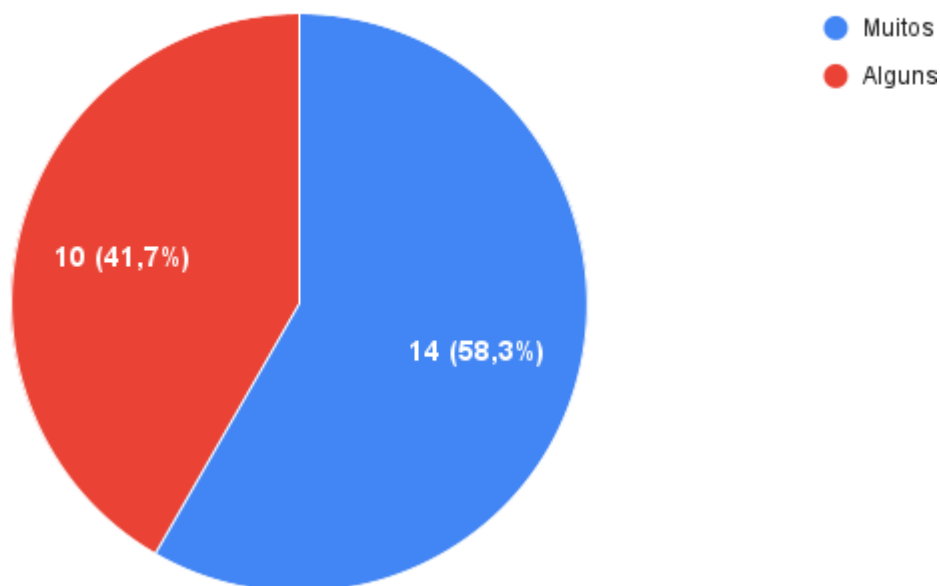
9.2. Se respondeste “Nunca”, indica uma decisão que gostarias de ter visto ser considerada por parte da tua professora ou pela coordenadora da tua Escola.

(nenhuma resposta)

10. Consideras que as Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola têm influência sobre a ação dos alunos na gestão da tua Escola? Em que grau?



11. Consideras que a participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola traz benefícios para a tua Escola?



11.1. Se seleccionaste "Poucos", "Alguns" ou "Muitos", indica um desses benefícios.

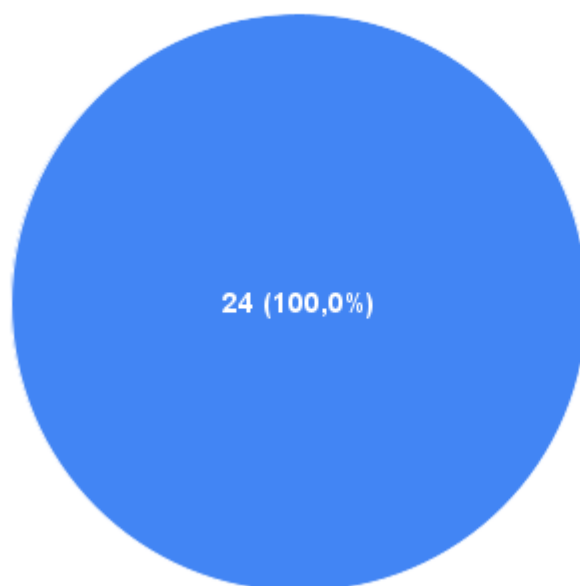
Quando participamos e a professora e a coordenadora nos ouvem ficamos todos melhor.

Porque os alunos sabem o que gostam mais.

Ficamos mais felizes quando sentimos que o que pensamos e que queremos é importante

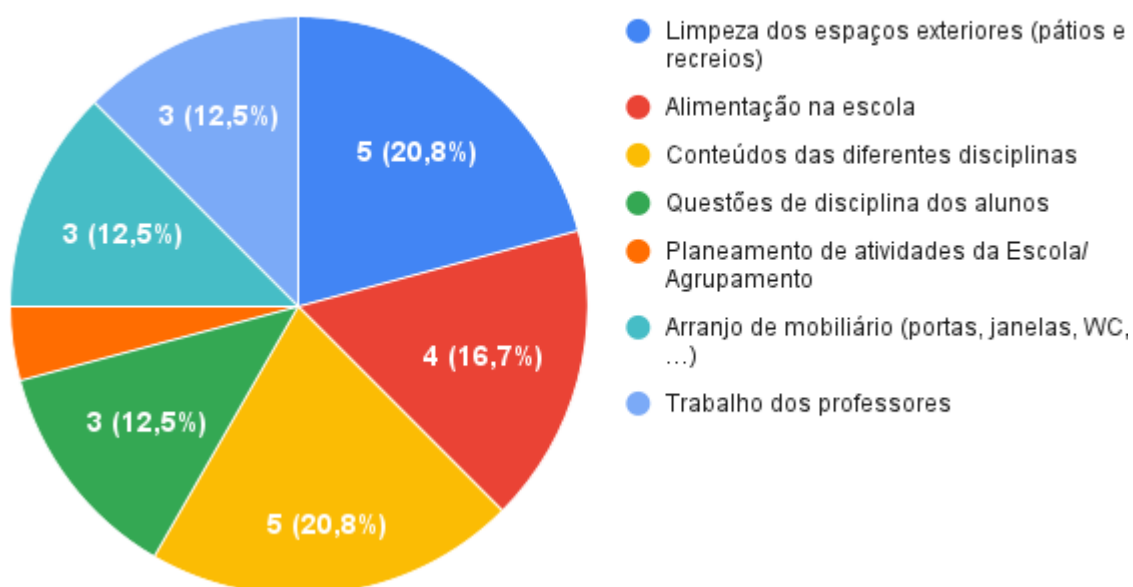
Aprendemos melhor então isso é bom.
Temos vontade de fazer mais coisas e de ajudar.
Quando ouvem a nossa opinião até parece que andamos mais calmos nos intervalos aprendemos a ser responsáveis e a cuidar da nossa escola e das nossas coisas ao nosso jeito.
Ficamos que um ambiente mais participativo.
Só queremos o melhor para a nossa escola e para nós e também para os adultos
A participação dos alunos nas assembleias é fundamental para termos uma escola mais democrático onde todos tem voz.
A nossa opinião tem valor e isso é bom para todos e por isso é muito importante.
Conhecem do que achamos que corre mal na escola e ouvem a nossa opinião
Sentir que esteamos envolvidos ajuda a estarmos mais atentos e a tentar ser melhores
Há menos brigas lá fora porque combinámos nós as regras entre todos e nós decidimos as regras
Se nos sentimos importantes a escola melhora porque nos também gostamos de fazer coisas uteis
As nossas decisões na escola também são importantes para todos os que estão na escola
e ver a escola pelos olhos de uma criança ajuda a fazer as coisas melhor para as crianças
Vemos também soluções para os problemas e ajudamos a resolver isso
Se combinamos antes com todos depois fazemos melhor e sem confusões
sermos ouvidos com as nossas opiniões, como quando combinamos ir à biblioteca
Há algumas regras que fomos nós que dissemos, como não ir brincar no campo de jogos se não é a vez da nossa turma
Poder ir à casa de banho sem estar sempre a pedir, mas só vai um de cada vez como votámos
falamos tudo antes e depois as atividades correm melhor

12. No próximo ano letivo gostavas de participar em Assembleias de Alunos:
Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola?



● Sim

13. Dos seguintes temas, seleciona aquele que mais gostarias de ver debatido em
Assembleias de Alunos: Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola.



13.1 Em breves palavras, justifica a opção anterior.

gosto de brincar no recreio e por isso o recreio tem de estar bem arranjado.

alguns dias não gosto muito do almoço e isso pode melhorar

gostava que tivéssemos mais aulas de educação física
é sempre preciso pensar em organizar a reciclagem e ir recolher os pacotes do leite e dos sumos nos caixotes
quero estar atenta aos almoços e temos de falar com as senhoras do refeitório para elas saberem o que não está bem, mas antes falamos todos com a coordenadora
Gostava de poder mudar alguns temas das disciplinas, porque alguns assuntos são um bocadinho difíceis e aborrecidos
Gosto de brincar no recreio com os meus amigos
Para que todos os alunos não se portem mal.
às vezes a comida não é tão boa assim e precisamos de estar atentos
para os alunos estarem envolvidos na escolha das atividades, natal, carnaval, festa dos avós, dias de aniversário, Halloween, dia dos namorados, dia da criança
Salas diferentes, com mais cores e decoração e se for possível um computador que não de problemas
aprender a ser professora porque gosto de ensinar os meus colegas
Não gosto lá muito de matemática, mas gosto de estudo do meio e de expressão plástica e para mim é importante fazer mais essas coisas
evitar indisciplina nos recreios por parte de alguns alunos.
Ter outras coisas novas na sala, tipo microscópio e coisas para fazer experiências.
Ajudar na escolha das ementas se houver comida que não gostamos de comer
porque é bom estar num espaço limpo e arrumado
Queremos propor mais atividades de dança para as meninas e ensaiar para as festas e para os teatros
É muito importante ajudar a ter uma escola bonita e arranjada
É importante fazer coisas diferentes e se falamos entre todos alguns tem ideias e isso é bom
pintar novos jogos no chão do recreios e ter pinturas novas nas paredes
Organizar tarefas na turma e trabalharmos juntos na nossa sala em grupos feitos por nós
fazer experiências e pedir para virem mais professores fazer atividades à escola como no clube de ciência viva
Às vezes ainda á brigas no recreio e por isso temos sempre de falar e meter juízo na cabeça de alguns

Apêndice 3: Guião do questionário aplicado aos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola

Inquérito por Questionário

Este questionário destina-se a recolher informação para um projeto de investigação integrado no Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/ Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. A investigação tem como objetivo recolher dados sobre “A Participação dos Alunos nos Processos de Gestão Democrática da Escola: As Assembleias de Turma e de Escola como Instrumentos de Governança”.

A população “alvo” deste inquérito por questionário são os alunos que não participaram em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola no teu Agrupamento de Escolas no ano letivo de 2022/2023, sendo as questões diretamente relacionadas com o tema em questão.

Dado que a tua opinião é fundamental, e não existem respostas certas ou erradas, pedimos que respondas com a máxima sinceridade, clareza e objetividade. Se te enganares risca a tua resposta e preenche novamente.

O questionário é anónimo e não deves, por isso, colocar a tua identificação em nenhum local de resposta, nem assinar o questionário.

A – Indica alguns dados sobre ti

1. Sexo: M F

2. Qual a tua idade?

6 7 8 9 10 11

3. Ano de escolaridade que frequentas no presente ano letivo de 2022/2023:

1.º 2.º 3.º 4.º

B – Expressa a tua opinião

4. Para ti o que é a “democracia”?

(seleciona a opção que consideras mais correta)

Uma forma de organização que permite ouvir a opinião de todos	
Uma forma de organizar a sociedade	
Forma de promover o respeito pela opinião de todos	
Regime em que todos participam na construção de propostas	
Regime em que todos participam no desenvolvimento das soluções	
Regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos	
Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos	
Um regime em que todos votam	
Não sei o que significa	

5. Para ti o que é um “cidadão”?

(seleciona a opção que consideras mais correta)

O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger	
O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade	
O indivíduo que agride outro e reclama o direito à sua própria defesa	
O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais	
O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados	
O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos	
O indivíduo que se mostra solidário	
O indivíduo que age pela sustentabilidade ecológica	

6. Consideras que, como aluno/ aluna, deverias poder participar mais nas decisões da gestão(direção) da tua Escola?

Sim

Não

6.1. Justifica a tua opinião em 6.

7. Se te fosse dada a possibilidade de participares em reuniões de Assembleia de Alunos na tua Turma ou na tua Escola, indica com uma (X) o grau de relevância que atribuis aos seguintes objetivos dessas Assembleias de Alunos:

Objetivos das Assembleias de Alunos	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Nada Relevante
Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para a Escola/ Agrupamento				
Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem				
Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas				
Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão da Escola/ Agrupamento				
Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos				
Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente				
Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes turmas				

8. Na tua opinião, as propostas/ solicitações dos alunos têm sido consideradas pela tua professora ou pela coordenadora da tua Escola?

Muitas Vezes	<input type="checkbox"/>	Algumas Vezes	<input type="checkbox"/>	Nunca	<input type="checkbox"/>	Não Sei	<input type="checkbox"/>
-----------------	--------------------------	------------------	--------------------------	-------	--------------------------	------------	--------------------------

8.1 Se respondeste “*Muitas Vezes*” ou “*Algumas Vezes*” em 8, dá um exemplo.

8.2 Se respondeste “*Nunca*”, indica uma proposta/ solicitação que gostarias de ter visto ser considerada por parte da tua professora ou pela coordenadora da tua Escola.

9 Consideras que se fossem realizadas Assembleias de Alunos na tua Turma ou na tua Escola isso poderia ter influência sobre a ação dos alunos na gestão da tua Escola? Em que grau?

1. Nenhuma
influência

2. Pouca
influência

3. Alguma
influência

4. Muita
influência

10 Consideras que se fossem realizadas Assembleias de Alunos na tua Turma ou na tua Escola a participação dos alunos nessas Assembleias traria benefícios para a tua Escola?

1. Nenhum

2. Poucos

3. Alguns

4. Muitos

10.1 Se em 10 selecionaste 2, 3 ou 4, indica um desses benefícios.

11. No próximo ano letivo gostavas de participar em Assembleias de Alunos: Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola?

Sim

Não

12. Dos seguintes temas, seleciona (X) aquele que mais gostarias de ver debatido em Assembleias de Alunos: Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola:

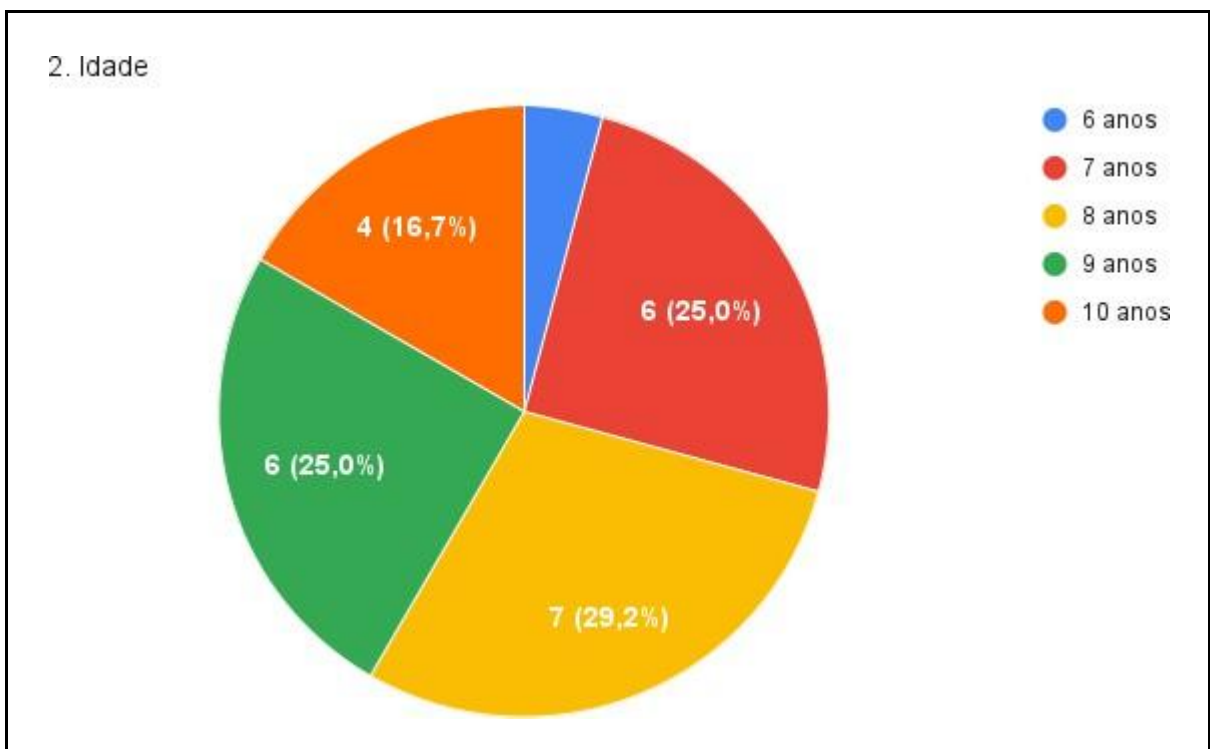
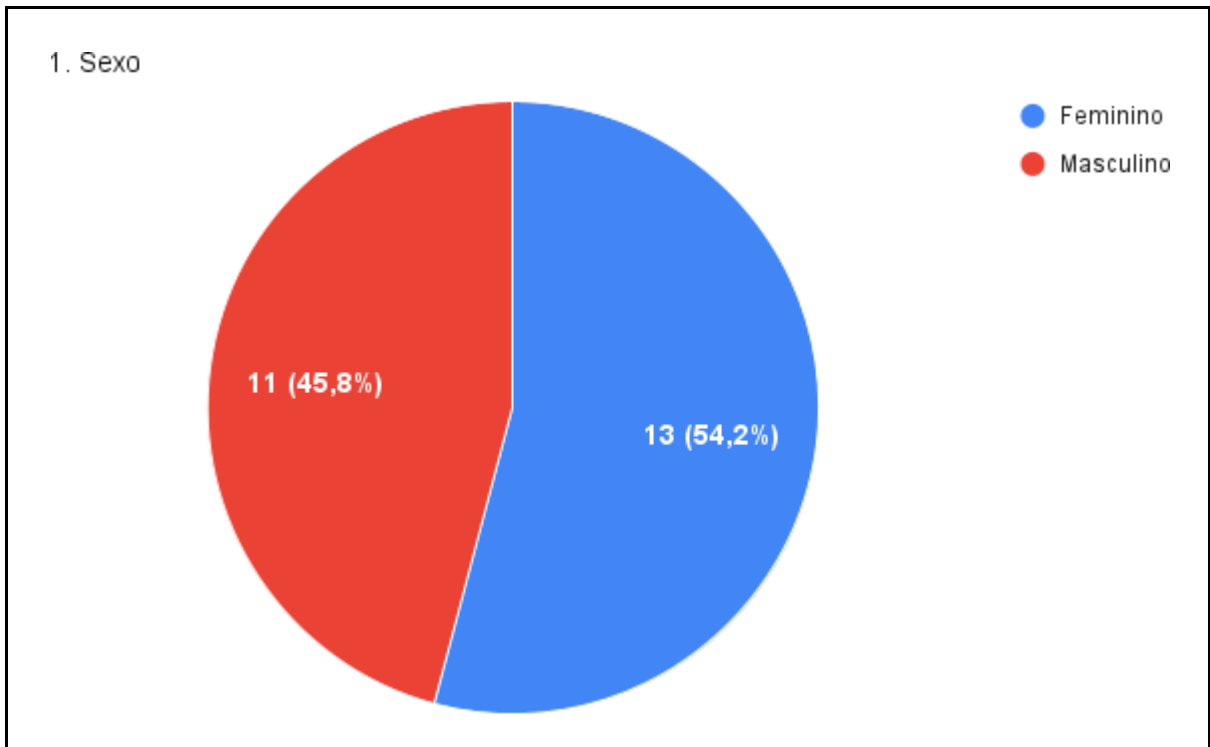
Planeamento de atividades da Escola/ Agrupamento	
Alimentação na Escola	
Arranjo de mobiliário (portas, janelas, WC, ...)	
Questões de disciplina dos alunos	
Conteúdos das diferentes disciplinas	
Limpeza dos espaços exteriores (pátios e recreios)	
Trabalho dos professores	

12.1. Em breves palavras, justifica a opção anterior.

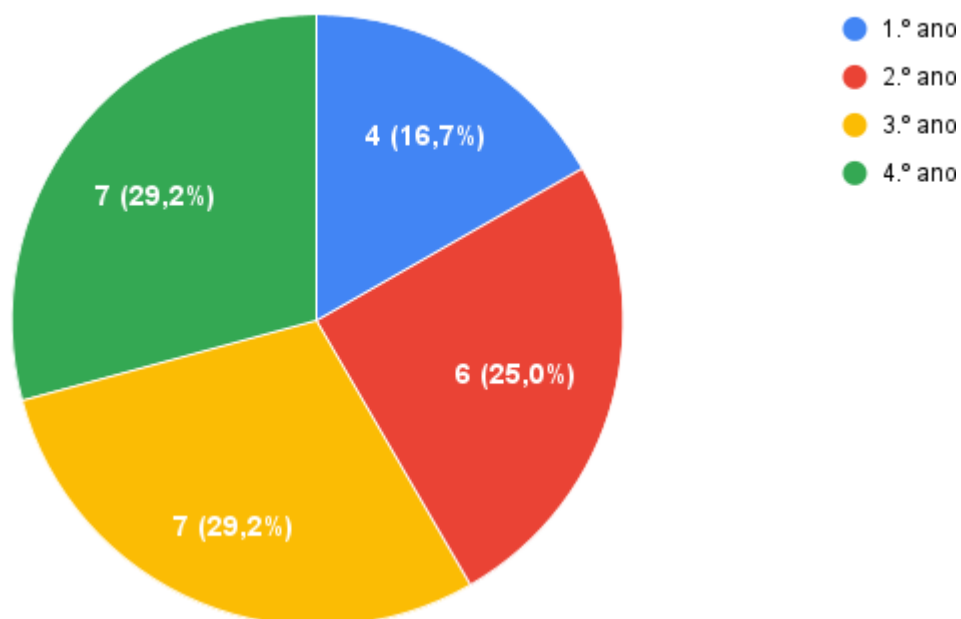
Obrigada pela tua colaboração.

Prof.^a Carla Aires

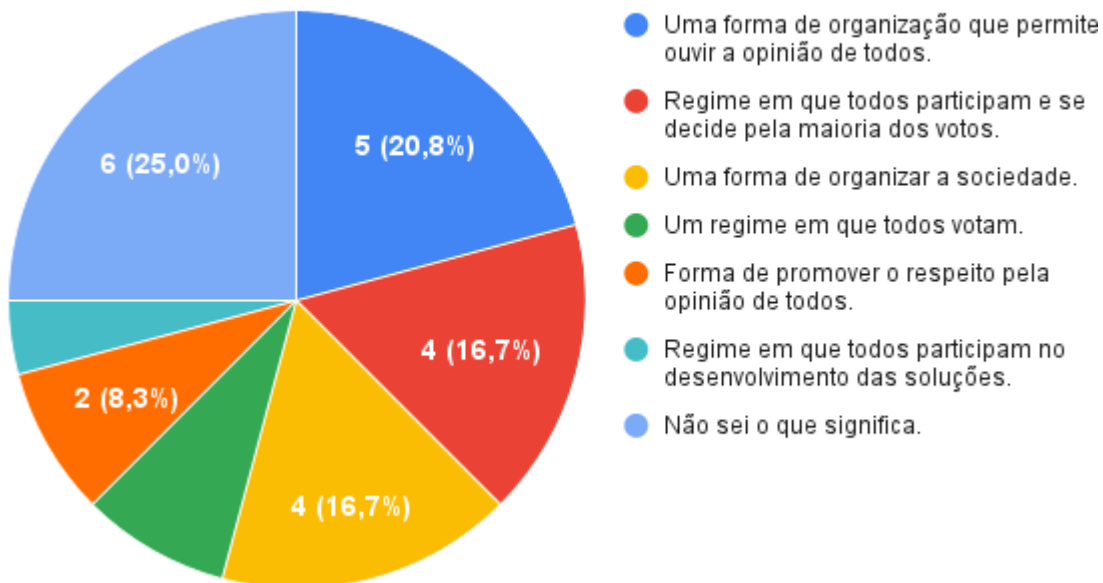
Apêndice 4: Respostas ao questionário aplicado aos Alunos Não Participantes em Assembleias de Turma ou Assembleias de Escola



3. Ano de escolaridade que frequentas no presente ano letivo 2022/2023?

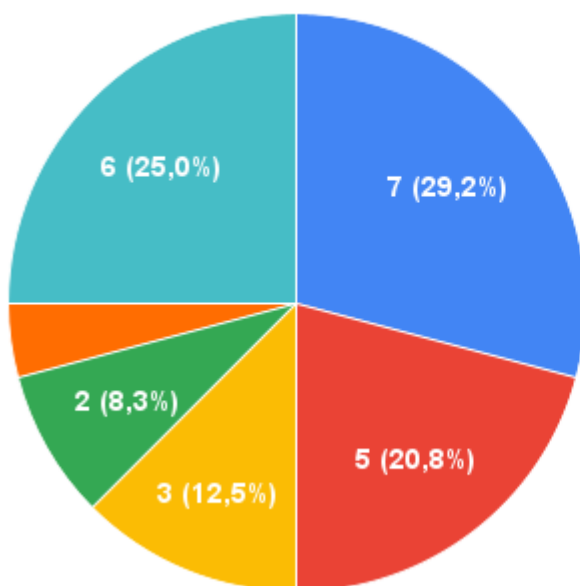


4. Para ti o que é a "democracia"?
(selecciona a opção - apenas 1 - que consideras mais correta)



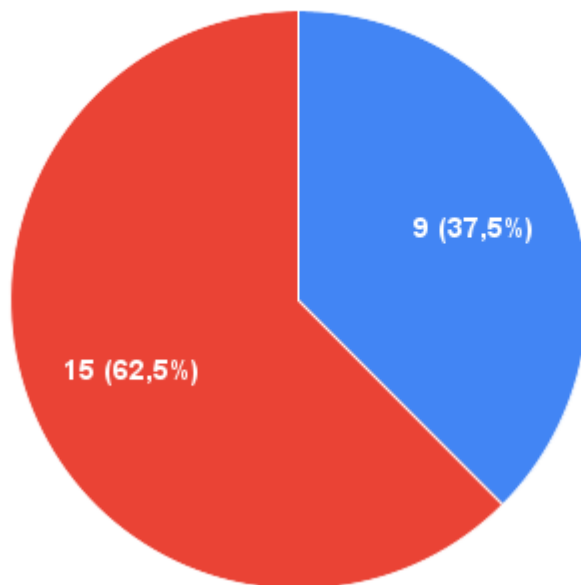
5. Para ti o que é um "cidadão"?

(selecciona a opção - apenas 1 - que consideras mais correta)



- O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger.
- O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade.
- O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais.
- O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados.
- O indivíduo que se mostra solidário.
- O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos.

6. Consideras que, como aluno/ aluna, deverias poder participar mais nas decisões da gestão (direção) da tua Escola?



- Sim
- Não

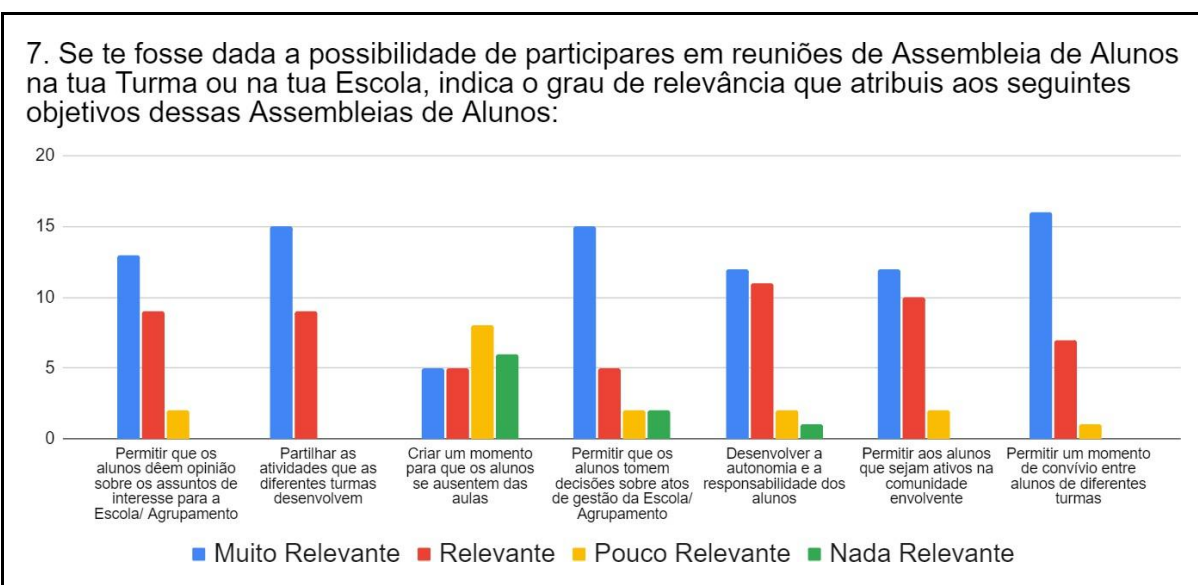
6.1. Justifica a tua opinião tendo em conta a tua resposta anterior.

Assim dava a minha opinião

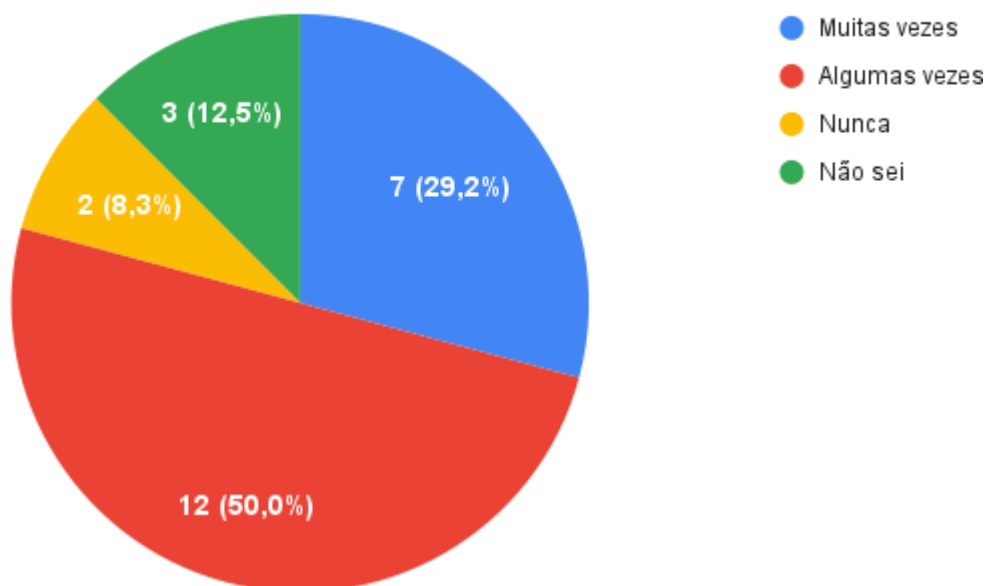
só tenho 7 anos

Não quero isso eu sou aluna e não sou professora para saber essas coisas

se fosse so um bocadinho não me importava, mas assim muito não
A opinião dos alunos em algumas decisões é fundamental para os alunos estarem felizes.
Os professores deviam falar com os alunos antes de decidirem algumas coisas, para podermos também decidir
sou ainda muito pequena para decidir as coisas que há na escola
acho que era importante
não era decidir decidir, mas era perguntarem-me o que é que eu acho
Acho que não porque os adultos é que tem de fazer isso
eu gosto de decidir algumas coisas minhas mas da escola acho que era complicado
Os alunos são muito importantes na escola, por isso devemos ouvidos e decidirmos com a professora
deve ser bastante difícil, porque alguns alunos fazem coisas oborrecidas
a minha mãe esta sempre a dizer que eu sou pequeno para tomar decisões
a direção da escola acho que é so com o diretor e a subdiretora
nunca tinha pensado nisso
É importantes dar a nossa opinião na escola
Não devem ser só os professores a decidir tudo, eles mandam mais mas os alunos também andam na escola.
Se me ajudassem talvez, so para eu dizer o que quero que seja á minha maneira e melhor
eu acho que os meus amigos iam ficar aborrecidos comigo, porque eu ia ralhar muito
parece que não ia ser capaz
não sei
A escola é muito grande e tem tantas pessoas, há muita confusão
sim, penso que eu devia ser ouvido e os outros alunos também.



8. Na tua opinião, as propostas/ solicitações dos alunos têm sido consideradas pela tua professora ou pela coordenadora da tua Escola?



8.1. Se respondeste “Muitas Vezes” ou “Algumas Vezes”, dá um exemplo.

Jogar à bola no recreio.

Trazer brinquedos de casa ou livros.

ficarmos sozinhos na sala no intervalo, nós pedimos e a professora deixa.

Escolher o livro que queremos ler.

Jogar no computador.

Falar nas aulas sem fazer muito barulho

A minha professora ajuda os alunos quando nós pedimos

Regar as plantas da sala

Quando nós queremos fazer coisas a professora deixa quase sempre..

Nós é que escolhemos o chefe da turma e ela deixa mas não há chefes repetidos.

Pedimos para ver um filme

Fazer desenhos e levar para casa

Ir para o recreio mais cedo quando acabamos os trabalhos

agora não me lembro de nada mas ela é nossa amiga

Escolher o nome para o nosso peixe

Ler histórias quando lhe pedimos

Fazer na sala em alguns dias as tarefas que escolhemos

Levar jogos para fora da sala

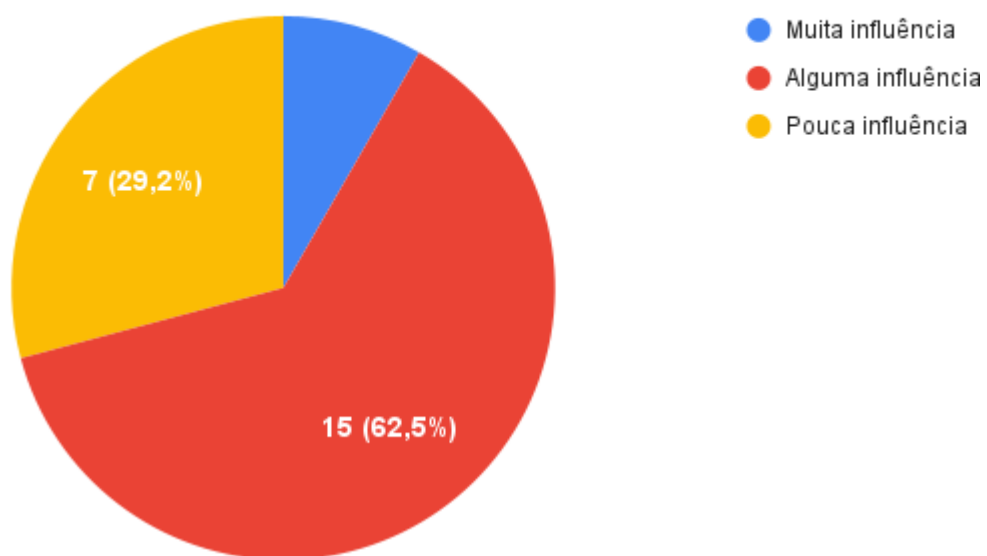
Escolher jogos e atividades livres

8.2. Se respondeste “Nunca”, indica uma decisão que gostarias de ter visto ser considerada por parte da tua professora ou pela coordenadora da tua Escola.

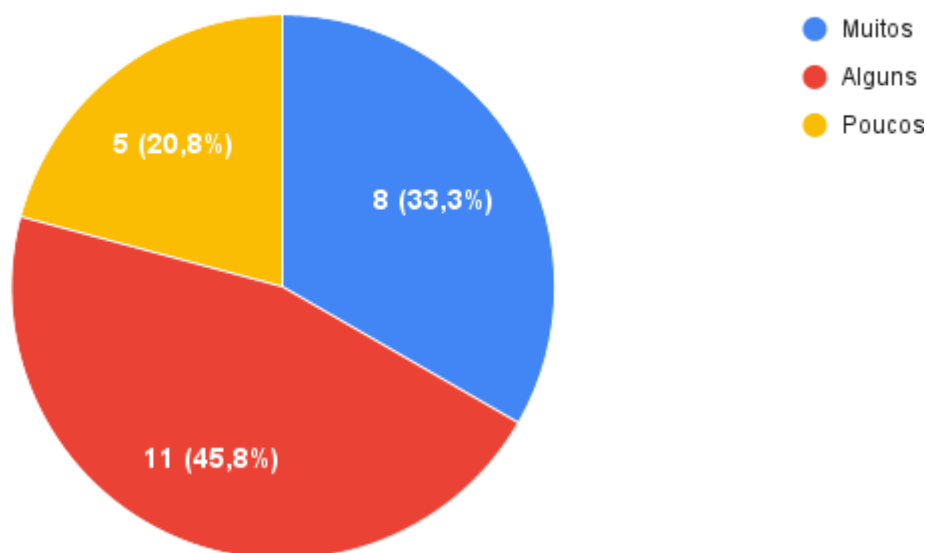
Deixar-nos sentar onde nós queremos na sala

Poder trazer animais de estimação para a escola

9. Consideras que se fossem realizadas Assembleias de Alunos na tua Turma ou na tua Escola isso poderia ter influência sobre a ação dos alunos na gestão da tua Escola? Em que grau?



10. Consideras que se fossem realizadas Assembleias de Alunos na tua Turma ou na tua Escola a participação dos alunos nessas Assembleias traria benefícios para a tua Escola?



10.1. Se seleccionaste "Poucos", "Alguns" ou "Muitos", indica um desses benefícios.

Todos poderem dar a sua opinião sobre os assuntos discutidos.

As assembleias servem para quem quiser apresentar o que pensa e falar com todos os colegas para eles ouvirem todos ao mesmo tempo.

Podem melhorar o ambiente da turma e termos uma escola melhor com a outra turma e com os do pré.

Nós já falamos na sala quando é preciso e a professora pede para darmos ideias.

Se fizermos as coisas juntos elas correm melhor.

Podíamos falar todos e decidir propostas para apresentar à coordenadora.

Combinar, decidir e ajudar quem está a ter dificuldades.

Algumas coisas que os alunos quisessem fazer eram faladas.

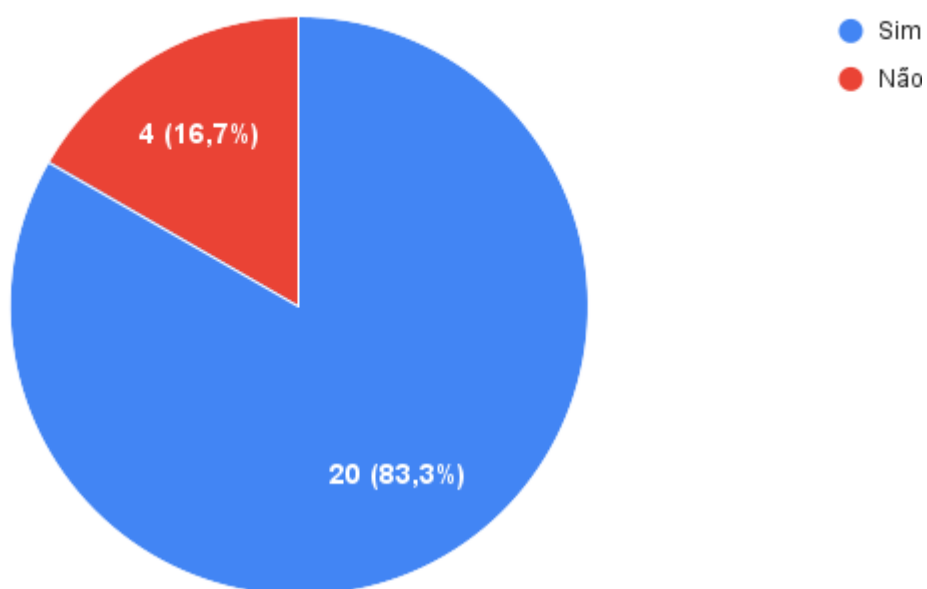
Acho que haver assembleias de alunos era bom para todos.

Penso que seria bom termos as assembleias para encontrar soluções para os problemas e para as confusões.

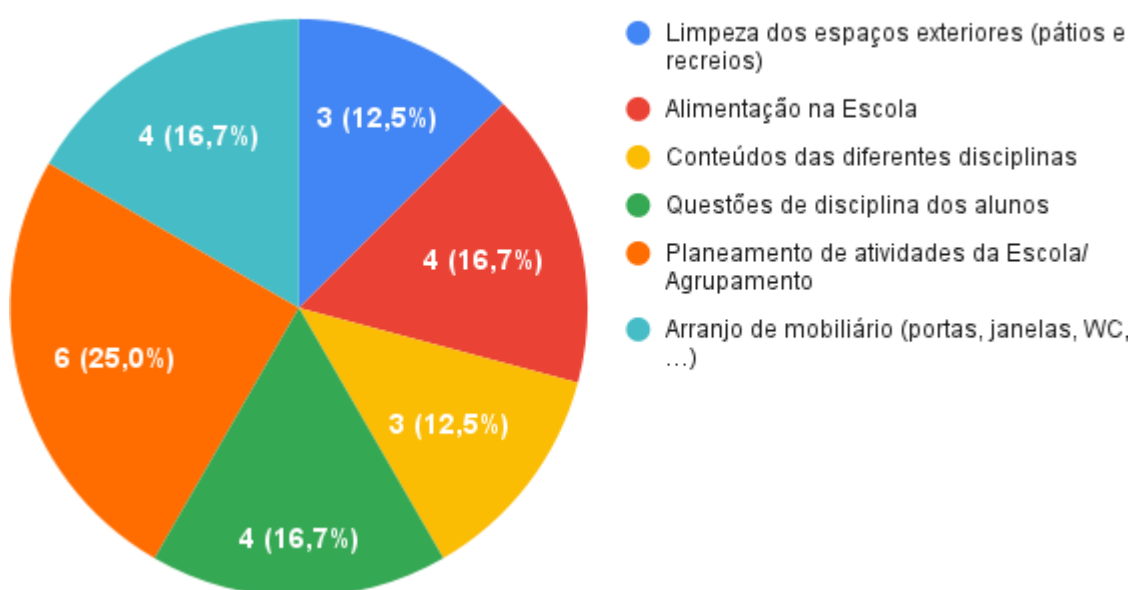
Talvez fossem importantes para combinarmos bem aquilo que queremos fazer por exemplo combinar a prenda que vamos dar à professora nos anos dela.

Se nas assembleias os alunos decidirem como vão ajudar os professores e os professores ajudarem os alunos a escola fica melhor.

11. No próximo ano letivo gostavas de participar em Assembleias de Alunos:
Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola?



12. Dos seguintes temas, seleciona aquele que mais gostarias de ver debatido em
Assembleias de Alunos: Assembleias de Turma/ Assembleias de Escola.



12.1 Em breves palavras, justifica a opção anterior.

Para ter um recreio arrumado e limpo é importante.
Substituir as cadeiras estragadas e velhas
Pintar os bancos do recreio e limpar as ervas.
Para melhorar a nossa horta.
Fazer com que os alunos se deem bem e não tenham problemas uns com os outros.
Poder escolher as coisas que quero fazer nas disciplinas
Apresentar sugestões de outros pratos mais saborosos.
Para combinar as atividades com a outra sala.
Organizar visitas de estudo como ir outra vez ao circo
Fazer atividades ao ar livre e jogos tradicionais.
Preparar a nossa festa de final de ano e também a festa de natal
Ver filmes que nos ensinam nas disciplinas.
Fazer mais fichas no computador e no tablet.

Apêndice 5: Guião de entrevista em Focus Group realizada a 5 Alunos Participantes em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola

Temática: Testemunho de alunos acerca do funcionamento e impacto das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola

Objetivos da entrevista:

- Caraterizar os entrevistados;
- Identificar a perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia;
- Identificar a perceção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma e Assembleias de Escola;
- Identificar a perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão da Escola;
- Identificar a perceção dos alunos relativamente ao papel das Assembleias de Turma e

Assembleias de Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola;

- Validar o interesse dos alunos na sua participação nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola.

Entrevistados: Alunos do 1.º ciclo

Data: 20 de junho de 2023

Designação dos Blocos	Tópicos	Questões orientadoras	Observações ao longo da entrevista
<p>Bloco A</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O perfil dos entrevistados, legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados 	<ul style="list-style-type: none"> ● Apresentação da entrevistadora e dos entrevistados ● Motivos da entrevista ● Objetivos da entrevista 	<ul style="list-style-type: none"> ● Auscultação dos anos de escolaridade e cargos desempenhados pelos 5 alunos entrevistados. ● Fazer o enquadramento da entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Entrevista semidiretiva em Focus Group ● Receber os entrevistados num local adequado, colocando-os à vontade ● Usar linguagem adaptada aos entrevistados ● Tratar os entrevistados com cuidado e atenção ● Solicitar permissão para gravar a entrevista ● Prestar atenção às reações dos entrevistados e reagir de forma adequada ● Mostrar disponibilidade e abertura para a compreensão das situações apresentadas ● Ter atenção aos comportamentos não-verbais denunciadores de certas reações ao discurso do entrevistado
<p>Bloco B</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia 	<ul style="list-style-type: none"> ● Conceito de “democracia” ● Conceito de “cidadão” 	<ul style="list-style-type: none"> ● O que significa a palavra “democracia” para cada um de vocês? ● O que é para vós um “cidadão”? ● Numa Escola haverá cidadãos? Se sim, quem são? 	
<p>Bloco C</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Perceção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma/ Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Importância das Assembleias de Turma/ Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Qual é o propósito das Assembleias de Turma e de Escola? 	
<p>Bloco D</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Participação dos alunos nas decisões de gestão da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Consideram que os alunos deveriam poder participar mais nas decisões da gestão da Escola? ● A participação dos alunos nas Assembleias de Turma/ Escola traz benefícios para a Escola? 	
<p>Bloco E</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Perceção dos alunos relativamente ao papel das Assembleias de Turma/ Escola como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Grau de influência das Assembleias de Turma e de Escola na gestão da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Qual é o grau de influência que as Assembleias de Turma e de Escola têm tido sobre a gestão da Escola? ● As decisões tomadas pelos alunos nas Assembleias de Turma e de Escola têm sido consideradas pela gestão da Escola? 	
<p>Bloco F</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Validação do 	<ul style="list-style-type: none"> ● Relevância atribuída à continuidade da 	<ul style="list-style-type: none"> ● Consideram importante voltarem a participar no próximo ano letivo nas 	

interesse dos alunos na sua participação nas Assembleias de Turma e de Escol	participação nas Assembleias de Turma e de Escola, enquanto Delegados, Subdelegados ou Representantes de Turma	Assembleias de Turma e de Escola, enquanto Delegados, Subdelegados ou Representantes de Turma? ● As responsabilidades dos alunos nas Assembleias de Turma e de Escola são iguais para todos?	
--	--	---	--

Apêndice 6: Protocolo da Entrevista em Focus Group realizada a 5 Alunos Participantes em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola

Legenda:

E – Entrevistadora

A1 – Aluna do 3.º ano, Delegada de Turma e Presidente da Mesa da Assembleia de Escola

A2 – Aluna do 4.º ano Delegada de Turma e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Escola

A3 – Aluna do 2.º ano, Subdelegada de Turma e Vice-Secretária da Mesa da Assembleia de Escola

A4 – Aluno do 4.º ano, Delegado de Turma e participante, sem cargo, na Assembleia de Escola

A5 – Aluna do 1.º ano, Subdelegada de Turma e participante, sem cargo, na Assembleia de Escola

E: Vamos então começar... Antes de mais peço que cada um diga o ano de escolaridade que frequenta e o cargo que desempenha na turma e na Assembleia de Escola. Pode ser da minha esquerda para a direita.

A2: Sou aluna do 4.º ano, sou Delegada de Turma e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Escola.

A5: Eu sou do 1.º ano, sou Subdelegada e vou à Assembleia de Escola.

A1: Eu ando no 3.º ano, sou Delegada de Turma e Presidente da Mesa da Assembleia de Escola.

A3: Sou Subdelegada de Turma e Vice-Secretária da Assembleia de Escola e estou no 2.º ano,

A4: Delegado de Turma, estou no 4.º ano e na Assembleia de Escola participo apenas como representante da minha turma.

E: O que significa a palavra “democracia” para cada um de vocês? Já ouviram falar em democracia...

A1: Para mim democracia é poder dar opiniões e tomar decisões... Mas também temos de escutar as opiniões dos outros, porque cada pessoa tem a sua opinião e depois no fim decide-se o que se vai fazer.

A2: Para mim é termos oportunidade de falar aquilo que se pensa sobre os assuntos...

A3: Concordo, é uma maneira de falarmos dos assuntos, mas na nossa vez, sem estarmos a discutir, porque temos de saber aceitar os outros com outras opiniões e depois no fim votamos de forma organizada e a decisão que ganha é aquela que se faz.

E: E tu, A4, o que significa para ti “democracia”?

A4: Sim, democracia é isso, democracia é poder dizer como gostávamos de alterar as coisas, é tentar arranjar soluções para os problemas para o que for melhor para todos. Todos dão opinião e é a opinião da maioria que ganha. Depois faz-se aquilo que se decidiu.

E: E tu, A5, o que significa para ti “democracia”?

A5: Pois é isso, mas ninguém pode ficar triste se a sua opinião não ganhar.

A1: Porque umas vezes ganhamos e outras perdemos.

E: Muito bem, mais alguém quer acrescentar alguma coisa?

A2: Eu acho que posso dizer isto, em Portugal vive-se em democracia, as pessoas podem dar as suas opiniões sobre todos os assuntos e podem votar no partido que gostam. Depois quem consegue mais votos governa o país com as suas ideias.

E: OK. Então e agora, quem é que me diz o que é um “cidadão”?

A2: Um cidadão é uma pessoa que tem direitos, mas que também tem deveres e que aceita que os outros também têm os mesmos direitos e deveres que ele.

A4: Já falámos nisso e também vimos que ser cidadão é também poder participar nas decisões e não se esquecer que a sua opinião é importante.

A1: Pois... É participar nas votações, como fazemos na sala, nas Assembleias de Turma e nas Assembleias de Escola.

E: E há outros sítios onde tu participas noutra tipo de votações, A1?

A1: (silêncio e franze o sobrolho) Às vezes a minha mãe também me pede a minha opinião lá em casa, mas não votamos. Quer dizer, às vezes votamos, quando estamos por exemplo a combinar se vamos a um lado ou a outro e todos querem dar a sua opinião.

E: Muito bem e para vocês, A3 e A5, o que é um “cidadão”?

A5: É uma pessoa que é amigo de todos e que os ajuda.

A3: (logo de seguida) E trata bem os animais e as plantas.

A4: Sim, é isso, é uma pessoa que conhece e respeita os Direitos Humanos e que cuida do planeta.

A2: É isso tudo, mas é mais do que isso...

E: Como assim?

A2: É ser responsável... Cumprir as decisões da maioria... Falar quando é necessário e poder ser ouvido pelos outros.

E: Muito bem. E numa Escola há cidadãos?

A1, A4, A5: Sim (quase em unísono)

E: E quem são os cidadãos da Escola?

A3: Somos todos, as professoras, os alunos...

A2: As senhoras (assistentes operacionais)...

E: Então todas as pessoas que estão na Escola são cidadãos e têm deveres e direitos, como vocês disseram anteriormente, é isso?

A2: Sim.

A4: Sim, é isso.

E: Mas será que têm todos os mesmos deveres e os mesmos direitos?

(...)

A1: Não. As professoras têm o dever de nos ensinar e de nos ajudar. As funcionárias têm de tomar conta de nós no recreio e de atender o telefone e preparar a comida do refeitório...

E: E os alunos, A5, que deveres têm?

A5: De estar com atenção na sala... De fazer os trabalhos e de não fazer barulho...

A1: Ainda há a coordenadora, que tem o dever de mandar na Escola, porque ela é a coordenadora.

E: Então a coordenadora também é cidadã da Escola, concordam? Tem deveres diferentes das outras pessoas, certo?

A1: Sim... É a responsável pela Escola, ela é que manda. Tem o dever de mandar.

E: Ok, já percebi. A coordenadora é quem toma as decisões de maior responsabilidade, mas será que as toma sozinha?

A4: Ela fala com as outras professoras...

E: Muito bem, mas esta resposta leva-me à próxima pergunta... Então digam-me lá, qual é o propósito (para que é que servem) das Assembleias de Turma e de Escola?

A4: Servem para os alunos falarem dos seus problemas e para apresentarem as suas ideias para a turma ou para a escola...

E: E depois?

A1: Depois votamos...

A3: Não votamos logo, os assuntos são discutidos por todos e quem quer dá a sua opinião.

E: Sim, mas depois disso? Depois de vocês falarem, votarem, decidirem...

A3: Depois falamos com a professora para ela nos ajudar com as nossas ideias que decidimos.

A4: Ou com a coordenadora, depende...

E: Muito bem. E podem dar algum um exemplo, podes ser tu A2, de como a tua professora ou a coordenadora vos ajudou a concretizar as ideias que vocês votaram e decidiram nas Assembleias?

A2: ... No carnaval decidimos que o nosso ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) para o desfile era proteger os oceanos (ODS 14 – Proteger a Vida Marinha) e nós decidimos fazer fatos com coisas que poluem o mar, sacos de plástico, garrafas de plástico e assim, e ela concordou.

E: Os alunos na Assembleia de Turma decidiram e a professora concordou e concretizaram os vossos fatos de carnaval assim, é isso?

A2: Sim...

E: Também é assim que acontece nas outras Assembleias de Turma, as professoras concordam com as Vossas decisões e depois implementam o que foi decidido pelos alunos? Diz-me lá tu A5, que tens estado tão caladinha...

A5: A minha não concorda sempre, mas às vezes concorda.

E: Pois... Acontece isto também nas outras turmas?

A1: Na minha sim.

A4: Na minha também, mas a professora explica sempre quando não podemos fazer aquilo que os alunos propõem que se faça.

A3: Na minha, a professora quando pede as nossas propostas, aceita-as quase sempre...

E: Certo. E quanto às Assembleias de Escola, qual é o propósito das Assembleias de Escola, A1, podes começar tu que és Presidente da Mesa da Assembleia da Escola?

A1: Nas Assembleias de Escola discutimos os problemas de todas as turmas, os alunos que representam as turmas (Delegados e Subdelegados) levam os assuntos e falamos entre todos. Às vezes há coisas, como resolver o barulho no refeitório, que temos de decidir em conjunto para depois falarmos com a coordenadora (de estabelecimento) e com os nossos colegas de turma. É isso assim...

E: Quer dizer então que a vossa voz, as vossas opiniões e decisões, são tidas em conta pela coordenadora da Escola?

A2: Sim. Ela está quase sempre nas nossas reuniões, mas nunca fala, fica calada a escutar e nós é que falamos sobre as coisas que temos de falar. Depois no fim, já sabe o que decidimos e às vezes diz logo que sim, mas outras vezes diz que tem de ir falar com as outras professoras... Antes de dizer que sim ou que não.

E: Então, considerando que vocês até já ajudam a tomar algumas decisões na Escola, consideram que os alunos deveriam poder participar ainda mais nas decisões da gestão da Escola, ou seja, nas coisas em que é necessário decidir? Quem é que quer responder?

A2: Nalgumas coisas sim, tipo deviam-nos deixar decidir sobre a comida do refeitório... (risos)

E: Como assim, acham que a comida não é boa?

A2: Não é isso, é que gostávamos de poder comer outras coisas, tipo batatas fritas e salsichas e assim... E não ter de comer sopa todos os dias...

E: Ok, já percebi, mas voltando à nossa questão, vocês consideram que os alunos deveriam poder participar mais nas decisões da gestão da Escola?

A1: Eu não sei bem, mas acho que já participamos o suficiente e as professoras também não decidem nada para nos prejudicar, por isso é que elas são professoras, têm mais responsabilidade e têm de cuidar bem de nós e da nossa educação.

A4: Eu acho que por vezes parece que devíamos participar mais, mas depois há coisas que pensamos fazer e que não podem ser feitas como pensámos, como quando dissemos que queríamos ficar na sala à hora do almoço, depois de almoçar, mas não havia nenhum adulto para nos vigiar e podia dar confusão e deu... Agora eu acho que nos devem ouvir e deixar-nos dar a nossa opinião, pelo menos em algumas coisas, isso sim. Pelo menos eu gostava de poder dar sempre a minha opinião.

E: E vocês A3 e A5, também gostam de dar a vossa opinião?

A3: Eu sim, é importante.

A5: Sim, eu também gosto.

E: Quem é que quer acrescentar mais alguma coisa?

A2: Bem, eu acho que nos deixam participar o suficiente, porque isso é importante, poderem ter a nossa opinião, a opinião dos alunos, e ela é muitas vezes aceite pelas professoras e também pela coordenadora. Por exemplo, fomos nós que dissemos como é que fazíamos para utilizar o campo de jogos, que não dá para toda a gente estar lá ao mesmo tempo, porque é pequeno. Fomos nós que decidimos e a coordenadora depois ajudou a organizar com as turmas todas.

E: E isso está a funcionar bem?

A2: Sim, todas as turmas sabem qual é o dia e o intervalo em que podem ir para o campo de jogos jogar à bola ou brincar a outras coisas.

E: E será que a participação dos alunos nas Assembleias de Turma e Assembleias Escola traz benefícios para a Escola?

A1, A2 e A4: Sim.

E: Todos concordam?

TODOS: Sim.

E: Querem dar-me algum exemplo desses benefícios?

A1: Não há tanta confusão nos intervalos e nós falamos com os que fazem confusão e dizemos-lhes que as regras foram combinadas pelos alunos e eles têm de respeitar.

E: O recreio fica mais sereno, é isso?

A1: Sim, melhorou...

E: Vá... Mais coisas positivas para a escola que resultaram de propostas dos alunos?

A4: As atividades das festas e assim, elas também correm melhor, porque somos nós que também escolhemos o que gostamos mais de fazer.

A2: Há melhor ambiente na sala, pois algumas vezes escolhemos as tarefas que vamos fazer nas aulas e isso é bom para os alunos, porque estão mais concentrados a fazer o que gostam e não há tanto barulho.

A5: A escola fica mais bonita...

E: Mais bonita, A5?

A5: Nós temos as hortas e cuidamos delas com as professoras e as funcionárias. Escolhemos ter alfaces e regamos os canteiros. Ficaram bonitos.

A4: A escola melhora se nos ouvirem... Sentimos que temos importância e isso faz-nos sentir bem, pelo menos eu gosto e é isso que eu sinto.

E: Muito bem. E então agora, qual é o grau de influência que as Assembleias de Turma e de Escola têm tido sobre a gestão da Escola?

(...)

A1: Como assim?!

E: Pretendo saber se as decisões que vocês tomam e as propostas que resultam das vossas Assembleias de Turma e de Escola influenciam as decisões das vossas professoras e da coordenadora: muito, pouco, assim assim, nada...

A2: Eu acho que é assim assim...

A4: Eu também... Sinto que somos ouvidos e que nos compreendem e deixam participar em algumas decisões, pelo menos algumas vezes.

A1: Quando nos dizem que “não” parece que é pouco (que temos pouca influência), porque queremos sempre mais, mas as nossas opiniões são aceites pelas professoras e pela coordenadora.

A3: Eu concordo que é muito (muita influência).

A4: Acho que como ainda não temos assim muita experiência com as Assembleias, eu acho que ainda estamos a aprender, por isso continuo a pensar que é assim assim, nem muito, nem pouco, o que nos deixam decidir.

E: E tu, A5, o que achas?

A5: Para mim é muito...

(...)

E: Então, as decisões tomadas pelos alunos nas Assembleias de Turma e de Escola têm sido consideradas pela gestão da Escola, ou seja, têm sido levadas em conta pelas professoras e pela coordenadora da Escola, certo?

A2: Nós já respondemos a isso...

E: É uma pergunta um bocadinho diferente?

A2: Ah, ok. Mas como eu já tinha dito, a minha professora aceita as opiniões e decisões que os alunos tomam nas Assembleias de Turma e a coordenadora também nas decisões dos alunos que são votadas nas Assembleias de Escola, porque ela até é nossa amiga e conversa muito connosco no gabinete dela. Gosta de nos ouvir.

(...)

A5: Também vou às vezes um bocadinho para o gabinete da coordenadora com as minhas amigas, para falar com a coordenadora. Mas depois ela diz-nos para irmos brincar para o recreio e nós vamos.

E: Muito bem. E então, quem é que quer falar um bocadinho mais sobre as decisões tomadas pelos alunos nas Assembleias de Escola serem tidas em consideração pela coordenadora?

A1: Elas são tidas em consideração, sim. As nossas decisões das Assembleias são aceites pela coordenadora da escola, que depois as concretiza, muitas vezes também com a nossa ajuda, porque fomos nós que dissemos que eram importantes.

A4: Eu também concordo, as decisões que os alunos tomam nas Assembleias da minha Turma e também nas Assembleias de Escola são, muitas vezes, tidas em conta pela professora e pela coordenadora.

E: Bem, estamos quase a acabar. Então lá vai mais uma pergunta, esta creio que é também muito fácil. Consideram importante voltarem a participar no próximo ano letivo nas Assembleias de Turma e de Escola, enquanto Delegados e Subdelegados? E já agora, porquê? Vamos por ordem, começa a A5, que é do 1.º ano.

A5: Eu gostava, achei giro e aprendi com os meus colegas a discutir e a votar.

(...)

A4: Sabemos que os adultos tomam decisões muitas vezes assim, porque é preciso, uns têm umas ideias e outros outras ideias, mas depois não podem ser todas feitas, só algumas.

E: Muito bem. Agora és tu A3, consideras importante repetir esta tua experiência nas Assembleias de Turma e de Escola como subdelegada?

A3: Sim, também gostava de voltar a participar como subdelegada de turma, isso seria importante para mim, mas posso não ser subdelegada de turma para o ano, até porque a professora já disse que todos têm de experimentar ser delegado ou subdelegado de turma. Se voltar a ser, vou gostar. Se não for, não faz mal, participo nas Assembleias da minha Turma, só não vou às Assembleias de Escola.

E: A1, tu presidiste a Mesa da Assembleia de Escola. Achas importante voltar a repetir essa função?

A1: Eu gostei, mas estou em dúvida se quero voltar a ser presidente... Também tenho que dar a vez a outro, mas foi importante e gostei, porque eu consegui organizar quem falava por ordem e organizar os assuntos todos. Éramos 16 alunos, às vezes havia alguma confusão, todos a querer falar ao mesmo tempo, mas eu consegui organizá-los e depois entendemo-nos. Também estava lá sempre a coordenadora e outras professoras, que me explicaram e me ajudaram quando eu não sabia fazer bem as coisas.

(...)

A2: Posso ser eu agora?

E: Sim, claro.

A2: Também acho que devem ser outras pessoas para aprenderem, mas eu também gostei e se tiver de voltar a ser Vice-Presidente da Mesa não me importo, porque até acho que é um cargo que dá algum prestígio. O meu pai até me chama lá em casa Sr.^a Vice-Presidente.

(risos do grupo...)

A4: Eu para o ano vou para o 5.º ano e na nova escola não sei se lá fazem Assembleias de alunos, para decidir os assuntos dos alunos. Também depois posso não ser eleito Delegado de Turma ou Subdelegado de Turma. Vamos ver...

E: Finalmente... E esta também é uma pergunta fácil. Responde quem quiser e os outros complementam ou dizem se concordam. As responsabilidades dos alunos nas Assembleias de Turma e de Escola são iguais para todos?

A3: Eu acho que deve ser a A1 a responder, porque ela foi a Presidente da Mesa da Assembleia de Escola.

E: Por mim tudo bem, toda a gente concorda? (...) Ok, então avança lá com a resposta A1.

A1: É claro que não. Quem é Delegado ou Subdelegado de Turma ou Presidente ou Vice-Presidente da Mesa tem muito mais responsabilidade do que os outros alunos que só participam. Temos de fazer as coisas todas funcionarem bem.

E: Desculpa, deixa-me dizer isto, deve ser assim mais ou menos como ser coordenadora de uma Escola, que tem de garantir que tudo está bem com todos e que tudo está a funcionar. Será assim?

A1: Eu acho que ser coordenadora da Escola deve ser mais difícil...

A2: Não deve ser, é mais difícil de certeza.

E: A1, queres acrescentar mais alguma coisa?

A1: Eu já acabei...

E: Ah, OK... Então e alguém quer dizer mais alguma coisa sobre as responsabilidades dos alunos nas Assembleias de Turma e de Escola serem ou não iguais para todos? Todos concordam com o que disse a A1?

A2: Eu concordo, porque estar na Mesa é muito mais responsabilidade do que estar só a dar opinião e votar. A minha professora também nos disse que quem está na Mesa não pode influenciar a opinião dos outros, mas pode dar a sua opinião. Mas às vezes

apetece-me mesmo ralar com aqueles que não estão atentos à reunião ou que não dizem nada de jeito. São sempre os mesmos...

E: Mais alguém quer acrescentar alguma coisa?

A4: Eu concordo com o que elas disseram, as responsabilidades são diferentes e estar na Mesa tem muito mais responsabilidade.

A3: Eu também concordo.

E: Só faltas tu A5...

A5: Eu concordo com eles.

E: Bem, meus amigos, chegámos ao fim. Quero agradecer-vos uma vez mais a vossa participação. Gostei muito de vos ouvir. Muito obrigado.

Apêndice 7: Grelha de análise da entrevista em Focus Group realizada a 5 Alunos Participantes em Assembleias de Turma e de Escola

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
<p>Bloco A</p> <ul style="list-style-type: none"> O perfil dos entrevistados 	<ul style="list-style-type: none"> Os alunos 	<ul style="list-style-type: none"> “Eu ando no 3.º ano, sou Delegada de Turma e Presidente da Mesa da Assembleia de Escola.” “Sou aluna do 4.º ano, sou Delegada de Turma e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Escola.” “Sou Subdelegada de Turma e Vice-Secretária da Assembleia de Escola e estou no 2.º ano.” “Delegado de Turma, estou no 4.º ano e na Assembleia de Escola participo apenas como representante da minha turma.” “Eu sou do 1.º ano, sou Subdelegada e vou à Assembleia de Escola.”
<p>Bloco B</p> <ul style="list-style-type: none"> Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia 	<ul style="list-style-type: none"> Conceito de “democracia” 	<ul style="list-style-type: none"> “... é poder dar opiniões e tomar decisões... Mas também temos de escutar as opiniões dos outros...” “... é termos oportunidade de falar aquilo que se pensa sobre os assuntos...” “... é uma maneira de falarmos dos assuntos, mas na nossa vez, sem estarmos a discutir...” “...é poder dizer como gostávamos de alterar as coisas, é tentar arranjar soluções para os problemas para o que for melhor para todos. Todos dão opinião e é a opinião da maioria que ganha...” “...mas ninguém pode ficar triste se a sua opinião não ganhar.” “Porque umas vezes ganhamos e outras perdemos.”

	<ul style="list-style-type: none"> ● Conceito de “cidadão” 	<ul style="list-style-type: none"> ● “É uma pessoa que tem direitos, mas que também tem deveres e que aceita que os outros também têm os mesmos direitos e deveres” ● “... ser cidadão é também poder participar nas decisões e não se esquecer que a sua opinião é importante.” ● “É participar nas votações...” ● “É uma pessoa que é amigo de todos e que os ajuda...” ● “... trata bem os animais e as plantas.” ● “... é uma pessoa que conhece e respeita os Direitos Humanos e que cuida do planeta.” ● “É ser responsável, cumprir as decisões da maioria, falar quando é necessário e poder ser ouvido pelos outros.”
<ul style="list-style-type: none"> ● Perceção dos alunos sobre o papel das Assembleias de Turma/ Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Relevância das Assembleias de Alunos para os alunos 	<ul style="list-style-type: none"> ● “Servem para os alunos falarem dos seus problemas e para apresentarem as suas ideias para a turma ou para a escola...” ● “Depois votamos...” ● “Não votamos logo, os assuntos são discutidos por todos e quem quer dá a sua opinião.” ● “Depois falamos com a professora para ela nos ajudar com as nossas ideias que decidimos.”; “Ou com a coordenadora, depende...” ● “No carnaval decidimos que o nosso ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) para o desfile era proteger os oceanos (ODS 14 – Proteger a Vida Marinha) e nós decidimos fazer fatos com coisas que poluem o mar, sacos de plástico, garrafas de plástico e assim, e ela concordou.” ● “... discutimos os problemas de todas as turmas... e falamos entre todos. Às vezes há coisas, como resolver o barulho no refeitório, que temos de decidir em conjunto para depois falarmos com a coordenadora (de estabelecimento) e com os nossos colegas de turma.”
<ul style="list-style-type: none"> ● Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Participação nas decisões da gestão da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● “Nalgumas coisas sim, tipo deviam-nos deixar decidir sobre a comida do refeitório...” ● “... acho que já participamos o suficiente e as professoras também não decidem nada para nos prejudicar...” ● “...acho que por vezes parece que devíamos participar mais, mas depois há coisas que pensamos fazer e que não podem ser feitas como pensámos...” ● “...eu acho que nos devem ouvir e deixar-nos dar a nossa opinião, pelo menos em algumas coisas, isso sim. Pelo menos eu gostava de poder dar sempre a minha opinião.” ● “...eu acho que nos deixam participar o suficiente, porque isso é importante, poderem ter a nossa opinião...” ● “Sinto que somos ouvidos e que nos compreendem...” ● “Não há tanta confusão nos intervalos e nós falamos com os que fazem confusão e dizemos-lhes que as regras foram combinadas pelos alunos e eles têm de respeitar.” ● “As atividades das festas e assim, elas também correm melhor, porque somos nós que também escolhemos o que gostamos mais de fazer.” ● “Há melhor ambiente na sala” ● “Nós temos as hortas e cuidamos delas com as professoras e as funcionárias.” ● “A escola melhora se nos ouvirem...”
<ul style="list-style-type: none"> ● Papel das Assembleias de Alunos como 	<ul style="list-style-type: none"> ● Grau de influência das Assembleias de Alunos 	<ul style="list-style-type: none"> ● “... a opinião dos alunos... ela é muitas vezes aceite pelas professoras e também pela coordenadora.” ● “Fomos nós que decidimos e a coordenadora depois ajudou a organizar com as turmas todas.” ● “...algumas vezes escolhemos as tarefas que vamos fazer nas

<p>mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão da Escola</p>		<p>aulas e isso é bom para os alunos, porque estão mais concentrados a fazer o que gostam e não há tanto barulho.”</p> <ul style="list-style-type: none"> ● “Escolhemos ter alfices e regámos os canteiros...” ● “Sentimos que temos importância e isso faz-nos sentir bem, pelo menos eu gosto e é isso que eu sinto” ● “... e (nos) deixam participar em algumas decisões, pelo menos algumas vezes.” ● “...as nossas opiniões são aceites pelas professoras e pela coordenadora.” ● “Acho que como ainda não temos assim muita (...) por isso continuo a pensar que é assim assim, nem muito, nem pouco, o que nos deixam decidir. ● “...a minha professora aceita as opiniões e decisões que os alunos tomam nas Assembleias de Turma e a coordenadora também...” ● “... As nossas decisões das Assembleias são aceites pela coordenadora da escola, que depois as concretiza, muitas vezes também com a nossa ajuda, porque fomos nós que dissemos que eram importantes.” ● “...as decisões que os alunos tomam nas Assembleias da minha Turma e também nas Assembleias de Escola são, muitas vezes, tidas em conta pela professora e pela coordenadora.”
<p>Bloco F Validação do interesse dos alunos na participação em Assembleias de Turma e Assembleias de Escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Continuidade da participação 	<ul style="list-style-type: none"> ● “Eu gostava, achei giro e aprendi com os meus colegas a discutir e a votar.” ● “Sim, também gostava de voltar a participar como subdelegada de turma, isso seria importante para mim, mas posso não ser subdelegada de turma para o ano...” ● “Também acho que devem ser outras pessoas para aprenderem...” ● “Eu gostei, mas estou em dúvida se quero voltar a ser presidente... Também tenho que dar a vez a outro, mas foi importante e gostei, porque eu consegui organizar quem falava por ordem e organizar os assuntos todos. ● “...eu também gostei e se tiver de voltar a ser Vice-Presidente da Mesa não me importo...”
	<ul style="list-style-type: none"> ● Papel a desempenhar nas Assembleias de Turma e Assembleias de Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● “Quem é Delegado ou Subdelegado de Turma ou Presidente ou Vice-Presidente da Mesa tem muito mais responsabilidade do que os outros alunos que só participam.” ● “...estar na Mesa é muito mais responsabilidade do que estar só a dar opinião e votar.” ● “...A minha professora também nos disse que quem está na Mesa não pode influenciar a opinião dos outros, mas pode dar a sua opinião.” ● “...às vezes apetece-me mesmo ralar com aqueles que não estão atentos à reunião ou que não dizem nada de jeito.” ● “...as responsabilidades são diferentes e estar na Mesa tem muito mais responsabilidade.”